

CARLA ETIENE MENDONÇA DA SILVA

**JOVENS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS E
O USO DA AUTOCOMUNICAÇÃO DE MASSA:
UMA COMPARAÇÃO POSSÍVEL**

Tese apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, Especialista em Estudos Comparados sobre as Américas.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientadora: Dr. Sonia Maria Ranincheski

Brasília

2013

AGRADECIMENTOS

Dedico profundos agradecimentos à Universidade de Brasília (UnB) e ao Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas (Ceppac) pela oportunidade que me ofereceram de realizar meus estudos aproveitando o melhor de seus recursos e estruturas.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC) por viabilizar a minha dedicação exclusiva ao curso com a concessão de bolsas dos programas Demanda Social e Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). A participação no PSDE é um privilégio de valor inestimável.

À minha orientadora, Sonia Ranincheski, agradeço principalmente à liberdade que me ofereceu na condução desta pesquisa.

Meu especial agradecimento vai à University of Southern California (USC), principalmente à Annenberg School for Communication and Journalism, pela recepção, pela estrutura oferecida e pela liberdade de participação em disciplinas e atividades que foram fundamentais para a realização deste estudo e para o meu aprendizado de diferentes práticas acadêmicas.

Personifico esse agradecimento na professora Margaret McLaughlin, que criou todas as condições para a minha experiência, e ao professor Henry Jenkins, que me recebeu simpaticamente em sua disciplina Special Topics: Civic Media and Participatory Politics e me incluiu nos trabalhos de seu grupo de pesquisa Civic Paths. Por fim, é personificado no professor Manuel Castells, que abriu uma exceção a minha participação em sua disciplina Globalization, Communication, and Society.

Faço ainda um agradecimento carinhoso à professora de Educação e Comunicação da Universidad de Alcalá (UAH), em Madrid, Pilar Lacasa, colega nas atividades na USC e grande amiga, que muito me ensinou sobre pesquisa qualitativa.

São também de grande importância na conclusão deste trabalho e nas sugestões de pesquisas futuras as considerações dos professores integrantes da banca de avaliação desta tese. Assim, agradeço aos professores Marilde Loiola de Menezes, do Instituto de Ciência Política da UnB, e Moisés Balestro, Simone Rodrigues Pinto e Camilo Negri do Ceppac.

Enfim, agradeço a minha família, aos meus pais Juraci e Valter, aos meus irmãos, Célen e Valter, a minha cunhada Thuanny, ao meu sobrinho, Filipe, e ao meu cunhado, Vinícius, que também elaborou a arte do fluxograma apresentado no final do primeiro capítulo. Não posso deixar de mencionar os amigos, principalmente à amiga Cida, que me

acompanhou na defesa da tese. Esses são os esteios para a tranquilidade emocional da conclusão de um curso de doutorado.

RESUMO

Este trabalho se trata de uma pesquisa exploratória para compreender e explicar, nos termos da ação social weberiana, como jovens de países de diferentes culturas, como Brasil e Estados Unidos, usam ferramentas de autocomunicação de massa com o fim de engajamento cívico e participação pública no contexto da sociedade em rede global. A pesquisa parte da contextualização na sociedade em rede e utiliza novos conceitos de engajamento cívico e participação política, os quais consideram a emergência de uma nova esfera pública, híbrida de digital e de urbana. Ressalta ainda o papel da juventude nos movimentos sociais em rede e a possibilidade da existência de pontes de comunicação entre esses indivíduos oriundos de diferentes culturas nacionais. Na pesquisa qualitativa, com o uso de análise de conteúdo, foram avaliados artigos publicados em blogs por brasileiros e americanos da faixa etária de 14 a 25 anos sobre os protestos no Brasil em 2013 e o movimento Occupy Wall Street em 2011. Na pesquisa comparativa, identificou-se que eles usam essas ferramentas compartilhando protocolos de comunicação semelhantes como expressão de valores cosmopolitas, multiculturais e de individualismo em rede.

Palavras-chave: juventude, engajamento cívico, participação pública, novas mídias, sociedade em rede.

ABSTRACT

This study is an exploratory research that aims to comprehend and explain, in a weberian model, how young people from different national culture settings, like Brazil and United States of America, use the mass self-communication tools for the purposes of increasing civic engagement and public participation in the global network society realm. The work considers de network society background and brings new concepts of civic engagement and participatory politics in the rise of a new public sphere, hybrid of digital and urban. It highlights the role of youth in the new network social movements and the possibility of the building of bridges of communication between those individuals. Throughout a qualitative research, by means of content analyses, posts published on blogs by Brazilians and Americans within the ages 14 to 25 about the Brazilian protests and the Occupy Wall Street movement were analyzed. Throughout the comparative research step the researcher identified that they use the mass self-communication tools sharing protocols of communication in similar ways under the expression of cosmopolitan, multicultural and network individualism values.

Key words: youth, civic engagement, participatory politics, new media, network society

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 GLOBALIZAÇÃO, SOCIEDADE, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA	20
2.1 GLOBALIZAÇÃO	20
2.2 SOCIEDADE	27
2.2.1 Sociedade em rede	27
2.2.2 Poder e contrapoder	29
2.2.3 Estado em rede	32
2.2.4 Tempo intemporal e espaço de fluxos	34
2.2.5 Cultura na sociedade em rede	37
2.3 COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA	42
2.3.1 As velhas mídias.....	44
2.3.2 A revolução da comunicação	46
2.3.3 A internet	49
2.3.4 A autocomunicação de massa	51
2.4 O PROBLEMA DE PESQUISA NESSA ESTRUTURA GLOBAL	55
3 JUVENTUDE, ENGAJAMENTO CÍVICO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	57
3.1 JUVENTUDE.....	58
3.1.1 Juventude e socialização política	62
3.2 ENGAJAMENTO CÍVICO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	66
3.2.1 Novos movimentos sociais	70
3.2.2 Engajamento Cívico	72
3.2.3 Participação Pública	77
3.2.4 Juventude e novas mídias	82
3.2.5 A internet 2.0 para os ativistas	84
3.2.6 Mídia Cívica.....	89
4 AS CULTURAS DE BRASIL E ESTADOS UNIDOS	91
4.1 A CULTURA DO BRASIL.....	92
4.2 A CULTURA DOS ESTADOS UNIDOS	102
4.3 AS DIFERENÇAS.....	112
5 METODOLOGIA	113
5.1 TIPO IDEAL, DIMENSÕES DE ANÁLISE E CONDIÇÕES CAUSAIS.....	117
5.1.1 Tipo ideal	117
5.1.2 Dimensões de análise.....	118

5.1.3 Condições causais.....	118
5.2 OBJETO E AMOSTRA.....	119
5.2.1 Objeto	119
5.2.2 Amostra.....	121
5.2.3 A seleção da amostra	122
5.3 PESQUISAS QUALITATIVA E COMPARATIVA	124
5.3.1 Pesquisa Qualitativa	125
5.3.2 Pesquisa Comparativa.....	134
6 JOVENS BRASILEIROS E AMERICANOS E O POTENCIAL DE COMPARTILHAMENTO DE PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO	140
6.1 A AÇÃO COMPARTILHADA.....	144
6.1.1 A tipologia da ação.....	144
6.1.2 As causas da ação	146
6.1.3 Protocolos de comunicação compartilhados.....	148
6.1.4 O futuro a investigar	150
7 CONCLUSÃO.....	153
8 REFERÊNCIAS.....	159
9 ANEXOS.....	163
ANEXO 1	163
Tabelas do Projeto Blogueiros Brasileiros	163
Tabelas do Projeto Blogueiros Americanos	168
ANEXO 2	173
Tabelas da comparação dos projetos Blogueiros Brasileiros e Americanos	173
ANEXO 3	175
Artigos publicados por blogueiros brasileiros	175
Artigos publicados por blogueiro americano.....	197

1 INTRODUÇÃO

A transição da economia da era do petróleo para a da era da informação, a partir da década de 1970, estabeleceu um modelo econômico baseado na computação, na reestruturação das corporações e na globalização econômica, conforme Gilpin (2004). A expressão globalização popularizou-se em meados dos anos 1980 com o crescimento do comércio, dos fluxos financeiros internacionais e das atividades das corporações multinacionais.

Central no processo de globalização, a economia global é uma nova realidade histórica. Ela tem capacidade de funcionar como uma unidade, em tempo real, em escala planetária. Apesar de não alcançar todos os processos econômicos do planeta, todos os territórios ou todas as atividades, afeta direta e indiretamente a vida de toda a humanidade, afirma Castells (1999). Ela opera apenas em segmentos de estruturas econômicas, regiões e países, mas é global porque as economias de todo o mundo dependem do desempenho de seu núcleo globalizado.

Contudo, Castells (1999) salienta que o processo de globalização foi constituído politicamente. Ele é resultado da implementação de políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio empreendidas por governos e instituições internacionais, coordenadas especialmente pelos Estados Unidos.

Apesar das críticas e previsões do fim da globalização, especialmente a partir da crise econômica do final dos anos 1990 e dos ataques terroristas aos Estados Unidos em 2001, Held e McGrew (2007) destacam que os dados mostram que seus padrões de interconexão global têm se provado resilientes, que seus fluxos econômicos globais voltaram a se intensificar e que ela está socialmente e institucionalmente incorporada.

No pensamento de Castells (2009), a globalização é, assim, um processo multidimensional, com origens em fatores econômicos, políticos e culturais, tendo a sua disposição a capacidade proporcionada pelas tecnologias digitais de comunicação e pelos sistemas de informação em rede global, acessíveis inclusive a atores sociais individuais. Isso separa em tamanho, velocidade e complexidade o processo contemporâneo de globalização de processos de períodos históricos anteriores.

Nesse contexto, Castells (1999) propõe a emergência de uma nova estrutura social, a sociedade em rede. Ela se manifesta de várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta, delineada pela reestruturação global do modo capitalista de produção e associada ao surgimento de um novo modelo de desenvolvimento: o

informacionalismo. O capitalismo informacional é uma evolução do capitalismo industrial, e todas as sociedades são atingidas pelo capitalismo e pelo informacionalismo.

A sociedade em rede é uma estrutura social que se organiza em redes ativadas por tecnologias de informação e comunicação baseadas na microeletrônica e no processamento digital de informação. Ela tem configurações específicas de redes globais, nacionais e locais em um espaço de interação social multidimensional possibilitado por essas tecnologias.

Ela existe globalmente em tempo real e é global em sua estrutura. Ela não apenas implementa sua lógica no mundo inteiro, mas mantém sua organização em rede em nível global ao mesmo tempo que se especifica em cada sociedade. Mesmo que a maioria das pessoas do mundo não esteja incluída em suas redes, somos todos afetados pelos processos que ocorrem nelas. Ela coexiste com sociedades rurais, comunais e industriais em todos os países dependendo da relevância de cada segmento para a lógica dominante de cada rede.

Castells (2009) propõe que essa nova estrutura transforma bases sociais. As fontes de poder— violência e discurso, coerção e persuasão, dominação política e enquadramento cultural —, por exemplo, não mudaram na sociedade em rede, mas agora são estabelecidas em dois territórios: são construídas na articulação entre global e local e organizadas em redes. Como as redes são múltiplas, as relações de poder são típicas de cada uma delas. Dessa forma, as relações de poder nas redes globais só podem ser afetadas por discursos globais difundidos por meio das redes globais de comunicação.

O estado-nação não desaparece, mas as fronteiras nacionais das relações de poder são apenas mais uma dimensão onde poder e contrapoder operam e isso o afeta, mudando seu papel, sua estrutura e suas funções e gradualmente o levando a uma nova forma: o estado em rede. Sob as condições da globalização multidimensional, o estado é um nó de uma rede, a rede política, institucional e militar, que se sobrepõe sobre outras redes da prática social.

O processo de decisão nele é realizado em uma rede de interação entre instituições nacionais, supranacionais, internacionais, regionais e locais e chegando à sociedade civil. O estado em rede emergente é caracterizado pelo compartilhamento de soberania e responsabilidade entre diferentes estados e níveis de governo, flexibilidade de procedimentos de governança e diversidade de tempos e espaços na relação entre governos e cidadãos.

A sociedade em rede tem outra característica específica e fundamental, na visão do autor: ela muda a relação entre espaço e tempo com a emergência do espaço de fluxos e do tempo intemporal. O uso das tecnologias da informação e da comunicação anula o tempo, negando o sequenciamento. Ele é, então, comprimido, e a sequência das práticas sociais,

incluindo presente, passado e futuro, é diluída. O espaço de fluxos dissolve o tempo porque desordena a seqüência de eventos e os faz simultâneos nas redes de comunicação.

Bauman e May (2010) afirmam que, embora sintamos o mundo no espaço local, as pessoas e as coisas que percebemos não são mais exclusivamente locais: mídias de todos os tipos ampliam nosso campo de percepção, oferecendo-nos perspectivas externas ao que julgamos local. Mesmo o conceito de comunidade se transforma. Ele dependia da noção de interação face a face em um espaço territorial, limitado pela mobilidade. Isso mudou significativamente porque agora os participantes das interações podem estar em diferentes pontos do planeta, independente de seu pertencimento a uma rede de espaço definido. Esse novo tipo de comunidade capitaliza-se por atividades comunicacionais, por um saber adquirido por descrição, em situações de copresença, por meio da mídia.

Estruturas sociais, como a sociedade em rede, são os arranjos organizacionais dos homens em suas relações de produção, consumo, reprodução, experiência e poder expressos em comunicação significativa codificada pela cultura. A diversidade cultural é histórica, vivemos mais fragmentação do que convergência, alerta Castells (2009). Exemplos disso são as diferenças entre as culturas brasileira e americana, recorte deste estudo.

A cultura brasileira, formada na fricção interétnica entre portugueses e indígenas e na integração do negro, é profundamente marcada por suas raízes ibéricas. Carrega elementos do culto de hábitos tradicionais e da assimilação de tradições da nobreza pela burguesia; de personalismo, com a valorização do mérito pessoal; do gosto pela aventura; da repulsa à moral do trabalho e da crença na prosperidade sem esforço; do ócio, da contemplação e do amor; da cordialidade em todas as relações; da obediência. É marcada ainda por uma ausência de orgulho de raça por parte dos colonizadores, pela mestiçagem, pela mistura das línguas e por uma religiosidade artificial. Estão também em suas bases as origens rurais, o patriarcalismo; o patrimonialismo; o autoritarismo e uma profunda dificuldade de organização e de associação.

Enquanto isso, a cultura americana, profundamente marcada por uma moral puritana de origem inglesa, valoriza a igualdade de condições; a democracia; a liberdade e o *laissez-faire*; o respeito às leis; a soberania popular; a associação e a regulação; tendo se desenvolvido ligada à municipalidade. Valoriza ainda o intelecto, o conhecimento e a educação; o individualismo; o populismo e a liberdade de imprensa. Teve sempre a língua inglesa como principal linguagem, destacou o orgulho da raça branca e promoveu a segregação racial.

Em sua especificidade, a sociedade em rede integra essas múltiplas culturas definidas por diferentes histórias e geografias em diferentes partes do mundo, e se desenvolve nessa multiplicidade, acredita Castells (2009). Ela se materializa em formas específicas, levando à formação de diversos sistemas culturais e institucionais globais.

A dimensão cultural do processo de transformação multidimensional da comunicação nessa nova sociedade, propõe o autor, pode ser apreendida na intersecção entre duas tendências: o desenvolvimento paralelo de uma cultura global, a globalização, e identidades culturais múltiplas, a identificação, e o aparecimento simultâneo do individualismo e do comunitarismo.

Nessa intersecção, formam-se quatro padrões culturais. O consumo de marcas é o processo pelo qual os indivíduos definem significado ao seu consumo. O cosmopolitismo é a expressão da consciência de um destino comum no planeta, seja ele em termos de meio ambiente, direitos humanos, princípios morais, interdependência econômica global ou segurança geopolítica, apoiada por atores sociais que se veem como cidadãos do mundo.

Há ainda o individualismo em rede, pelo qual os indivíduos expandem sua sociabilidade usando as redes de comunicação digital para construir seus próprios mundos culturais conforme suas preferências e projetos e os modificando de acordo com a evolução de seus interesses pessoais e valores; e o multiculturalismo, o reconhecimento de identidades múltiplas em um mundo constituído pela diversidade de comunidades culturais.

O desafio, assim, propõem Jenkins (2006) e Castells (2009), é compreender como identidades culturais específicas se comunicam entre si numa estrutura social global. Sem essa capacidade de comunicação, sem uma linguagem comum de valores e crenças, o compartilhamento dessa estrutura, global e interdependente, cai no desentendimento sistêmico e na violência destrutiva.

A cultura da sociedade em rede é fragmentada na entrega das mensagens, no entanto, é integrada na produção de significados por meio de protocolos de comunicação que produzem inteligibilidade nessa cultura centrada na comunicação. A construção da nova esfera pública nessa sociedade é realizada pelo estabelecimento desses protocolos entre diferentes processos de comunicação.

Dessa forma, protocolos de comunicação entre diferentes culturas são a pedra fundamental da sociedade em rede, declara Castells (2009). Eles são as práticas e suas plataformas organizacionais de suporte que possibilitam o compartilhamento de significados entre os padrões culturais da sociedade em rede global – o consumo de marcas, o individualismo em rede, o cosmopolitismo e o multiculturalismo –, conectando culturas. A

publicidade e o hipertexto digital são exemplos de protocolos dos grandes processos de comunicação, mas violência, sexo e a afeição por bebezinhos são outros exemplos de protocolos compartilhados pela humanidade, mais primários. Identificar esses protocolos exige investigação empírica dos processos de comunicação que indivíduos e organizações empreendem nessa sociedade.

As tecnologias da informação e da comunicação são os principais vetores dos padrões culturais da sociedade em rede. A revolução da tecnologia da informação que ocorre nas últimas décadas se caracteriza pela aplicação do conhecimento e da informação na geração de mais conhecimento e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso, como explica Castells (1999). O desenvolvimento dessa tecnologia levou a uma revolução global em todo o sistema de mídia.

A Internet é a espinha dorsal da comunicação global mediada por computadores, é a rede que liga a maior parte das redes. A organização das páginas da internet por informação para facilitar as pesquisas dos usuários contribuiu para a generalização de seu uso. Isso foi possível com a criação do aplicativo *www (world wide web)* por um grupo de pesquisadores em 1990.

A evolução das mídias de massa, a difusão da internet, da comunicação sem fio e de uma variedade de ferramentas de *softwares* sociais provocaram o desenvolvimento de redes horizontais de comunicação interativa que conectam global a local e vice-versa, produzindo a glocalidade, no conceito de Meyrowitz (2005). Ferramentas de organização voluntária dos usuários da internet em redes sociais, as chamadas mídias sociais, como Orkut e Facebook, e de autoexpressão, como blogs, fotoblogs e videologs, conectam indivíduos de todos os continentes. Com essa convergência, o poder de comunicação e de processamento da informação da internet distribui-se pela realidade da vida social. As pessoas se apropriam dessas novas formas de comunicação e constroem seus próprios sistemas de comunicação de massa e autoexpressão.

Autocomunicação de massa é conceito desse novo tipo de comunicação, proposto por Castells (2009). A comunicação de massa – impressos, rádio e televisão – foi predominantemente unidirecional, e essa nova forma de comunicação é interativa, caracterizada pela capacidade de envio de mensagens de muitos para muitos, em tempo real. Ela é comunicação de massa porque potencializa o alcance de uma audiência global e é ainda autocomunicação porque a produção da mensagem é autogerada, a definição do potencial de recepção é autodirecionada e a recuperação de mensagens específicas ou de conteúdo da

internet e das redes de comunicação eletrônica é autosselecionada. As três formas de comunicação – interpessoal, de massa e autocomunicação de massa – não se substituem, elas coexistem, interagem e se complementam.

O que é novo historicamente, dessa forma, com consequências consideráveis para a organização e a mudança sociais é a articulação de todas as formas de comunicação em um hipertexto digital, composto e interativo que inclui, mistura e recombina em sua diversidade a totalidade das expressões culturais da interação humana.

Castells (2009) afirma que essa nova realidade comunicativa é composta por emissores globalmente distribuídos conectados por redes de computadores. Com base na internet e nas redes sem cabo, essa comunicação é horizontal, interativa e de larga escala, sua morfologia define a forma de mobilização e de mudança social na sociedade em rede. A autocomunicação de massa é ferramenta fundamental de resistência e contrapoder, é decisiva para a mobilização, a organização, a deliberação, a coordenação e a decisão, é a estrutura onde os movimentos sociais do Século XXI estão sendo formados.

Os movimentos sociais nascem de contradições e conflitos específicos de cada sociedade e expressam a revolta e os projetos dos indivíduos, como explica Castells (2012). A comunicação sempre teve papel crítico na formação desses movimentos porque os indivíduos precisam se mobilizar e dependem de redes interativas de comunicação. Nesse início de século, novos movimentos sociais explodem por todo o mundo, tendo na base de sua formação a comunicação digital.

O movimento Occupy Wall Street invadiu as cidades americanas em setembro de 2011. Indignados com as consequências da crise econômica iniciada em 2008, com o poder e a influência das corporações, com o abandono de promessas de campanha eleitoral por Barack Obama, inspirados pelo movimento egípcio e chamados às ruas por redes de ativistas que se organizavam há meses pelas redes digitais, cerca de mil pessoas foram para Wall Street e ocuparam o parque Zuccotti, em Nova Iorque, em 17 de setembro. A repressão policial, documentada e publicada nas diversas plataformas da internet, gerou solidariedade, alimentou e propagou os protestos por todo o país, os quais se estenderam pelo mês de outubro. Apesar do fim da ocupação dos espaços públicos, o movimento continua vivo, dois anos depois, nas redes digitais.

No Brasil, uma série de protestos explodiu em junho de 2013, depois de meses de manifestações em diversas capitais, como Porto Alegre e São Paulo, contra o aumento das tarifas do transporte público, organizadas pelas redes sociais, especialmente pelo Facebook. A repressão violenta da polícia de São Paulo na noite de 13 de junho foi documentada e

publicada pelos protestantes na internet e gerou indignação nacional e apoio de cidadãos de todo o país aos protestos dos estudantes. Milhões de pessoas juntaram-se a eles e foram para as ruas protestar por diversas causas políticas em centenas de cidades. Os protestos continuaram pelo mês de julho, e manifestações esporádicas ainda ocorrem por todo o país, organizadas por diversos grupos sociais.

Em todos esses movimentos, havia primeiro uns poucos, que atraíram centenas, que, em rede com milhares, receberam o apoio de milhões, descreve Castells (2012). O que os faz absolutamente novos é sua natureza híbrida: os ativistas usam extensivamente as ferramentas online, mas a ocupação física do espaço urbano tem a mesma importância. Seu novo espaço público é um espaço híbrido, digital e urbano, de comunicação autônoma. Todos tem como destaque o protagonismo de jovens.

A explosão desses movimentos em rede é apenas estopim quando se trata do uso da autocomunicação de massa pra fins políticos. As mídias sociais, como Twitter e MySpace, e as plataformas que facilitam a interação, como sites com possibilidade de comentários, tornaram-se canais de informação política e a principal arena pública de expressão, troca de ideias políticas e mobilização para os cidadãos, conforme Kahne, Middaugh e Allen (2012). Ao oferecer ferramentas para essas ações, as novas mídias criam novas possibilidades para o engajamento cívico e a política participativa.

Para estudar práticas de engajamento cívico e de participação pública com o uso dessas ferramentas, focar na juventude é uma escolha estratégica. Os jovens são os primeiros a adotar as novidades tecnológicas e as usam massivamente, dizem os autores. Além disso, estão geralmente envolvidos em atividades de cultura participativa *online* e são os primeiros a aplicar suas expectativas e práticas na realidade política. As pesquisas indicam que eles também usam muito as novas mídias para temas cívicos e políticos.

A corrente geracional das teorias sociológicas da juventude adota uma noção de juventude como fase da vida e põe ênfase em seu aspecto unitário, mesmo reconhecendo que há diferentes perspectivas de vida entre jovens de uma mesma geração. Essa corrente discute a continuidade e a descontinuidade dos valores intergeracionais, a renovação e a continuidade da sociedade dependendo da relação entre as gerações.

O grupo da juventude, nesse paradigma analítico, tem as seguintes características: indivíduos cujas idades se concentram dentro de um intervalo relativamente estreito; indivíduos portadores de sentimentos comuns de se encontrarem coletivamente em presença de certos grupos distintos do seu pela idade; e indivíduos com sentimentos de que existem

diferenças etárias e, não menos significativas, diferenças nas referências sociais e culturais, como informação, valores, interesses, projetos etc.

É necessário ainda reconhecer os contextos de vivência dos jovens porque é cotidianamente, no curso das suas interações, que eles constroem formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação. Um enfoque histórico, de estrutura social, também baliza o que é juventude. Além disso, podem-se recortar as gerações por estado-nação, porque elas carregam características nacionais.

A interação com as novas mídias e ferramentas de comunicação faz os jovens pelo globo desenvolverem comportamentos e atitudes comuns, diz Herrera (2012). Estudiosos da área compartilham o entendimento de que a geração nascida no final dos anos 1970 carrega padrões de sociabilidade, cognição e valores distintos das gerações da era pré-digital. Eles são mais horizontais, interativos, participativos, abertos, colaborativos e mutualmente influentes, com tendência a orientações coletivistas. Se eles forem capazes de acessar e explorar os recursos, inovar política e culturalmente e cultivar lideranças estratégicas, podemos começar a falar em uma geração global, afirma a autora.

Conforme os estudos da socialização política de Niemi e Hepburn (1995), o período entre 14 e 25 anos são os de mais rápido aprendizado de capacidades e atitudes políticas adultas. Mudanças psicológicas e sociais ocorrem nesse período. Nessa fase, os jovens já têm algumas capacidades de adultos, como as capacidades de racionalizar consequências, de avaliar as implicações dos cursos de suas atitudes e de escolher a partir de princípios gerais. Além disso, são os anos em que as sociedades educam formalmente a juventude sobre governo, política e cidadania.

Grupos de amigos, mídia e eventos são agências proeminentes na socialização política dos jovens, e, entre outras questões, elas proporcionam o aumento do potencial de mudança nas atitudes políticas de uma geração para a outra. O que pode ser socialização inadequada para a manutenção das estruturas políticas existentes, destaca Easton (1968), pode ser altamente apropriada para trazer novas estruturas baseadas em novos ideais e novos tipos de acomodação política entre os membros do sistema.

As mudanças de valores de geração para geração refletem mudanças históricas nas condições existenciais de uma sociedade, elas ocorrem nas sociedades onde as gerações mais jovens vivenciam condições de formação diferentes das vividas pelas mais velhas, destacam Inglehart e Welzel (2009). Em nossos anos de formação, não absorvemos todos os valores que nos passam, e temos maior probabilidade de adotar aqueles valores coerentes com nossa própria experiência nos anos de nossa formação.

Na atualidade, há um contraste intrigante na disposição política da juventude. Quando são considerados os padrões tradicionais, os níveis de comprometimento, capacidade e atividade cívicos e políticos dos jovens são baixos e declinantes em todos os grupos demográficos. Ao mesmo tempo, eles são altamente engajados com as novas mídias, que são envolventes e alinhadas com formas de vida cívica e política, dizem Kahne, Middaugh e Allen (2012). Isso quer dizer que eles estão investindo e inovando em novas formas de participação, as *online*, as quais facilitam sua inclusão nas atividades políticas tradicionais, mas são diferentes das concebidas pelas gerações anteriores.

Há, assim, a decadência de um paradigma tradicional de engajamento cívico com novas orientações cívicas sendo encontradas entre os jovens de diferentes países. Essa tendência inclui o aparecimento de causas políticas mais pessoalmente expressas baseadas em preocupações com estilos de vida, como comportamentos de consumo e a emergência de redes de protestos locais e globais.

Seu novo engajamento cívico, para os autores, é o de uma cidadania efetivada: parte da valorização de se ter a voz como membro de um grupo e observar as autoridades públicas – líderes de opinião, oficiais e jornalistas – em direção a um engajamento pessoal mais amplo, com redes de pares que reúnem informações e organizam a ação cívica usando tecnologias de comunicação social que maximizam a expressão individual.

Da mesma forma, a política participativa passou a ser composta por atos baseados em interação de grupos de pares por meio dos quais indivíduos e grupos buscam exercer voz e influência nas questões de interesse público. São exemplos desses atos, exemplificam Cohen e Kahne (2012), iniciar um grupo político *online*, escrever e disseminar um comentário sobre política em um blog ou compartilhar um vídeo com conteúdo político. Consumir informação política não é um ato de política participativa, mas circular informação política ou compartilhar a perspectiva pessoal sobre um fato é uma atividade participativa.

A política participativa, no contexto atual, estende-se para além do processo eleitoral, que domina as discussões na ciência política, e inclui diversos tipos de esforços de indivíduos e grupos para influenciar os temas de interesse público. Além dos processos eleitorais, o ativismo – protestos, boicotes, petições –, as atividades cívicas – caridade e serviços comunitários – e as políticas de estilo de vida – vegetarianismo, ações pelos direitos dos animais – constituem práticas de política participativa.

O esforço de compreensão de se e como as novas mídias estão transformando a natureza da vida política exige uma ampliação do foco tradicional de instituições e práticas. Habermas (1999) criou um conceito muito importante de esfera pública antes do advento

dessas tecnologias. Para ele, esfera pública é um domínio da vida social, acessível a todos os cidadãos e, em princípio, no qual a opinião pública pode ser formada. Uma parte da esfera pública é constituída em conversações em que pessoas privadas se reúnem para formar um público. Cidadãos agem como público quando negociam questões de interesse geral sem coerção, com a garantia de que se reúnem e expressam suas opiniões livremente. Quando o público é grande, esse tipo de comunicação exige recursos para disseminação e influência. O autor cita periódicos, jornais, rádio e televisão como meios da esfera pública.

Para Canclini (2001), no entanto, a esfera pública não se esgota mais no campo das interações políticas, nem no âmbito nacional. O público não abrange somente as atividades estatais ou diretamente ligadas a atores políticos, mas também o conjunto dos atores – nacionais e internacionais – capazes de influir na organização do sentido coletivo e nas bases culturais e políticas da ação dos cidadãos. Castells (2012) propõe, assim, que há um novo espaço público, uma nova esfera pública de participação, como evolução dos termos habermasianos: um espaço híbrido, digital e urbano.

Nesse contexto, surge o conceito de mídia cívica. Ela significa qualquer uso de qualquer tecnologia com o propósito de ampliar o engajamento cívico e a participação pública, possibilitando a troca de informação significativa, promovendo a conectividade social, construindo perspectivas críticas, garantindo transparência e *accountability* ou fortalecendo a ação cidadã. (JENKINS, 2013, informação verbal, tradução minha) Entendo que o conceito de mídia cívica é um ideal típico. Ele define uma ação, qualquer uso de qualquer tecnologia, como social e racional ao propor seu encadeamento com o sentido de ampliação do engajamento cívico e da participação pública.

Nesta pesquisa exploratória sobre como jovens de países de diferentes culturas, como Brasil e Estados Unidos, usam ferramentas de autocomunicação de massa com o fim de engajamento cívico e participação pública no contexto da sociedade em rede global, utilizo o conceito de mídia cívica como um tipo ideal.

Busco a compreensão interpretativa da ação social e sua explicação causal em seu curso e em seus efeitos, nos termos de Weber (2000), considerando que os indivíduos, os agentes, são jovens brasileiros e americanos de 14 a 25 anos; o tipo ideal é o conceito de mídia cívica; a ação social é a ação comunicativa, a interação, por meio da internet; o curso da ação é o uso que eles fazem de ferramentas de autocomunicação de massa empregando as dimensões analíticas extraídas do tipo ideal; o sentido, o fim racional da ação, seria seu uso

com propósito de engajamento cívico e participação pública; e as causas, os padrões culturais da sociedade em rede global.¹

Entre as questões de pesquisa, proponho que, na sociedade em rede global, jovens brasileiros e americanos usam ferramentas de autocomunicação de massa da internet compartilhando protocolos de comunicação semelhantes com o fim de engajamento cívico e participação pública em movimentos sociais, mesmo sendo oriundos de culturas diferentes.

Adoto o tipo ideal como ação ideal típica com fim racional de engajamento cívico e participação pública que utiliza em seu encadeamento protocolos de comunicação compartilhados que criam pontes de comunicação entre os jovens de diferentes culturas na sociedade em rede global. É a habilidade ou inabilidade de gerar protocolos de comunicação entre os padrões culturais da sociedade em rede que definem a possibilidade ou a impossibilidade de comunicação entre sujeitos de diferentes processos de comunicação, afirma Castells (2012).

Na pesquisa empírica, trabalhei com o conteúdo publicado em blogs da rede Tumblr por jovens brasileiros sobre os protestos no Brasil, em junho e julho de 2013, e por jovens americanos sobre o movimento Occupy Wall Street, em setembro e outubro de 2011.

Escolhi os blogs entre as ferramentas de comunicação de massa por três fatores principais. O primeiro é o fato de que se ter um blog por si só configura participação pública. Em segundo lugar, blogs são plataformas múltiplas que permitem todos os formatos de comunicação – escrita e audiovisual – e interatividade. Por fim, blogs são públicos, notas postadas e comentários de outras pessoas estão abertos ao público, o que reduz as questões éticas e de privacidade envolvidas.

Na etapa qualitativa deste estudo, conduzi uma análise de conteúdo. Busquei a compreensão da ação dos jovens blogueiros. A pesquisa comparativa deu ênfase à análise das configurações de condições causais, e seu fim foi determinar as combinações de condições causais entre os casos.

A pesquisa está distribuída em cinco capítulos. O primeiro, Globalização, Sociedade, Comunicação e Tecnologia, apresenta teoria e conceitos que explicam a realidade social onde se encontra o objeto de estudo. O segundo capítulo, Juventude, Engajamento Cívico e Participação Pública, caracteriza o objeto e discute questões que envolvem os jovens, os usos que fazem da tecnologia e sua disposição para se envolver com temas públicos. No terceiro, Cultura no Brasil e nos Estados Unidos, reúno brevemente os principais fatores históricos e as

¹ Este estudo é baseado principalmente nas proposições de obras de Manuel Castells, como os enfoques da Sociedade em Rede, dentro das Teorias da Sociedade da Informação, de cultura e de comunicação. .

principais características das duas culturas nacionais onde estão inseridos os jovens estudados, ficando claro, no final, que se trata de culturas marcadas por diferenças profundas. No quinto capítulo, detalho os procedimentos metodológicos e, no último, elaboro a compreensão da ação social desses jovens.

2 GLOBALIZAÇÃO, SOCIEDADE, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA

Neste capítulo², contextualizo o problema de pesquisa, uma pesquisa exploratória de como jovens de países de diferentes culturas, como Brasil e Estados Unidos, usam a internet com o fim de engajamento cívico e participação pública na sociedade em rede global. Reúno teoria, explicações e conceitos que considero relevantes para compreender onde o objeto da pesquisa se encontra e qual sua ação no emaranhado global do mundo social na atualidade.

Faço uma breve explanação do que é o processo de globalização, com interesse nas possibilidades de comunicação e de transformação social às quais a tecnologia pode dar suporte na sociedade em rede. Como os processos de comunicação se formam nas redes e fluxos, como as pessoas interagem em diferentes culturas, que impactos a comunicação mediada por computadores pode promover nas relações políticas?

2.1 GLOBALIZAÇÃO

Encontrar um conceito, uma explicação ou uma teoria que ofereça uma boa e breve compreensão do que é o fenômeno da globalização é uma tarefa quase tão complexa quanto o próprio fenômeno. Há diversos conceitos – muitos convergentes, muitos definindo diferentes faces do fenômeno –, de muitos autores – economistas, cientistas sociais, historiadores, cientistas naturais etc. Há diferentes focos de análise, dos que abrangem mais áreas das ciências aos mais específicos. Há ainda divergentes teorias, com muitas abordagens e suas controvérsias. São “[...] varied disciplinary, conceptual, epistemological and historical interpretations of globalization from across the social sciences.” (HELD; MCGREW, 2007, p.1)

Os impactos sobre o meio ambiente, as identidades culturais, os gêneros, os padrões de consumo e as assimetrias econômicas e políticas entre os países são alguns dos temas exaustivamente debatidos na tentativa de compreensão da globalização. Eles vêm acompanhados de preocupações sobre os papéis da violência organizada – dos antigos impérios à guerra contra o terror –; da hegemonia e do imperialismo dos Estados Unidos; da centralidade da política e não da economia nas decisões; do repensar das categorias espaciais do global e do local; da convergência da economia global e da capacidade institucional dos estados para administrar as aberturas econômicas, entre outras questões.

² A estrutura deste capítulo – e a maior parte dos conceitos que utilizo – é baseada no programa da disciplina COMM 559 – Globalization, Communication, and Society, ministrada por Manuel Castells, na Annenberg School for Communication and Journalism, da University of Southern California, na primavera de 2013.

No entanto, considerando que vivemos em um sistema capitalista, salvo alguns poucos países, é impossível negar o protagonismo da globalização econômica no processo. Gilpin (2004) salienta que a expressão globalização popularizou-se em meados dos anos 1980 com o crescimento do comércio e dos fluxos financeiros internacionais e das atividades das corporações multinacionais. Desde o início daquela década, as relações econômicas e políticas vinham se intensificando entre as nações, retomando níveis do fim do século XIX.

Castells (1999) destaca que uma economia global é uma nova realidade histórica, diferente de uma economia mundial. Uma economia mundial, na qual a acumulação de capital avança por todo o mundo, existe, no mínimo, desde o século XVI. A economia global tem capacidade de funcionar como uma unidade, em tempo real, em escala planetária, embora também não seja uma economia planetária.

Apesar de afetar direta e indiretamente a vida de toda a humanidade, a economia emergente nas últimas décadas não alcança todos os processos econômicos do planeta, nem todos os territórios, nem todas as atividades das pessoas. Ela opera em segmentos de estruturas econômicas, regiões e países, em proporções que variam conforme a posição desses segmentos na divisão internacional do trabalho, afirma Castells (1999). De fato, a maior parte da produção, do emprego e das empresas continua local e regional.

Ainda assim, pode-se falar em uma economia global porque as economias de todo o mundo dependem do desempenho de seu núcleo globalizado. Ela é “[...] *uma economia cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária.*” (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 142, grifo do autor)

O modo capitalista de produção busca sua contínua expansão e a superação de limites temporais e espaciais, e foram as mudanças de infraestrutura tecnológica e decisões políticas que levaram a economia mundial a tornar-se global.

Gilpin (2004) admite:

[...] a globalização econômica tem sido estimulada por acontecimentos políticos, econômicos e tecnológicos. A contração do tempo e do espaço pelos avanços nas comunicações e nos transportes reduziu muito os custos do comércio, ao passo que tanto as economias em processo de industrialização quanto as industrializadas, em grande parte sob a liderança americana, tomaram certas iniciativas para diminuir as barreiras comerciais e de investimentos. (GILPIN, 2004, p. 41)

Para Castells (1999), a economia, assim, além dos fatores econômicos, pôde expandir-se globalmente porque tinha a sua disposição novas tecnologias da informação e de

comunicação e foi induzida por políticas governamentais. Ela foi constituída politicamente por governos e por instituições internacionais com a decisão de implementação de políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio e dos investimentos.

Esse processo foi coordenado especialmente pelos Estados Unidos. Muitos denunciam que a globalização distribui e fortalece a dominação cultural e econômica e o discurso político do Ocidente. Realmente, não é difícil compreender que a hegemonia Americana e a globalização econômica vêm juntas. “Economic relationships always bear the imprint of powerful states. At various historical junctures [...] leading states are presented with [...] opportunities to shape the basic organization and rules of regional and global markets.” (HELD; MCGREW, 2007, p. 41)

A economia mundial aberta e a construção americana de uma ordem hegemônica emergiram juntas no final da Segunda Guerra Mundial. Held e McGrew (2007) explicam muito bem o processo:

[...] the extraordinary explosion in trade and investment across the postwar advanced industrial world created a rising tide of prosperity and economic interdependence that reinforced the American-centered hegemonic order. It was a virtuous circle: America’s postwar system of security alliances and multilateral institutions facilitated the expansion of world markets and, in turn, the expansion of world markets fueled growth and transformed the Western order into the dynamic and triumphant epicenter of world politics in the second half of the twentieth century. (HELD; MCGREW, 2007, p. 41)

Entre 1944 e 1951, por exemplo, as criações da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), do Sistema de Bretton Woods, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e da aliança Estados Unidos-Japão foram resultados dos esforços dos líderes americanos na mais intensa construção de instituições da história para influenciar as esferas política, econômica e de segurança em níveis regionais e globais. Dessa forma, os americanos delinearum um mundo de regras, instituições, democracia e parcerias regionais, colocando-se a si próprios no centro de tudo e, especialmente, beneficiando seu estado, sua sociedade e sua segurança nacional da economia mundial aberta, afirmam os autores.

No final do Século XX, hegemonia americana e economias abertas mantinham sua relação. A dominância geopolítica do país e a expansão da economia global se ampliaram. Os Estados Unidos eram cada vez mais tolerantes, reforçando a estabilidade geral entre os principais poderes econômicos e removendo competições que pudessem ser fonte de conflito

econômico. Além disso, desde a década de 1980, vinham promovendo e incentivando a incorporação de novas e liberais democracias na ordem internacional do Ocidente.

Nesse contexto e logo após o fim da Guerra Fria, afirma Gilpin (2004), economistas, empresários e dirigentes políticos dos países industrializados e em industrialização acreditavam que a globalização econômica levaria a um mundo de economias abertas e prósperas, de democracia política e de cooperação internacional. Estudiosos da Tese da Globalização viam melhorias quantitativas nas questões humanas à medida que os fluxos de comércio, investimento e tecnologias através das fronteiras nacionais se expandiam.

No entanto, fatos políticos impactaram profundamente o processo. Previsões sobre o fim da globalização e o colapso da ordem mundial liberal ganharam força após os ataques terroristas aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 e a declaração da guerra ao terror. Para Held e McGrew (2007) as trocas do multilateralismo pelo unilateralismo e do *soft power* pelo *hard power*; menos estabilidade e mais insegurança; limites e fronteiras; nacionalismo e protecionismo; localismo e etnias parecem definir uma época de desintegração da globalização.

Essa nova conjuntura somou-se à crise econômica iniciada em 1997, e as críticas à globalização econômica ganharam força por todo o mundo. Muitos passaram a acreditar que ela foi supervalorizada como descrição da realidade social, como explicação da mudança social e como ideologia do progresso social, destacam os autores.

Gilpin (2004) cita que os críticos apontam os riscos dos fluxos financeiros desregulados e da falta de controle das sociedades nacionais sobre as forças econômicas e tecnológicas globais, culpam ainda o processo pela crescente desigualdade das rendas e pelos níveis cronicamente altos de desemprego em várias regiões do mundo e reivindicam protecionismo comercial, acordos regionais fechados e severas restrições à migração.

Outros argumentam, lembram Held e McGrew (2007), que a globalização é consequência de uma lógica inerentemente expansionária das sociedades capitalistas e veem o triunfo de um sistema caracterizado pela exploração, pela dominação e pelas crescentes desigualdades dentro das sociedades nacionais e entre elas.

Outros ainda salientam que a globalização não é irreversível, que depende da manutenção de políticas nacionais e de fundamentos políticos que podem se desintegrar se as grandes potências não fortalecerem seus vínculos econômicos e políticos, salienta Gilpin (2004).

Há também a preocupação com a homogeneização cultural. Para Canclini (2001), as diferenças nacionais persistem, mas essas diferenças são convertidas em desigualdades devido

à forma pela qual o mercado reorganiza a produção e o consumo para obter maiores lucros. Como o processo incorpora nações e setores dentro das nações de formas diversas, não se pode imaginar que ele pretende homogeneizar culturas locais e regionais. Desse modo, “[...] a globalização não é um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las.” (CANCLINI, 2001, p. 11)

Apesar das críticas e previsões do fim da globalização, os dados mostram que seus padrões de interconexão global têm se provado resilientes, que seus fluxos econômicos globais voltaram a se intensificar e que ela está mais socialmente e institucionalmente incorporada do que seus críticos desejam, dizem Held e McGrew (2007). Os autores ainda destacam que o processo tem tamanha significação que define a condição cultural de nossos tempos.

Assim, também pensa Castells (2009), e é por essa visão da globalização que me interessa: o processo multidimensional, com origens em fatores econômicos, políticos e culturais, e que tem à disposição a capacidade em rede global proporcionada pelas tecnologias digitais de comunicação e pelos sistemas de informação, incluindo redes de transportes computadorizadas, rápidas, de longa duração, inclusive para atores sociais individuais. É isso que separa em tamanho, velocidade e complexidade o processo contemporâneo de globalização de processos de períodos históricos anteriores.

O autor destaca que essa globalização ocorre em camadas: os mercados financeiros, a comunicação, os direitos humanos, os movimentos sociais, os crimes transnacionais são globais; a mídia é global e local; e as instituições, contradição no processo, não são globais (informação verbal)³.

Held e McGrew (2007) listam condutores do processo contemporâneo: a mudança da infraestrutura global das comunicações promovida pela revolução da tecnologia da informação; o desenvolvimento de mercados globais de produtos e serviços conectados à distribuição mundial de informação; a nova divisão global do trabalho dirigida pelas corporações multinacionais; o fim da Guerra Fria e a difusão de valores democráticos e de consumo em muitas regiões do mundo; e o crescimento da migração e do movimento de pessoas, ligados a transformações nos padrões de demanda econômica, demográfica e degradação ambiental. Para eles:

³ Informação obtida em aula da disciplina COMM 559 – Globalization, Communication, and Society, ministrada por Manuel Castells na Annenberg School for Communication and Journalism da University of Southern California, na primavera de 2013.

These deeply structured processes generate dense patterns of global interconnectedness, real and virtual. As a result, political communities can no longer be considered (if they ever could with any validity) as simply 'discrete worlds'; they are enmeshed in complex structures of overlapping forces, relations and networks. Clearly, these are structured by inequality and hierarchy. However, even the most powerful among them – including the most powerful states – do not remain unaffected by the changing conditions and processes of the many different forms of regional and global entrenchment. (HELD; MCGREW, 2007, p. 4)

Gilpin (2004) reconhece que a transição da economia da era do petróleo para a da era da informação, a partir da década de 1970, estabeleceu um modelo econômico baseado na computação, na reestruturação das corporações e na globalização econômica, como vimos anteriormente. Para ele, “o computador e o advento da economia da informação, da Internet ou do conhecimento estão transformando quase todos os aspectos das relações econômicas, políticas e sociais”. (GILPIN, 2004, p. 48) Castells (1999) considera que essa transformação é um fenômeno histórico da mesma importância da Revolução Industrial do Século XVIII, que levou a um “padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura”. (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 67)

Esse novo contexto histórico começa a se formar na revolução microeletrônica iniciada nas décadas de 1950 e 1960 e consolidada na década de 1970, inicialmente nos Estados Unidos e difundida rapidamente pelo mundo, descreve o autor. Foi constituído principalmente nos Estados Unidos porque um segmento específico da sociedade americana, em interação com a economia global e a geopolítica mundial, concretizou um novo estilo de produção, comunicação, gerenciamento e vida.

Castells (1999) baseia-se no princípio de que “as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder”. (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 51) Assim, é importante destacar que a revolução tecnológica não foi a única condição para a emergência dessa nova estrutura social: foram necessárias também as condições oferecidas por uma sociedade industrial madura.

Nessas condições, surge uma “estrutura social, manifestada de várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta”, delineada “pela reestruturação global do modo capitalista de produção” e “associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo”. (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 51) O informacionalismo é um novo modelo de desenvolvimento dentro do sistema de produção capitalista. O capitalismo informacional é uma evolução do capitalismo industrial, e todas as sociedades são atingidas pelo capitalismo e pelo informacionalismo.

Nesse novo modo de desenvolvimento, a tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos é a fonte da produtividade, visando à acumulação de conhecimentos em níveis cada vez mais elevados de complexidade no processamento de informações.

Castells (1999) explica que é informacional – não apenas baseado em informação – porque suas características culturais e institucionais devem ser incluídas na implementação e difusão do novo paradigma tecnológico. Ou seja, a generalização da produção e da administração baseadas em conhecimentos para toda a esfera de processos econômicos em escala global exige transformações sociais, culturais e institucionais.

Ele identifica a especificidade do informacionalismo:

[...] o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação: é por isso que, voltando à moda popular, chamo esse novo modo de desenvolvimento de informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação. (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 53)

Modelos de desenvolvimento definem toda a esfera de comportamento social, inclusive a comunicação simbólica, considera o autor. No caso do informacionalismo, há estreita ligação entre a tecnologia de conhecimentos e informação, a cultura e as forças produtivas porque, apesar de serem organizadas em esferas dominantes da sociedade, a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e os modificando. “Portanto, devemos esperar o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e transformação social.” (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 54)

A tecnologia não determina a sociedade, assim como a sociedade não escolhe o curso da transformação tecnológica. O resultado das influências entre sociedade e tecnologia depende de um complexo padrão interativo, moldado por diversos fatores, inclusive criatividade, que intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais. No entanto, mesmo que não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia incorpora a capacidade de transformação das sociedades e os usos que elas decidem dar ao seu potencial tecnológico.

2.2 SOCIEDADE

2.2.1 Sociedade em rede

Para Castells (2013), sociedades são organizações sociais feitas de valores e normas materializados em instituições e projetos (informação verbal)⁴. São estruturas contraditórias constituídas em conflitos e negociações entre atores diversos e, muitas vezes, oponentes. Os acordos e contratos instáveis e temporários firmados entre esses atores são transformados em instituições de dominação por aqueles que conseguem obter uma posição vantajosa na disputa de poder, mesmo que esses tenham que permitir algum grau de representação institucional da pluralidade de interesses e valores dos que ficaram subordinados.

O autor salienta que as instituições do estado e para além dele, as organizações e discursos que determinam e regulam a vida social não resumem a sociedade. As sociedades são constituídas de redes de poder múltiplas, sobrepostas e interativas. Para além de fronteiras territoriais, têm intersecções de redes de poder locais, nacionais e globais que as configuram. Mesmo as sociedades nacionais se segmentam e são constantemente redefinidas pela ação dessas redes dinâmicas sobre suas estruturas sociais históricas. Sociedades também se dissolvem como formas estáveis de organização quando consideramos as dinâmicas sociais circulando em redes.

Ele propõe que uma abordagem mais adequada para entender o processo de mudança histórica contemporâneo é considerar o surgimento de um tipo particular de estrutura social, a sociedade em rede. Essa estrutura tem configurações específicas de redes globais, nacionais e locais em um espaço de interação social multidimensional possibilitado pela tecnologia da informação e da comunicação. Castells (2009) explica ainda a centralidade dessa tecnologia nessa estrutura:

A network society is a society whose social structure is made around networks activated by microelectronics-based, digitally processed information and communication technologies. I understand social structures to be the organizational arrangements of humans in relationships of production, consumption, reproduction, experience, and power expressed in meaningful communication coded by culture. (CASTELLS, 2009, p. 24)

Como vimos, o papel da tecnologia é fundamental nos processos de transformação social. A tecnologia do nosso tempo, a da informação e da comunicação, é especialmente diferenciada porque se relaciona com o coração da especificidade humana: a comunicação

⁴ Idem nota 2.

consciente e significativa. Soma-se a isso o fato de que as redes digitais são globais porque têm capacidade para se reconfigurarem e transcenderem limites territoriais e institucionais por meio de redes de computadores conectados à distância. Assim, a disponibilidade dessas tecnologias possibilita o pleno desenvolvimento da sociedade em rede e a transcendência de limites das redes como formas de organização e interação.

Conclusão aqui é a de que uma estrutura social que tem como infraestrutura essas redes tem a capacidade de ser global também. Então, a sociedade em rede é uma sociedade global: ela existe globalmente em tempo real e é global em sua estrutura. Ela não apenas implementa sua lógica no mundo inteiro, mas mantém sua organização em rede em nível global ao mesmo tempo que se especifica em cada sociedade. Mesmo que a maioria das pessoas do mundo não esteja incluída em suas redes, somos todos afetados pelos processos que ocorrem nelas.

A desigualdade na globalização da sociedade em rede é uma característica significativa de sua estrutura social e resulta do fato de que diferentes redes terão diferentes geometrias e geografias de inclusão e exclusão, destaca Castells (2009). Ela coexiste com sociedades rurais, comunais e industriais em todos os países dependendo da relevância de cada segmento para a lógica dominante de cada rede.

O autor explica que a inclusão e a exclusão nessa estrutura é resultado de uma lógica binária dinâmica que funciona conforme sua programação. A mudança dos programas depende da habilidade dos atores sociais de agir sobre eles modificando-os na direção de seus interesses. A sociedade em rede é, desse modo, uma estrutura maleável às forças sociais, à cultura, à política e às estratégias da economia.

Como a experiência humana continua local, tanto em termos culturais quanto territoriais – lugares, identidades, organizações e instituições continuam a ser o ambiente material da vida das pessoas –, mesmo que a sociedade em rede avance pelo planeta, muitas dessas localidades são atingidas pela lógica de inclusão e exclusão das redes globais que estruturam a produção, o consumo, a comunicação e o poder. Isso é resultado dessa capacidade de reconfiguração dos processos de rede, a qual permite aos programas que governam cada rede buscarem valor e o incorporarem, ignorando territórios, atividades e pessoas que não atendem aos interesses da rede.

O que não muda, afirma o autor, é sua dominância sobre atividades e pessoas externas às redes. É assim que o global se sobrepõe ao local, a não ser que o local se torne conectado ao global como um nó em redes globais alternativas construídas pelos movimentos sociais.

A compreensão das relações de poder na atualidade deve ser específica a essa sociedade em particular, incluindo a discussão sobre seus principais componentes: produção e apropriação de valor, trabalho, sua existência como formação espaço-temporal, cultura e comunicação.

2.2.2 Poder e contrapoder

“Power is the most fundamental process in society, since society is defined around values and institutions, and what is valued and institutionalized is defined by power relationships”. (CASTELLS, 2009, p.10)

Castells (2009) pontua ainda uma série de explicações mais detalhadas. Poder é a capacidade relacional que habilita um ator social a influenciar assimetricamente as decisões de outro ator social de forma que favoreça seus desejos, interesses e valores. É exercido por coerção, ou pela possibilidade de uso dela, e pela construção de significados por meio de discursos que guiem a ação. Relações de poder são definidas por dominação, a qual é o poder incorporado nas instituições da sociedade. A capacidade relacional do poder é condicionada, mas não determinada, pela capacidade estrutural de dominação: as instituições precisam se engajar nas relações de dominação que exercem sobre seus objetos.

Os atores sociais são individuais, coletivos, organizações, instituições e redes, mas mesmo organizações, instituições e redes expressam a ação de atores humanos, ainda que essa ação seja institucionalizada ou organizada por processos do passado.

Em toda relação de poder há a possibilidade de resistência ao mesmo tempo em que há a possibilidade de conformidade e de aceitação pelos atores sociais subordinados. Essa relação é transformada quando resistência e rejeição tornam-se significativamente mais fortes do que conformidade e aceitação. Nesse caso, os termos da relação mudam e pode ocorrer um processo de transformação institucional ou estrutural.

Há ainda a possibilidade da relação de poder ser estabelecida numa dominação estrutural respaldada pela violência, tornando-se uma relação não social. Isso ocorre porque, para manter sua dominação, os detentores do poder destroem a capacidade de resistência dos demais atores, cancelando a relação social propriamente dita.

Quanto mais a construção de significados em nome de interesses e valores ganha espaço ao garantir poder em uma relação, menos o recurso à violência é necessário. De qualquer forma, a institucionalização do recurso da violência no estado coloca o contexto de dominação no qual a produção cultural de significado pode garantir sua efetividade. Assim,

afirma Castells (2009), há complementariedade e suporte entre os dois principais mecanismos de formação de poder identificados pelas teorias do poder: violência e discurso.

O autor refere Jürgen Habermas quando trata da legitimação do poder. Ele afirma que ela é garantida na construção de significado compartilhado, e o significado é construído na sociedade por meio da ação comunicativa. A racionalização cognitiva oferece a base para a ação dos atores. Assim, a habilidade da sociedade civil em promover o conteúdo da ação do estado através da esfera pública é o que garante democracia e cria as condições para o legítimo exercício de poder: o poder como representação de valores e interesses dos cidadãos, expresso pelos significados de seus debates na esfera pública. Então, a estabilidade institucional é garantida pela capacidade de articulação de diferentes interesses e valores no processo democrático por meio das redes de comunicação.

Na visão dele, uma análise multifacetada da construção de poder na sociedade é compartilhada pelas teorias do poder:

[...] violence, the threat to resort to it, disciplinary discourses, the threat to enact discipline, the institutionalization of power relationships as reproducible domination, and the legitimation process by which values and rules are accepted by the subjects of reference, are all interacting elements in the process of producing and reproducing power relationships in social practices and in organizational forms. (CASTELLS, 2009, p. 13, grifo do autor)

Essas relações envolvem complexos arranjos entre diferentes níveis de práticas e instituições: global, nacional, local e individual. O poder não está localizado em uma esfera ou instituição social particular, mas distribuído através da realidade da ação humana como um todo, mesmo que existam concentradas expressões de relações de poder em certas formas sociais que condicionam e definem a prática do poder na sociedade e reforçam a dominação, como o estado. “Poder é relacional, dominação é institucional.” (CASTELLS, 2009, p. 15)

As fontes de poder na sociedade em rede – violência e discurso, coerção e persuasão, dominação política e enquadramento cultural – não mudaram, mas agora são estabelecidas em dois territórios: são construídas na articulação entre global e local e organizadas em redes. Como as redes são múltiplas, as relações de poder são típicas de cada uma delas. Há uma forma de exercício de poder comum a todas elas, contudo, a exclusão da rede.

Pessoas, grupos, territórios podem ser excluídos de uma rede, mas também podem ser incluídos em outras. Como as redes realmente estratégicas são globais, a inclusão do que tem valor no nível global, junto com a exclusão do desvalorizado local, é uma forma de exercício de poder que se difunde nesse mundo. “There are citizens of the world living in the space of

flows, versus the locals, living in the space of places.” (CASTELLS, 2009, p. 50) A estrutura espacial da sociedade em rede é sua maior fonte de estruturação de relações de poder porque ela opõe global – o espaço dos fluxos – e local, questão que veremos mais adiante.

Castells (2009) afirma que as relações de poder devem ser identificadas e entendidas na individualidade de cada rede, mesmo que todas tenham materiais culturais comuns: ideias, visões, projetos. Na sociedade em rede, a cultura é incorporada nos processos de comunicação, com as redes dos negócios globais de multimídia e a internet em seu núcleo.

Com processos de comunicação no centro, as ideias são geradas em várias origens, são ligadas a interesses específicos e subculturas e alcançam a constituição de cada rede. O autor explica que controle e influência sobre as redes de comunicação e a habilidade de criar um efetivo processo de comunicação e persuasão que favoreça seus projetos e interesses são as chaves dos atores sociais para programar cada rede. Esse é o campo de poder na sociedade em rede. “Thus, switching and programming the global networks are the forms of exercising power in our global network society.” (CASTELLS, 2009, p. 52)

As formas do poder e do contrapoder na sociedade em rede são determinadas pelos significados específicos dessas programações e comutações, explicadas por Castells (2009). Comutar redes exige a habilidade de construção de uma interface cultural e organizacional, uma linguagem comum, um meio comum. Exige ainda o valor universalmente aceito, o dinheiro, padrão de troca que mais mede o compartilhamento de poder entre as redes. Esse padrão remove o papel do estado porque a apropriação de valor pelas redes depende de transações financeiras.

Enquanto isso, a capacidade de programação depende da habilidade de gerar, difundir e afetar os discursos que determinam a ação humana. Os discursos moldam as mentes por meio das redes de comunicação que organizam a comunicação socializada. Como o conjunto de valores culturais é o que influencia o comportamento individual e coletivo, a programação das redes de comunicação é fonte decisiva do material cultural que alimenta as metas de cada rede. Além disso, essas redes conectam global e local, fazendo os códigos difundidos nelas terem alcance global.

Programações de resistência e comutações de rupturas para defender valores e interesses alternativos são as formas de contrapoder dos movimentos sociais e da sociedade civil, sejam eles locais, nacionais ou globais. No entanto, um problema é enfrentado por esses movimentos: as redes de poder são geralmente globais, enquanto a resistência do contrapoder é local. Como se conectar a outras localidades para chegar a atingir o global é o problema estratégico aqui, salienta o autor.

Castells (2009) sugere que atores sociais com valores e projetos alternativos que buscam reprogramar a sociedade devem utilizar as redes de comunicação para transformar a consciência e os pontos de vistas das pessoas e desafiar o poder vigente. As relações de poder nas redes globais que estruturam as sociedades só podem ser afetadas por discursos globais difundidos por meio das redes globais de comunicação.

Na sociedade em rede, o poder da programação condiciona o poder da comutação porque os discursos modelam as opções do que as redes podem ou não fazer. Discursos são gerados, difundidos, internalizados e incorporados na ação humana na realidade da comunicação socializada construída em redes ao mesmo tempo globais e locais de comunicação digital, multimodal, incluindo mídia e internet. Para o autor, “Power in the network society is communication power.” (CASTELLS, 2009, p. 53)

2.2.3 Estado em rede

Castells (2009) descreve que o estado é o conjunto de instituições de governança da sociedade e suas agências de representação política, de administração e de controle social. É, então, como sabemos, composto por executivo, legislativo, judiciário, administração pública, forças armadas, agências de garantia de cumprimento da lei, agências reguladoras e partidos políticos nos níveis nacional, regional, local e institucional de governança. Ele busca afirmar soberania sobre os indivíduos dentro de um território, definindo cidadania, conferindo direitos e cobrando impostos, e se engaja em relações de cooperação, competição e poder com outros estados.

Em suas diferentes manifestações e como entidade histórica, o estado é uma forma de dominação especialmente relevante, exercida principalmente por meio de violência, dinheiro e confiança, mas o poder que detém depende da estrutura social geral em que opera. Assim, o poder não pode ser reduzido ao estado, mas entender o estado é questão central das teorias do poder.

No entanto, Castells (2009) comenta que a teoria clássica do poder “[...] focused on the nation-state or on subnational government structures, lacks a frame of reference from the moment that key components of the social structure are local and global at the same time rather than local or national.” (CASTELLS, 2009, p. 17) Ele afirma que as noções de estado e sociedade dependem das fronteiras que definem sua existência em um contexto histórico, e a atualidade é marcada pelo processo de globalização e pelo aparecimento da sociedade em

rede, ambos dependentes das redes de comunicação que processam conhecimento para fazer da confiança a fonte decisiva de poder.

Assim, se as relações de poder são exercidas em estruturas sociais constituídas em formações socioespaciais que não se limitam mais ao nível nacional, mas que também são globais, as fronteiras das sociedade mudam e também deve mudar o modelo de referência de relações de poder que transcendem o nacional. Castells (2009) admite que o estado-nação não desaparece, mas as fronteiras nacionais das relações de poder são apenas mais uma dimensão onde poder e contrapoder operam e isso o afeta, mudando seu papel, sua estrutura e suas funções e gradualmente o levando a uma nova forma: o estado em rede. Desse modo, sob as condições da globalização multidimensional, o estado é um nó de uma rede, a rede política, institucional e militar, que se sobrepõe sobre outras redes da prática social.

O processo de decisão nele é realizado em uma rede de interação entre instituições nacionais, supranacionais, internacionais, regionais e locais e chegando à sociedade civil. O estado em rede emergente é caracterizado pelo compartilhamento de soberania e responsabilidade entre diferentes estados e níveis de governo, flexibilidade de procedimentos de governança e diversidade de tempos e espaços na relação entre governos e cidadãos, afirma o autor.

Castells (2009) identifica alguns problemas enfrentados pelo estado-nação. Um deles é a contradição entre as novas funções e mecanismos que tem que assumir ao mesmo tempo em que a natureza das instituições historicamente construídas cria problemas de coordenação organizacional, técnica e política. Outra contradição ocorre entre a estruturação das relações instrumentais nas redes globais e o confinamento da autoridade do estado-nação em suas fronteiras, com uma conseqüente crise de sua soberania.

Ele identifica ainda um problema geopolítico: os estados-nação continuam a ver as redes de governança como mesas de barganha onde podem fazer avançar seus interesses. Não identificam um novo contexto de cooperação no qual instituições políticas compartilhariam projetos comuns, mantêm, sim, princípios políticos tradicionais de maximização de seus próprios interesses e de priorização dos interesses dos atores políticos em seu comando. Nesse contexto, quanto mais avança a globalização, mais contradições de segurança, economia e identidade, por exemplo, são geradas e mais nacionalismo é evocado na tentativa de restaurar soberania. O mundo é multilateral, mas atores políticos poderosos no estado tendem a agir unilateralmente.

Nesse contexto, o estado transforma-se e sua transformação é o que realmente muda o cenário da política na sociedade em rede. Essa mudança é influenciada por uma variedade de

projetos que constituem o material cultural no qual interesses sociais e políticos diversos presentes em casa sociedade funcionam para muda-lo. Eles ainda respondem à crise induzida pela globalização associando-se entre si, criando uma densa rede de instituições internacionais e organizações supranacionais; engajando-se em processos de devolução de poder a governos regionais e locais; e abrindo participação a organizações não governamentais, tentando conectar-se com a identidade do povo.

Castells (2009) cita que Max Weber definiu o estado moderno como toda associação política, ou seja, como uso da força política, porque estados são baseados em força. Como os estados podem ser levados à execução das relações de poder em todos os domínios da prática social, seu domínio chega a todos os níveis da esfera política. No entanto, quando as relações de micropoder entram em contradição com as estruturas de dominação do estado, ou o estado muda ou a dominação é reinstalada por significados institucionais. Apesar de a ênfase estar na força, a lógica da dominação está também nos discursos. Desafiar relações de dominação exige a produção de discursos alternativos que tenham o poder de oprimir a capacidade discursiva disciplinante do estado e neutralizar seu potencial de uso da violência.

O autor chama a sociedade civil para exigir um estado em rede mais eficiente e legítimo:

In the last resort, it is only the power of global civil society acting on the public mind via the media and communication networks that may eventually overcome the historical inertia of nation-states and thus bring these nation-states to accept the reality of their limited power in exchange for increasing their legitimacy and efficiency. (CASTELLS, 2009, p. 42)

2.2.4 Tempo intemporal e espaço de fluxos

“As with all historical transformations, the emergence of a new social structure is linked to the redefinition of the material foundations of our existence, space and time [...]” (CASTELLS, 2009, p. 33) Espaço e tempo são relacionados na natureza e na sociedade. Na teoria social, espaço é o suporte material das práticas sociais no tempo, a construção de simultaneidade. A sociedade em rede é caracterizada pela emergência do espaço de fluxos e do tempo intemporal.

Tempo é usado para definir a sequência de práticas sociais e foi organizado burocraticamente ao longo da história nas instituições e na vida diária com base em códigos do aparato militar impostos sobre o ritmo do tempo biológico. Na sociedade em rede, salienta Castells (2009), a ênfase no tempo sequenciado é revertida: o uso das tecnologias da

informação e da comunicação anula o tempo, negando o sequenciamento. O tempo é comprimido, e a sequência das práticas sociais, incluindo presente, passado e futuro, é diluída em uma ordem aleatória. O espaço de fluxos dissolve o tempo porque desordena a sequência de eventos e os faz simultâneos nas redes de comunicação.

O espaço de fluxos é a possibilidade tecnológica e organizacional de prática da simultaneidade sem contiguidade, a possibilidade da interação assíncrona em um tempo determinado e à distância. Não é o mesmo para atividades financeiras e ciências, para redes de mídia ou de poder político. Como as práticas em rede são baseadas em fluxos de informação processados entre vários lugares pela tecnologia, o espaço de fluxos na sociedade em rede é feito da articulação entre os lugares onde as atividades estão localizadas, as redes materiais de comunicação ligando essas atividades e o conteúdo e a geometria dos fluxos de informação que as desempenham.

Comunidades pelo mundo lutam para preservar sua localidade e afirmar o espaço do lugar, mas o espaço da sociedade em rede é o espaço de fluxos e, em vez de encerrar significado e função nos programas das redes, ele pode oferecer o suporte material para a conexão global da experiência local, como fazem as comunidades da internet que emergem da ligação de suas culturas locais.

2.2.4.1 Glocalidade

Para GIDDENS (1990), globalização é “the intensification of worldwide social relations which link distant localities in such a way that local happenings are shaped by events occurring many miles away and vice versa.” (GIDDENS, 1990, p. 64) A globalização possibilita a experiência da glocalidade, como explica Meyrowitz (2005):

Today’s consciousness of self and place is unusual because of the ways in which the evolutions in communication and travel have placed an interconnected global matrix over local experience. We now live in ‘glocalities’. Each glocality is unique in many ways, and yet each is also influenced by global trends and global consciousness. (MEYROWITZ, 2005, p. 23)

O autor salienta que independente do grau de sofisticação das tecnologias e de mudanças sociais, as pessoas não podem estar em dois lugares ao mesmo tempo e isso faz permanente a localidade da experiência. As necessidades básicas por abrigo e comida, por exemplo, precisam ser locais, mesmo que esteja à disposição a possibilidade de compras *online* e de tele-entregas.

Contudo, o persistente localismo não pode negar a realidade da globalização, nem a significância das formas de comunicação que atingem enormes distâncias. Embora sintamos o mundo no espaço local, as pessoas e coisas que percebemos não são exclusivamente locais: mídias de todos os tipos ampliam nosso campo de percepção, oferecendo-nos perspectivas externas ao que julgamos local, destaca Meyrowitz (2005).

Com a comunicação instantânea, para Bauman e May (2010), as distâncias não têm mais importância porque qualquer lugar pode ser alcançado ao mesmo tempo: quando se trata de informação, estar perto ou estar longe é insignificante. A condição humana mudou a partir do momento em que a comunicação tomou o lugar do transporte como principal veículo da mobilidade e que o fluxo de informações tornou-se independente da distância.

Para Meyrowitz (2005), mesmo nosso senso de indivíduo não é definido por limites físicos. O eu, diz, é um conceito refletido, desenvolvido quando nos vemos como objetos sociais. Entendemos o significado social de nossos comportamentos e palavras como nós imaginamos que os outros estão imaginando a gente, vemos e julgamos nosso próprio comportamento e discurso. Esse eu refletido está relacionado à mídia e à localidade em pelo menos duas formas.

A primeira, lista o autor, é a ampliação que a mídia promoveu dos limites da experiência: aqueles que nós percebemos não são mais apenas aqueles com quem temos interações face a face. Também temos experiências com pessoas de outras localidades. Mesmo na localidade e aqueles de imediata proximidade física tem progressiva redução de sua influência sobre nossa autoimagem porque cada vez mais usamos telefones e celulares, e-mails e várias formas de transporte para manter contato com os outros mais distantes, mas ainda relativamente local e fisicamente acessíveis.

A segunda é a possibilidade de a mídia nos oferecer perspectivas externas à localidade, a mídia amplia nossa percepção do “the generalized elsewhere”. (MEYROWITZ, 2005, p. 23). Cada vez mais compartilhamos informações com pessoas que vivem em localidades diferentes das nossas. Temos ainda a nossa disposição centenas de canais de televisão, redes a cabo, sistemas de satélites e milhões de sites na internet que produzem imagens nas mentes de outras pessoas, de outras cidades, outras profissões ou outros estilos de vida, por exemplo. O autor resume:

We are now more likely to understand our place, not just as the community, but as one of many possible communities in which we could live. [...] Even for those of us who feel deeply connected to a locality, we are now more likely than in past centuries to think of where we live as it is imagined from elsewhere. (MEYROWITZ, 2005, p. 23)

Para Bauman e May (2010), mesmo o conceito de comunidade se transforma. Ele dependia da noção de interação face a face em um espaço territorial, limitado pela mobilidade. Isso mudou significativamente porque agora os participantes das interações podem estar em diferentes pontos do planeta, independente de seu pertencimento a uma rede de espaço definido. Esse novo tipo de comunidade capitaliza-se por atividades comunicacionais, por um saber adquirido por descrição, em situações de copresença, por meio da mídia.

As mídias promovem uma visão global que altera os significados das interações na localidade, fazendo com que as pessoas percebam que o que ocorre no seu lugar faz parte de uma arena social maior, explica Meyrowitz (2005). Elas dissociam o espaço físico do espaço social, mas também estimulam o apego emocional ao lugar ao mesmo tempo em que promovem a cultura da viagem.

Essa dissociação promove o desenvolvimento de uma “glocal morality”, identifica o autor. Antes da difusão dos aparelhos eletrônicos, afirma, muitas pessoas sentiam que, se estivessem em um lugar diferente do seu, poderiam agir e falar de maneiras distintas das que usam com suas famílias ou com a polícia, por exemplo. Agora, veem que as linguagens variam em diferentes contextos e com o uso de diferentes equipamentos de comunicação.

Ela também garante a possibilidade de identidades múltiplas, multidimensionais, fluídas e ajustáveis. Em vez de ter que escolher entre uma identidade definida pelo local ou outra, com influências mais distantes, os indivíduos podem ter todas, sobrepondo experiências.

Situações com limites cada vez mais permeáveis também afetam comportamentos coletivos, redefinindo identidades sociais em geral. As crianças, por exemplo, estão mais e mais expostas a informações que antes eram consideradas de adultos. Vivemos a homogeneização de identidades no nível macro e a fragmentação delas no micro.

2.2.5 Cultura na sociedade em rede

“Societies are cultural constructs. I understand culture as the set of values and beliefs that inform, guide, and motivate people’s behavior.” (CASTELLS, 2009, p. 36) Assim, se há uma sociedade em rede, há uma cultura que pode ser identificada como sua marca.

Como a sociedade em rede é global, como vimos anteriormente, ela integra múltiplas culturas ligadas a suas histórias e geografias em diferentes partes do mundo e desenvolve-se

nessa multiplicidade. Ela também se materializa em formas específicas, levando à formação de diversos sistemas culturais e institucionais. Ela ainda apresenta características comuns e interdependências no processo de transformação cultural, conforme Castells (2009).

Identidades culturais específicas tornam-se comuns de autonomia e de resistência por coletividades e indivíduos que se recusam a desaparecer na lógica dominante das redes. Essas resistências explodiram nos estágios iniciais de desenvolvimento da sociedade em rede global e induziram conflitos políticos e sociais. A contraposição entre a lógica da rede global e a afirmação da multiplicidade de eus locais também caracteriza a sociedade em rede.

Assim, Castells (2009) propõe que o processo de transformação cultural nessa sociedade envolve dois eixos bipolares: a oposição entre globalização e identificação e a divisão entre individualismo e comunalismo, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 1 – Tipologia de padrões culturais⁵

	GLOBALIZATION	IDENTIFICATION
INDIVIDUALISM	Branded consumerism	Networked individualism
Vector of communication	Entertainment/Advertising	Internet
COMMUNALISM	Cosmopolitanism	Multiculturalism
Vector of communication	Global news/Public sphere	National culturally specific media systems

A globalização cultural, para o autor, é a emergência de um conjunto de valores e crenças largamente compartilhados pelo planeta. A identificação cultural é a existência de conjuntos de valores e crenças específicos pelos quais os grupos se reconhecem e resulta da geografia e história de cada organização humana ou até de projetos de identidade construídos.

Individualismo é um conjunto de valores e crenças que leva os sujeitos individuais a priorizarem, na orientação de seus comportamentos, a satisfação de suas próprias necessidades, desejos e projetos. Enquanto comunalismo é o conjunto de valores e crenças que prioriza o bem coletivo de uma comunidade acima da satisfação individual de seus membros.

A articulação entre globalização e individualismo leva à difusão do consumismo. Com o processo de globalização dominado pela expansão do capitalismo, esse padrão é expresso por meio do *branding* (gestão de marcas), a dimensão cultural do mercado global pela qual os

⁵ Idem nota 2. Este quadro também pode ser encontrado em versão simplificada em CASTELLS, Manuel. Communication Power. New York: Oxford University Press, 2009. p. 120.

indivíduos dão significado ao seu consumismo. Seus vetores de comunicação são a publicidade e o entretenimento.

A combinação de identificação e individualismo está na fonte da cultura do individualismo em rede, padrão de sociabilidade na sociedade em rede possibilitada pela internet, no qual os indivíduos constroem seu próprio mundo cultural virtual em função de suas preferências e projetos e modificando-o de acordo com a evolução de seus interesses e valores pessoais.

Na interseção de comunalismo e globalização está a cultura do cosmopolitismo, que almeja a construção de uma esfera pública global de compartilhamento dos valores da cidadania global e tem como principal vetor a mídia de notícias globais.

E a fusão de comunalismo e identificação leva ao reconhecimento de múltiplas identidades em um mundo constituído por uma diversidade de comunidades culturais que utiliza como vetor os sistemas de mídia nacionais e culturalmente específicos.

Castells (2009) resume:

Thus, four cultural configurations emerge from the interaction between the two major bipolar cultural trends that characterize the global network society: *consumerism* (signified by brands), *networked individualism*, *cosmopolitanism* (be it ideological, political, or religious), and *multiculturalism*. These are the basic cultural patterns of the global network society. And this is the cultural space in which the communication system must operate. (CASTELLS, 2009, p. 121, grifos do autor)

O que ele diz acima é que realmente existe uma cultura global em três níveis. Para uma pequena, mas influente, educada e jovem minoria de pessoas no mundo há a consciência do destino compartilhado da humanidade em termos de meio ambiente, direitos humanos, princípios morais, interdependência econômica global e segurança geopolítica: é o cosmopolitismo. Há também o multiculturalismo, caracterizado pela hibridização de culturas de diferentes origens. E por último a cultura do consumismo, diretamente relacionada à formação do mercado capitalista global. Todas as sociedades, como a americana, obviamente, e a brasileira, são atingidas por essas quatro configurações de padrões culturais emergentes.

Nos recentes movimentos sociais que pipocaram pelo mundo, Castells (2012) identificou a emergência de dois novos conjuntos de valores: individualização e autonomia. Individualização é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como princípio preeminente na orientação de seu comportamento, mas esses projetos visam à ação coletiva e ao compartilhamento de ideais. Autonomia se refere à capacidade do ator social de se tornar

sujeito ao definir sua ação independentemente das instituições da sociedade em prol de projetos construídos de acordo com seus valores e interesses.

2.2.5.1 Protocolos de comunicação

Em sua análise sobre a mudança cultural, Castells (2009) salienta que há uma questão muito importante a ser estudada para responder as seguintes perguntas:

In this globalized world, characterized by distinct cultural patterns, how does communication happen? How, in spite of fragmentation, differentiation, customization, and segmentation of communication processes, is communication reintegrated in a communicative action that transcends all these cleavages? Is culture fragmented or integrated in the process of communication? (CASTELLS, 2009, p. 125)

Para o autor, essa diversidade cultural é histórica, vivemos mais fragmentação do que convergência, mas reconhecendo essa realidade, a questão fundamental é compreender como as identidades culturais específicas se comunicam entre si. Sem essa capacidade de comunicação, sem uma linguagem comum de valores e crenças, o compartilhamento de uma estrutura social global e interdependente cai no desentendimento sistêmico e na violência destrutiva.

A cultura da sociedade em rede é fragmentada na entrega das mensagens, no entanto, é integrada na produção de significados por meio de protocolos de comunicação que produzem inteligibilidade nessa cultura centrada na comunicação. Assim, a construção da nova esfera pública na sociedade em rede é realizada pelo estabelecimento desses protocolos entre diferentes processos de comunicação.

Todavia, mesmo o projeto de uma cultura cosmopolita comum a todos os cidadãos do mundo que fundamentasse a governança democrática global está presente em uma pequena parcela da população mundial, como atestam as pesquisas empíricas, e não identifica como seus protocolos de comunicação poderiam ser criados.

“Thus, protocols of communication between different cultures are the corner stone of the network society, as without them, there is not society, but just dominant networks and resisting communes.” (CASTELLS, 2004, p. 39) O autor reconhece que identificar exatamente esses protocolos exige investigação empírica.

Ele propõe uma hipótese: a de que a cultura da sociedade em rede é uma cultura de protocolos de comunicação que possibilitam a comunicação entre diferentes culturas baseada não no compartilhamento de valores, mas no compartilhamento do valor da comunicação.

Nesse caso, a nova cultura não é feita de conteúdo, mas de processos. A cultura global é a cultura da comunicação em prol da comunicação, é uma rede aberta de significados culturais que não apenas coexistem, mas também interagem entre si e se modificam.

“The culture of the network society is a culture of protocols of communication between all cultures in the world, developed on the basis of the common belief in the power of networking and of the synergy obtained by giving to others and receiving from others.” (CASTELLS, 2009, p. 38) O autor quer dizer que, nesse processo, atores sociais conscientes, de múltiplas origens, levam seus recursos e crenças a outros com a expectativa de receber o mesmo, rompendo o medo ancestral do outro.

Assim, nessa sociedade, os protocolos de comunicação não baseiam o compartilhamento de cultura, mas a cultura do compartilhamento. Por isso, não são externos ao processo de ação comunicativa, são construídos nas mentes das pessoas através da interação entre os múltiplos pontos de conexão no sistema de comunicação e as construções mentais próprias delas. Então, a audiência, o público, está na origem do processo de mudança cultural, revertendo sua dependência histórica da grande mídia na era da comunicação de massa.

Resumindo, ele diz que os protocolos de comunicação são as práticas e suas plataformas organizacionais de suporte que possibilitam o compartilhamento de significados entre os padrões culturais da sociedade em rede global que vimos anteriormente – o consumismo, o individualismo em rede, o cosmopolitismo e o multiculturalismo. São práticas transversais entrelaçadas com as práticas incorporadas em cada um desses padrões.

E sugere os principais protocolos da atualidade: 1) a publicidade, espinha dorsal das redes da grande mídia, tanto globais quanto locais, presente em todos os lugares, todos os padrões culturais e todas as plataformas; 2) o *branding*, comercial ou não, estrutura a relação entre indivíduos e coletividades diante de padrões culturais diversos e é facilitado pela globalização e estruturação em rede das indústrias culturais; e 3) o hipertexto digital em rede alimentado multidirecionalmente e baseado em padrões de conexão interativa de todos para todos induzindo uma cultura comum, a cultura da coprodução de conteúdo. A arte, os sentimentos humanos, a violência, o sexo, o entusiasmo por bebezinho e filhotinhos também são exemplos de protocolos de comunicação⁶.

Enfim, a emergência de uma cultura baseada em conhecimento poderia melhorar a democracia e a compreensão global a partir de protocolos que possibilitassem a interação

⁶ Idem nota 2.

através das diferenças, mas Jenkins (2006) salienta que eles não emergem espontaneamente como consequência da mudança tecnológica:

They will emerge through experimentation and conscious effort. [...] We are still learning what it is like to operate within a knowledge culture. We are still debating and resolving the core principles that will define our interactions with each other. (JENKINS, 2006, pos. 5285)

Assim, o desafio é compartilharmos significados que conectem culturas. Que tipos de protocolos de comunicação criamos para nos entendermos entre diferentes culturas? “We need to confront the social, cultural, and political protocols that surround the technology and define how it will get used.” (JENKINS, 2006, pos. 4802)

2.3 COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA

Como este estudo é realizado no escopo das ciências sociais, dedico alguns parágrafos aqui para conceituar comunicação.

“[...] a palavra comunicação surge em língua inglesa no século XV enquanto ‘nome de acção’, derivada do latim *communicare*, que significa ‘tornar comum a muitos, partilhar’ [...]”. (SERRA, 2011) No final do século XVII, relata Serra (2011), a palavra passava a se referir aos meios e vias de comunicação, como estradas e canais. A Enciclopédia iluminista, no final do Século XVIII, avançava no estudo e identificava uma arte de comunicar ligada à Lógica, a qual era dividida em Gramática, o uso das palavras para comunicar ideias, e Retórica, arte da eloquência para comunicar paixões. Além de transmitir os pensamentos, a Lógica incluía ainda a arte de pensar e a de reter os pensamentos, essa última tratando da ciência dos suplementos da memória, como a escrita e a imprensa.

O Iluminismo baseava-se na valorização da razão – a luz natural –, faculdade humana que tirava conhecimento da natureza por meio da ciência, do aperfeiçoamento moral e da emancipação política. “Como seres dotados de razão, devemos nos valer de nosso próprio entendimento, sem a tutela de outro. A razão esclarecida é a razão em estado de maioridade. O lema do Iluminismo kantiano é: ‘ousar saber’.” (MATOS, 1993, p. 33)

Como o público e a sua ilustração são temas centrais para os iluministas, pode-se dizer que os problemas relativos à comunicação não foram só trazidos para primeiro plano por eles, mas praticamente inventados por eles, afirma Serra (2011). O autor destaca a área nos pensamento de John Locke e Immanuel Kant.

Ele destaca que o pensamento de Locke criava bases para os iluministas e para as tradições modernas da teoria comunicacional um século antes do conceito de comunicação aparecer na Enciclopédia. Ele dizia que a língua era o canal por onde os homens comunicam suas descobertas, raciocínios e conhecimentos e quem a utiliza mal rompe as canalizações pelas quais o conhecimento é distribuído para uso público e para o bem da humanidade. Esse canal, para ele, permite a comunicação sincrônica e diacrônica, sendo o grande elo que une a sociedade porque leva os progressos do conhecimento de homem para homem e de geração para geração. Evocando o uso público do conhecimento e o bem geral da humanidade como finalidades da comunicação, ele adiantava os grandes lemas do Iluminismo.

Já Kant dizia que o homem enquanto sábio é um cidadão do mundo, um membro da sociedade civil universal. Para ele, a liberdade política – a liberdade de se fazer uso público da razão em todos os domínios – mais importante era a liberdade de falar e publicar. Kant dizia ainda que conhecimento é o conjunto dos conceitos que criamos e trocamos e que a troca é pela comunicação. Assim, a possibilidade de comunicar é a essência do saber. “Desta forma, se a Crítica da Razão Pura não fala de comunicação, e, nomeadamente, de comunicação linguística, tal deve-se apenas ao facto de, no fundo, uma tal obra não falar senão de comunicação – ou melhor, de comunicabilidade.” (SERRA, 2011)

Para Kant, humanidade significa o universal sentimento de participação e, por isso, a faculdade de poder comunicar íntima e universalmente, então, o Iluminismo dependia de uma estratégia de comunicação, por escrito, com o público que lê – constituído, idealmente, por todos os homens. Em resumo, para Kant e a maior parte dos iluministas, não havia dúvidas de que a imprensa, sua difusão e adaptação a todos os gostos e condições, e a multiplicação dos livros poderiam contribuir para trazer iluminação generalizada à humanidade. Serra (2011) traz esses antigos princípios para a atualidade:

[...] aquilo a que hoje se chama a “sociedade da comunicação” é, em grande medida, a concretização da utopia comunicacional que tem as suas raízes no iluminismo europeu do século XVIII – já que, como sublinham Armand e Michèle Mattelard, “[a] ideia de comunicação e transparência acompanhou a crença das Luzes no progresso social e na emancipação dos indivíduos”. (SERRA, 2011)

Serra (2011) descreve que no século XX, especialmente a partir dos anos 20, e principalmente nos Estados Unidos, a palavra comunicação passa a designar a mídia, como a imprensa e o rádio.

Carey (1992) destaca a visão de comunicação mais utilizada na atualidade e dominante na academia americana desde o Século XIX: a visão de transmissão, definida por termos

como partilhar, enviar, transmitir e dar informação aos outros. Vem das origens do estudo de comunicação ligada à geografia e aos transportes. Nesse paradigma, comunicação é um processo pelo qual mensagens são transmitidas e distribuídas no espaço para o controle de distância e pessoas.

Conforme a secularização ganhava terreno, as tecnologias da comunicação tomaram o centro do pensamento e a superioridade da comunicação sobre os transportes se afirmou. “Communication was viewed as a process and a technology that would, sometimes for religious purposes, spread, transmit, and disseminate knowledge, ideas, and information farther and faster with the goal of controlling space and people.” (CAREY, 1992, p. 17)

Assim, a partir de fontes como Weber, Durkheim, Tocqueville, Mead, Cooley, Park e Goffman, entre outros, pode-se chegar a um conceito bastante simples de comunicação, mas de relevância intelectual: “communication is a symbolic process whereby reality is produced, maintained, repaired, and transformed.” (CAREY, 1992, p. 23)

Em outras palavras, “Communication is the [process of] sharing of meaning through the exchange of information.” (CASTELLS, 2009, p. 54) Esse processo é definido pela tecnologia da comunicação, pelas características de remetentes e receptores, seus códigos culturais de referência e protocolos de comunicação e pelo escopo do processo de comunicação.

É aqui que entra o paradigma de comunicação de Castells, elaborado no contexto da sociedade em rede global:

For society at large, the key source of the social production of meaning is the process of socialized communication. Socialized communication exists in the public realm beyond interpersonal communication. The ongoing transformation of communication technology in the digital age extends the reach of communication media to all domains of social life in a network that is at the same time global and local, generic and customized in an ever-changing pattern. The process of constructing meaning is characterized by a great deal of diversity. There is, however, one feature common to all processes of symbolic construction: they are largely dependent on the messages and frames created, formatted and diffused in multimedia communication networks. Although each individual human mind constructs its own meaning by interpreting the communicated materials on its own terms, this mental processing is conditioned by the communication environment. Thus, the transformation of the communication environment directly affects the forms of meaning construction, and therefore the production of power relationships. (CASTELLS, 2012, p. 6)

2.3.1 As velhas mídias

A invenção das primeiras técnicas de impressão no Século XVI iniciou a transformação da difusão de informações na história, para além da impressão de livros, como descreve Burke (2003):

A aquisição de conhecimento sobre os assuntos comerciais foi obviamente reforçada pela impressão. Proliferavam tratados sobre como ser um bom comerciante. Informações comerciais sobre feiras de negócios, chegada de navios e preços de diferentes mercadorias eram cada vez mais disponíveis em forma impressa. Na década de 1540, listas de preços nos mercados da Antuérpia eram publicadas regularmente. O *Calendarium* ou *Messrelationen* de Frankfurt (publicado a partir de 1588) dava informações sobre as feiras de negócios da cidade. A partir de 1618, jornais holandeses passaram a publicar informações econômicas, incluindo detalhes sobre a chegada de prata do Novo Mundo à Espanha. (BURKE, 2003, p. 145)

Serra (2011) salienta que o aparecimento de revistas e jornais ampliavam as vantagens oferecidas pelos livros em pelo menos três pontos: atingiam um público maior, eram atualizados com mais celeridade e atingiam novos públicos, indo além dos homens de letras. O autor ainda cita a importância desses impressos para a emergência da esfera pública, teorizada por Habermas. Livros, revistas e jornais alimentavam as discussões em salões, cafés, sociedades e academias, tradicionais espaços de interação e de discussão de ideias.

Os correios e o telégrafo também são meios fundamentais na história da transmissão de informações. Carey (1992) salienta que o telégrafo foi a principal invenção de meados do Século XIX e a força fundamental por trás do estabelecimento de uma imprensa de massa. Essa tecnologia produziu novas formas de interação social, um sistema conceitual novo, novas formas de linguagem e uma nova estrutura de relações sociais. Ele ampliou os limites espaciais da comunicação e fez aparecer uma nova concepção de tempo, permitindo o desenvolvimento do tempo padronizado. Possibilitou ainda o aparecimento de uma classe média comercial nacional, quebrando o padrão de capitalismo baseado na cidade-estado.

O Século XX vê o aparecimento e desenvolvimento da mídia eletrônica e audiovisual. O cinema, o rádio e a televisão chegam para mudar profundamente as sociedades. Após algumas décadas de avanços técnicos, os anos 1980 veem importantes transformações de conteúdo. A segmentação marca as programações de rádio e novos dispositivos são criados para atender às individualidades do público: *walkman*, videocassetes, gravação por videocassetes, filmadoras portáteis e multiplicação de canais de TV são alguns exemplos. “Assim, devido à diversidade da mídia e à possibilidade de visar o público-alvo, podemos afirmar que no novo sistema de mídia, a mensagem é o meio. Ou seja, as características da mensagem moldarão as características do meio.” (CASTELLS, v. 1, 1999, p. 425)

Castells (2009) descreve que, com a chegada dos anos 1990, o arquétipo dos meios de comunicação de massa, a televisão, ultrapassa os limites do espectro disponível até então utilizando cabo e transmissão via satélite. De um sistema altamente centralizado e com número limitado de estações, passa a utilizar as tecnologias digitais, a melhorar sua capacidade de transmissão e ampliar o número de canais. Essa nova infraestrutura tecnológica possibilita a ampliação da customização dos produtos e a segmentação da audiência, a integração vertical de estações locais com redes nacionais de grandes corporações e a crescente padronização de conteúdo com aparência de diferenciação. Essa mesma tendência foi experimentada pelas empresas de rádio, e a mídia impressa tem experiência semelhante com o aparecimento das plataformas digitais baseadas na internet.

2.3.2 A revolução da comunicação

As tecnologias da informação e da comunicação difundiram-se globalmente em menos de 20 anos. Castells (1999) afirma que, entre a década de 1970 e 1990, elas mudaram o status científico e tecnológico do conhecimento e da atividade humanos, mudaram a economia, as empresas, o trabalho, a cultura, o espaço e o tempo, como estamos vendo ao longo deste capítulo.

A constituição desse paradigma começou nos EUA, mais especificamente no Vale do Silício, na Califórnia, nos anos 1970. A internet apareceu como resultado de estratégia militar, cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural. A primeira rede de computadores, a Arpanet, foi patrocinada pela Agência de Projetos e Pesquisa Avançada (Arpa) do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e entrou em funcionamento em 1969, interligando seus quatro primeiros nós: a Universidade da Califórnia em Los Angeles e em Santa Bárbara, o Stanford Research Institute e a Universidade de Utah. Foi antecedida pela criação do primeiro computador programável e do transistor, cernes da revolução da tecnologia da informação, que ocorreu em três estágios desde a década de 1940: microeletrônica, computadores e telecomunicações.

A revolução da tecnologia da informação se caracteriza pela aplicação do conhecimento e da informação na geração de mais conhecimento e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, em “um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso.” (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 69)

O desenvolvimento dessa tecnologia levou a uma revolução global em todo o sistema de mídia. Castells (2009) salienta que várias tendências e suas interações resultaram na

formação de um novo sistema de mídia global nas últimas décadas e que para se compreender a “communication in the twenty-first century, it is necessary to identify the structure and dynamics of this multimedia system.” (CASTELLS, 2009, p. 73)

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que, embora capital e produção sejam globalizados, o conteúdo da mídia é customizado para culturas locais e segmentadas audiências. O capital é global, mas as identidades são locais e nacionais. As organizações da mídia global não são realmente globais, suas redes é que são.

Outra questão central destacada pelo autor é a digitalização da comunicação, que acelerou a difusão de um sistema de mídia integrado tecnologicamente no qual produtos e processos são desenvolvidos em diversas plataformas que suportam uma variedade de conteúdo e expressões de mídia na mesma rede de comunicação global-local. O sucesso das redes de corporações de notícias e de outras propriedades similares está na capacidade de conectarem-se à rede global de comunicação mediada. Assim, processos de localização e globalização trabalham juntos para expandir essas redes.

A configuração do núcleo da mídia global é marcada então por várias tendências: a propriedade das corporações é cada vez mais concentrada; esses conglomerados conseguem entregar uma diversidade de produtos em uma plataforma da mesma forma que um produto em diversas plataformas; a customização e segmentação das audiências são estimuladas para maximizar a publicidade; e há habilidade das redes internas à mídia para encontrar economias ótimas de sinergia.

O processo de formação desse sistema foi guiado e possibilitado também pela evolução de políticas regulatórias em todo o mundo. A comunicação social é uma prática realmente regulada por instituições políticas em todos os países por causa do papel fundamental que a comunicação tem na infraestrutura e na cultura da sociedade, afirma Castells (2009). Há quatro domínios dessa regulação: radiodifusão, mídia impressa, internet e redes de telecomunicação. Há reciprocidade entre os quatro e eles convergiram para formar um sistema digital de comunicação.

Essa convergência é resultado de quatro estágios de transformação, conforme Castells (2009). Primeiro, há uma transformação tecnológica baseada na digitalização, na interligação de computadores, em programas avançados, na melhoria da capacidade das bandas de transmissão e na comunicação via redes sem fio globais e locais ao mesmo tempo que ampliaram o acesso à internet. Segundo, a definição de remetentes e receptores se refere a uma estrutura institucional e organizacional, particularmente da comunicação social, onde ambos são mídia e audiência.

Em terceiro lugar, a dimensão cultural do processo de transformação multidimensional da comunicação pode ser apreendida na intersecção entre duas tendências: o desenvolvimento paralelo de uma cultura global e identidades culturais múltiplas e o aparecimento simultâneo do individualismo e do comunalismo como padrões culturais oponentes, mas igualmente poderosos – tipologia que estudamos anteriormente. A habilidade ou inabilidade de gerar protocolos de comunicação entre esses padrões contraditórios definem a possibilidade de comunicação ou de falta de comunicação entre os sujeitos de diferentes processos de comunicação. A mídia, da televisão à internet, podem ser os protocolos de comunicação que ligam divisões culturais ou fragmentam ainda mais as sociedades.

Por último, cada elemento da grande transformação da comunicação representa a expressão de relações sociais e de poder que marcam a evolução do sistema multimodal de comunicação. Isso é mais aparente na persistência das diferenças digitais entre os países e dentro deles, dependendo de seu poder de consumo e nível de infraestrutura de comunicação. Mesmo com o crescente uso internet e das redes sem fio, a desigualdade de acesso é enorme e as falhas de educação para o uso da cultura digital tende a reproduzir e ampliar estruturas de dominação de classe, étnica, de raça, idade e gênero entre os países e dentro deles.

O crescimento da influência das corporações da mídia, informação e comunicação sobre as instituições regulatórias também contribuem para deixar a revolução da comunicação a serviço de seus interesses, diz Castells (2009). A influência da indústria da publicidade sobre os negócios de mídia por meio da transformação das pessoas em audiência mensurável subordinam a inovação cultural e o prazer do entretenimento ao consumismo comercial. A liberdade de expressão e comunicação na internet e no sistema global e local de multimídia é geralmente reduzida e observada pelas burocracias governamentais, pelas elites políticas, e aparatos ideológico-religiosos, e a privacidade foi abandonada nas estratégias de retenção de dados pessoais.

Assim, mesmo reconhecendo a autonomia humana e de seus sistemas culturais individuais na finalização do significado das mensagens recebidas, Castells (1999) salienta que os meios de comunicação não são instituições neutras e que seus efeitos não são desprezíveis. Ele destaca que a mídia não é uma variável independente na indução de comportamentos:

Suas mensagens, explícitas ou subliminares, são trabalhadas, processadas por indivíduos localizados em contextos sociais específicos, dessa forma modificando o efeito pretendido pela mensagem. Mas os meios de comunicação, em especial a mídia audiovisual de nossa cultura, representa de fato o material básico dos processos de comunicação. Vivemos em um ambiente de mídia, e a maior parte de

nossos estímulos simbólicos vem dos meios de comunicação. (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 421)

2.3.3 A internet

“A Internet [...] é a espinha dorsal da comunicação global mediada por computadores (CMC): é a rede que liga a maior parte das redes.” (CASTELLS, 1999, v. 1, p. 431)

Mesmo tendo sido criada em 1969, a expansão dramática da internet começou após sua privatização na década de 1990. Sua difusão em larga escala ocorreu mais de 20 anos depois devido a mudanças de regulação, ao acesso à banda larga nas telecomunicações, à disseminação dos computadores pessoais e sua conexão em redes, ao desenvolvimento de *softwares* livres e de *softwares* intuitivos que facilitaram os atos de baixar, acessar e comunicar conteúdo e ao rápido crescimento da demanda por articular-se em redes, desde o mundo dos negócios até a vida doméstica.

A organização das páginas da internet por informação para facilitar as pesquisas dos usuários também contribuiu para a generalização de seu uso. Isso foi possível com a criação do aplicativo *www* (*world wide web*) por um grupo de pesquisadores do Centre Européen pour Recherche Nucleaire (Cern), em Genebra, em 1990.

No final da década, ocorreu outra revolução: a explosão da comunicação sem fio, com uma crescente capacidade de conectividade e banda larga em sucessivas gerações de telefones celulares que ampliou a difusão da internet exponencialmente. Essa foi a mais rápida difusão de uma tecnologia na história. Em 1991, havia cerca de 16 milhões de celulares no mundo e, em 2008, esse número chegava a 3,4 bilhões.

A internet, o aplicativo *www* e a comunicação sem fio não são mídia no senso tradicional. No entanto, Castells (2009) argumenta que as fronteiras entre a comunicação de massa e outras formas de comunicação estão se dissipando. A internet e seus aplicativos são o eixo da comunicação na atualidade, no cotidiano, no trabalho, na conexão pessoal e social, para informação, entretenimento, serviços públicos, política e religião, por exemplo. Não é possível comparar o tempo de uso da internet com o da mídia de massa para entretenimento e notícias, por exemplo, porque o uso da internet inclui navegações ocasionais e a realização de múltiplas tarefas. Além disso, a internet também é usada para acessar essas mídias – televisão, rádio, jornais – e produtos culturais digitalizados – filmes, músicas, revistas, livros etc.

Por outro lado, difusão da internet, da comunicação sem fio, da mídia digital e uma variedade de ferramentas de *softwares* sociais provocaram o desenvolvimento de redes horizontais de comunicação interativa que conectam global a local e vice-versa. Ferramentas

de organização voluntária dos usuários da internet em redes sociais, como Orkut, Facebook e Twitter, e de autoexpressão, como blogs, fotoblogs e videologs, mobilizam e ligam indivíduos de todos os continentes. Com essa convergência, o poder de comunicação e de processamento da informação da internet distribui-se pela realidade da vida social. As pessoas se apropriaram dessas novas formas de comunicação e construíram seus próprios sistemas de comunicação de massa e autoexpressão.

A nova geração de *softwares* sociais tornou possível também a explosão de computadores interativos e videogames. Se a mídia é fundamentalmente entretenimento, as novas formas de entretenimento, baseadas na internet e na programação, são componente importante do sistema de mídia.

A comunicação sem fio tornou-se uma plataforma de entrega para muitos tipos de produtos digitalizados, como jogos, músicas, imagens e notícias. Assim, a rede de comunicação eletrônica cobre tudo o que fazemos, e sua característica principal deixa de ser a mobilidade, passando a ser sua conectividade perpétua.

Castells (1999) identifica que esse processo de formação e difusão da internet e das redes de comunicação mediadas por computadores ligadas por meio dela definiu sua estrutura, nos últimos 25 anos, em uma arquitetura de rede, na cultura de seus usuários e nos padrões reais de comunicação.

Sua arquitetura de rede é, e continuará sendo, aberta sob o ponto de vista tecnológico, possibilitando amplo acesso público e limitando seriamente a possibilidade de controle governamental ou comercial a esse acesso. Essa abertura é a consequência do projeto original concebido, em parte, pelas razões de estratégia militar, e também porque os cientistas que administravam os programas militares de pesquisas queriam instalar esse novo sistema, tanto como ostentação de proeza tecnológica quanto como esforço utópico. A abertura do sistema também resulta do processo inovador e da livre acessibilidade imposta pelos primeiros *hackers* e pelas centenas de milhares de pessoas que ainda usam a rede como *hobby*.

A cultura dos primeiros usuários, com suas subcorrentes utópicas, comunais e libertárias, definiu a internet. O sonho de comunicação generalizada e o espírito pioneiro que vê com desconfiança a comercialização da rede são remanescentes da cultura dessas minorias, que entram na rede por diversão e desafio. Assim, permanecem suas origens contraculturais, a informalidade e a ideia de que muitos contribuem para muitos, mas cada um tem a própria voz e espera uma resposta individualizada, afirma Castells (2009).

Estudos mostram que quanto mais uma pessoa é autônoma, mais ela usa a internet, e, vice-versa, quanto mais usa a internet, mais seu grau de autonomia se amplia. “There is

indeed a virtuous circle between the technologies of freedom and the struggle to free the minds from the frames of domination.” (CASTELLS, 2012, p. 233)

2.3.4 A autocomunicação de massa

Uma profunda transformação organizacional e tecnológica foi experimentada pela comunicação em larga escala na última década. Castells (2009) chama de autocomunicação de massa a esse novo tipo de comunicação, baseada em redes interativas horizontais, em comunicação multidirecional, na internet e nas redes de comunicação sem fio.

Ele explica que a comunicação de massa – impressos, rádio, televisão – foi, predominantemente, unidirecional e que essa nova forma de comunicação é interativa, caracterizada pela capacidade de envio de mensagens de muitos para muitos, em tempo real:

I call this historically new form of communication mass self-communication. It is mass communication because it can potentially reach a global audience, as in the posting of a video on YouTube, a blog with RSS links to a number of web sources, or a message to a massive e-mail list. At the same time, it is self-communication because the production of the message is self-generated, the definition of the potential receiver(s) is self-directed, and the retrieval of specific messages or content from the World Wide Web and the electronic communication networks is self-selected. The three forms of communication (interpersonal, mass communication, and mass self-communication) coexist, interact, and complement each other rather than substituting for one another. What is historically novel, with considerable consequences for social organization and cultural change, is the articulation of all forms of communication into a composite, interactive, digital hypertext that includes, mixes, and recombines in their diversity the whole range of cultural expressions conveyed by human interaction. (CASTELLS, 2009, p. 55)

Ele explica que comunicação interpessoal deve ser diferenciada de comunicação social. Na comunicação interpessoal, os sujeitos são os remetentes e os receptores, eles interagem na mensagem enviada de um para o outro. Na comunicação social, o conteúdo tem o potencial de ser difundido para a sociedade, por isso é chamada comunicação de massa. Seu processo pode ser interativo ou unidirecional, mas a mídia tradicional é unidirecional, sua mensagem é enviada de um para muitos, como nos livros, jornais, filmes, rádios e televisões.

A difusão da internet possibilitou essa nova forma de comunicação interativa, caracterizada pela capacidade de envio de mensagens de muitos para muitos, em tempo real, e com a possibilidade de escolha do tamanho do público, dependendo do propósito e das características da prática comunicativa pretendida, afirma o autor.

Ela emergiu com o desenvolvimento da internet 2.0 e 3.0, ou seja, o agrupamento de tecnologias, dispositivos e aplicativos que dão suporte à proliferação de espaços sociais na

internet graças ao aumento da capacidade da banda larga, a *softwares* livres inovadores e à melhoria dos gráficos e da interface dos computadores, incluindo interação avatar em espaços virtuais tridimensionais. Assim, o universo da autocomunicação de massa é composto pela internet, pela comunicação sem fio, pelos jogos *online* e redes digitais de produção, *remix* e distribuição de peças culturais.

Formas revolucionárias de autocomunicação de massa originaram-se na ingenuidade de jovens, usuários que se tornaram criadores. O site de compartilhamento de conteúdo de vídeos YouTube é um exemplo: criado por três jovens americanos que trabalhavam na PayPal, em poucos anos, era o maior meio de comunicação de massa do mundo. MySpace e Facebook são outros exemplos, os dois mais bem sucedidos sites de interação social de usuários de diferentes idades e demografias sociais.

Todavia, o crescimento da autocomunicação de massa não está confinado apenas à alta tecnologia, considera Castells (2009). Como ela é multimodal, a digitalização de conteúdo e os programas sociais avançados geralmente baseados em *softwares* livres podem ser baixados de graça, permitindo a reformatação de quase todo o conteúdo em qualquer forma, cada vez mais distribuídos via redes sem cabo. Assim, organizações e indivíduos pioneiros aproveitam os baixos custos de produção e distribuição das novas formas de comunicação autônoma, como rádios de baixa frequência, estações piratas de televisão e produção independente de vídeos, para divulgar seu conteúdo digital.

Essa é uma nova realidade comunicativa que tem como espinha dorsal redes de computadores com remetentes globalmente distribuídos e globalmente interativos. É claro que mesmo um meio revolucionário como esse não determina o conteúdo e os efeitos de sua mensagem, mas ele tem o potencial de fazer possível uma produção diversa e autônoma ilimitada da maioria dos fluxos de comunicação. Além disso, a revolução da tecnologia da comunicação e as novas culturas de comunicação autônoma também são processadas e moldadas por organizações e instituições altamente influenciadas pelas estratégias de negócios e lucros e expansão de mercado.

Por outro lado, o fato da autocomunicação de massa ser baseada em redes horizontais de comunicação interativa dificulta seu controle por corporações e governos. Como a comunicação digital permite referência constante a um hipertexto global, seus componentes podem ser remixados pelo ator comunicativo de acordo com seus projetos de comunicação:

Mass self-communication provides the technological platform for the construction of the autonomy of the social actor, be it individual or collective, vis-à-vis the institutions of society. This is why governments are afraid of internet, and this is

why corporations have a love-hate relationship with it and are trying to extract profits while limiting its potential for freedom (for instance, by controlling file sharing or open source networks). (CASTELLS, 2012, p. 6)

Ao se engajarem na produção de mensagens massivas e ao desenvolverem redes autônomas de comunicação horizontal, os indivíduos da sociedade em rede podem inventar novos programas para suas vidas. Podem construir seus projetos compartilhando experiência, subverter a prática da comunicação ocupando o meio e criando a mensagem. “Social movements, throughout history, are the producers of new values and goals around which the institutions of society are transformed to represent these values by creating new norms to organize social life.” (CASTELLS, 2012, p. 9)

Na sociedade em rede, a autonomia comunicativa é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberação e coordenação da ação. Contudo, esse é apenas um componente do processo comunicativo por meio do qual os movimentos sociais relacionam-se com a sociedade. Para Castells (2012), eles também precisam construir espaço público ao criar comunidades livres no espaço urbano, e essas redes são ferramentas decisivas para a mobilização, organização, deliberação, coordenação e decisão.

Assim, a comunicação da era digital global é ativada por tecnologias da informação e da comunicação baseadas na microeletrônica que fazem a combinação de todas as formas de comunicação de massa possíveis em um hipertexto digital, global, multimodal e multicanal. A capacidade interativa desse sistema conduz à autocomunicação de massa, que multiplica e diversifica os pontos de entrada no processo de comunicação. Isso gera autonomia sem precedentes para os sujeitos no processo comunicativo.

Entretanto, mesmo que a autocomunicação de massa aumente a autonomia e liberdade dos atores comunicativos, essa autonomia cultural e tecnológica não necessariamente leva a autonomia da grande mídia. Na verdade, ela cria novos mercados e novas oportunidades de negócios para a mídia. Esse potencial de autonomia também é modelado, controlado e abreviado pela crescente concentração e entrelaçamento das corporações de mídia e operadores de rede pelo mundo.

2.3.5.1 Blogs

O termo blog, do Inglês, é uma redução de *weblog*, e o ato de publicar em blogs, blogar (*blogging*), é uma forma interativa de publicar conteúdo na internet desenvolvida em

1990 e que se tornou forma principal de autopublicação dez anos depois. Para Earl e Kimport (2011), blogar é uma prática social.

A blogosfera é um espaço comunicativo multilíngue e internacional, cita Castells (2009). Embora a língua Inglesa tenha a dominado nos primeiros estágios de seu desenvolvimento, apenas 36% dos blogs eram escritos em Inglês em 2007, enquanto 37% eram escritos em Japonês e 8%, em Mandarim.

Blogar é uma nova forma de expressão pessoal e subcultural comunitária que produz resumos e conexões com outros sites. Tornou-se uma forma de convergência comunitária porque possibilita a associação de informação, o estímulo à experiência comunitária, o debate sobre os fatos e o escrutínio da informação disponível, afirma Jenkins (2006).

Contudo, a maioria dos blogs pelo mundo é pessoal. De acordo com uma pesquisa do Pew Internet and American Life Project, 52% dos blogueiros afirmam que publicam principalmente para si, enquanto 32% para seu público. Pode-se dizer, assim, que “*a significant share of this form of mass self-communication is closer to ‘electronic autism’ than to actual communication.*” (CASTELLS, 2009, p. 66, grifo do autor) No entanto, qualquer comentário na internet, independente da intenção de seu autor, está disponível a todos e sua mensagem, suscetível a ser recebida e reprocessada de forma imprevisível.

Os blogueiros não reivindicam objetividade, diz Jenkins (2006), eles são geralmente posicionados, trabalham com rumores e insinuações e, conseqüentemente, são mais lidos por pessoas que concordam com eles. Muitas vezes, trabalham com informações sobre eventos passados, mas, em outros momentos, estão criando eventos e tentando usar informações que conseguiram para intervir no processo político.

Jenkins (2006) ressalta que blogar, por um lado, está aumentando o fluxo das ideias no cenário da mídia, mas, por outro, garante uma divisão ainda maior do debate político. O jornalismo principal é cada vez menos confiável, mais conduzido por agendas ideológicas do que por padrões profissionais. Nesse contexto, os blogueiros disputam fato por fato com os jornalistas, muitas vezes acertando, outras errando, mas sempre forçando um segmento do público para a questão das representações dominantes. E é a relação entre essas duas forças que gera a oportunidade de correção de erros.

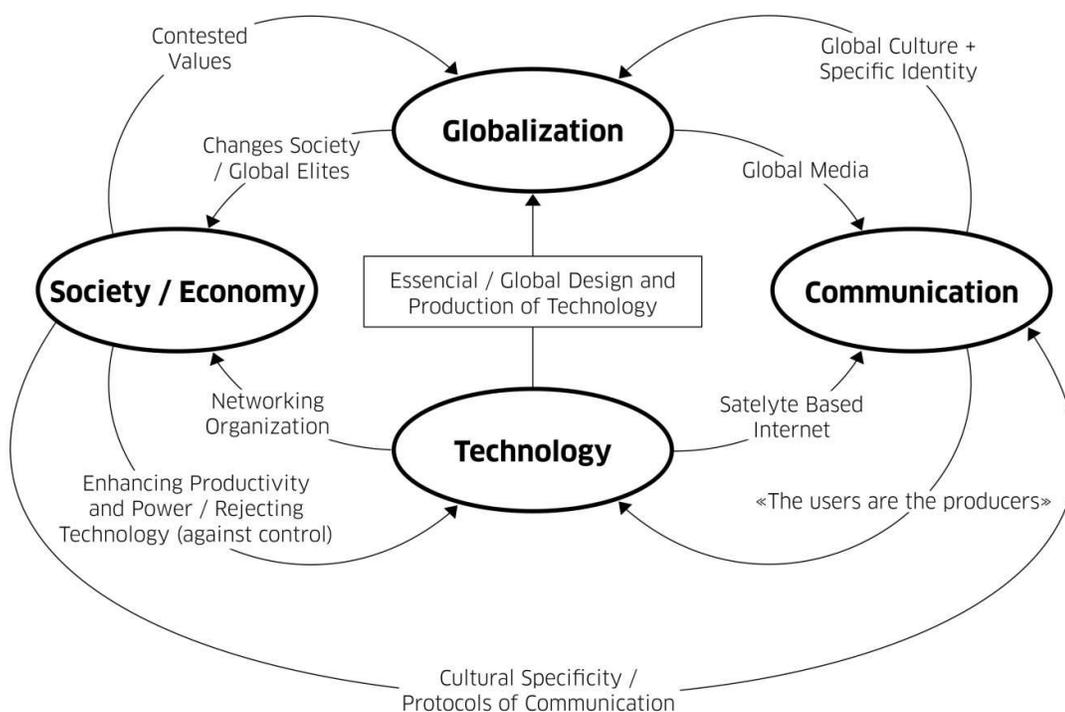
A grande mídia usa blogs e redes interativas para distribuir seu conteúdo e interagir com sua audiência, mesclando modelos de comunicação vertical e horizontal, explica Castells (2009). A crescente interação entre as redes desses dois modelos não significa, todavia, que a grande mídia está tomando para si essas novas e autônomas formas de geração e distribuição

de conteúdo. Significa, sim, que há um processo convergente que gera uma nova realidade de mídia cujos contornos e efeitos serão definidos nas lutas políticas e de negócios.

2.4 O PROBLEMA DE PESQUISA NESSA ESTRUTURA GLOBAL

Como vimos ao longo deste capítulo, as sociedades foram afetadas, desde as suas relações mais fundamentais, pela tecnologia da era da globalização contemporânea: a tecnologia da informação e da comunicação.

Fluxograma 1 – Globalização (informação verbal)⁷



O fluxograma mostra as influências entre as dimensões globalização, sociedade e economia, tecnologia e comunicação são exercidas por valores (*contested values*, *cultural specificity*, *specific identity*, *global culture*, *protocols of communication*), indivíduos (*the users are the producers*), grupos (*global elites*), instituições (*global media*, *networking organization*), tecnologia (*global design and production of technology*, *satellite based internet*), produção (*enhancing productivity*) e poder.

⁷ Fluxograma obtido em aula da disciplina COMM 559 – Globalization, Communication, and Society, ministrada por Manuel Castells na Annenberg School for Communication and Journalism da University of Southern California, na primavera de 2013.

Como essa tecnologia é centrada no processamento de informações e comunicação, a mais humana das características do ser humano torna-se o núcleo de toda a mudança: a capacidade de comunicação consciente e carregada de significados.

Como afirma Castells (1999):

“A comunicação simbólica entre os seres humanos e a relação entre esses e a natureza, com base na produção (e seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim, geram culturas e identidades coletivas.” (CASTELLS, 1999, v.1, p. 52)

Esta pesquisa concentra-se nas camadas do processo de globalização que são influenciadas por e influenciam os atores sociais individuais e sua cultura. Camadas marcadas pelas ações da sociedade sobre a comunicação (protocolos de comunicação) e da comunicação sobre a tecnologia (os usuários são os produtores).

Como identificar a ação de atores sociais individuais no território planetário da sociedade em rede global, entre os complexos e poderosos processos de comunicação do mundo globalizado?

Como, conectados à internet, jovens usuários, que são também produtores, comunicam-se com o propósito de engajamento cívico e participação pública? Que protocolos de comunicação utilizam para interagir no mundo híbrido em que vivem, que é marcado por quatro padrões culturais – cosmopolitismo, consumismo, individualismo em rede e multiculturalismo? Há compartilhamento de protocolos entre jovens de diferentes culturas nacionais na sociedade em rede?

As novas tecnologias da comunicação nos possibilitam, pela primeira vez na história, ferramentas de autocomunicação de massa. Castells (2009) afirma que podemos comunicar o que queremos, o que pensamos, tentar influenciar, rebelar-nos, resistir, em escala massiva, planetária e em rede com outros como nós.

Uma forma de pensarmos na influência da cultura na globalização é tentar compreender como ações locais podem ter consequências globais quando utilizam a tecnologia disponível. A complexa conectividade da globalização não ocorre somente na integração das instituições, mas também na interação entre indivíduos.

3 JUVENTUDE, ENGAJAMENTO CÍVICO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Como vimos no capítulo anterior, uma transformação tecnológica de dimensões históricas está ocorrendo com a integração de vários modelos de comunicação em uma rede interativa mediada por computadores. Na sociedade global em rede, a formação de um hipertexto e uma metalinguagem integram no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana.

Para Castells (2008), com o surgimento da autocomunicação de massa nesse contexto, movimentos sociais e indivíduos rebeldes tem a sua disposição extraordinário meio para construir autonomia e fazer frente às instituições da sociedade em seus próprios termos e em torno de seus próprios projetos. A tecnologia não é apenas uma ferramenta, é um meio, uma construção social com suas próprias repercussões e é também produto de uma cultura que valoriza a autonomia individual e a construção individual de um projeto do ator social.

Em seu estudo sobre modernização e mudança cultural, Inglehart e Welzel (2009) identificam que os valores de autoexpressão se disseminam na medida em que as ameaças existenciais diminuem; eles crescem junto com segurança existencial e autonomia individual. Nesse contexto, reduz-se a necessidade de proteção de grupo, inclusive de parentes, e, assim, a pressão pela conformidade de grupo. “Criar laços com outras pessoas deixa de ser uma questão de necessidade para tornar-se uma questão de escolha autônoma, o que ajuda as pessoas a ultrapassar as fronteiras estreitas do parentesco ampliado.” (INGLEHART, WELZEL, 2009, p. 181)

Para os autores, nesse processo, as pessoas criam laços do tipo ponte, substituindo laços por vínculos, e passam a apoiar cada vez mais as liberdades individuais e os direitos humanos, apresentando tendências antidiscriminatórias e humanísticas, num caráter eminentemente pró-cívico.

Para Almond e Verba (1989), a questão central da política pública no final do Século XX e início do XXI é que conteúdo esta cultura emergente no mundo terá. Os autores afirmam que, aparentemente, a cultura ocidental se difunde rapidamente junto com a tecnologia da qual ela depende. Como a modernização econômica depende cada vez mais de investimentos em transportes, comunicação e educação, e esses fatores exigem taxaço, regulação e administração, o modelo da burocracia racional e eficiente também se difunde, baseado numa tecnologia organizacional. “It has in common with engineering and technology a mixture of rationality and authority to material things; modern social organization is their application to human beings and social groups.” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 2)

No entanto, eles acreditam que o problema no conteúdo dessa cultura emergente é seu caráter político porque, embora o movimento em direção à tecnologia e à racionalidade pareça uniforme em todo o mundo, a direção da mudança política é menos clara. Eles identificam um aspecto dessa nova cultura política: a participação. “Though this coming world political culture appears to be dominated by the participation explosion, what the mode of participation will be is uncertain.” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 3)

Para Almond e Verba (1989), emerge uma terceira cultura, nem tradicional, nem moderna, mas com um pouco das duas. Uma cultura plural baseada em comunicação e persuasão, uma cultura de consenso e diversidade que permite a mudança, mas a modera.

À frente de todas essas transformações estão atores sociais e cidadãos individuais do mundo. Eles usam a nova capacidade de comunicação em rede para avançar seus projetos, defender seus interesses e afirmar seus valores, transformando a cultura. E os jovens são os portadores do presente e futuro. Neste estudo, busco compreender como o engajamento cívico e a participação pública mudam nesse contexto e coloco a juventude no centro da análise.

3.1 JUVENTUDE

Com a escolha de ter jovens como objeto de estudo, penso que é necessário problematizar brevemente a questão sociológica da juventude nos termos da análise de Pais (1990):

[...] tentar uma aproximação científico-analítica ao mundo da “juventude” exige, nesta ordem de ideias, um radical ascetismo de vigilância epistemológica que nos obriga a partir do pressuposto metodológico de que, em certo sentido, a juventude não é, com efeito, socialmente homogênea. Na verdade, a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações. (PAIS, 1990, p. 149)

O conceito começou a ser discutido em um contexto social específico, explica o autor. Assim como nos processos de estabelecimentos da fase da infância e da fase do bebê, a elaboração da noção de juventude somente adquiriu certa consistência a partir do momento em que se começou a verificar o prolongamento dos tempos de passagem entre a infância e a idade adulta e dos consequentes problemas sociais resultantes disso e tendo os tempos de passagem como fase da vida.

No entanto, mesmo quando trata de uma fase da vida, o conceito de juventude não é definitivo, tanto porque os contornos da fase da vida a que a expressão se reporta flutuam,

quanto porque “a imagem da juventude associada a um processo de transição entre conhecidos e seguros estágios está cada vez mais obsoleta.” (PAIS, 1990, p. 150)

Muitos estudos da juventude partem das questões geradas pelo fato de essa ser uma fase de vida marcada por determinados problemas sociais, como de trabalho e renda; de habitação; de afetividade e sexualidade; de conflitos familiares; e de violência urbana. Na década de 1970, por exemplo, os problemas da falta de emprego tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, tornando-a quase uma categoria econômica. No entanto, no final dos anos 1960, os jovens eram protagonistas de uma crise de valores e de um conflito de gerações situado no campo dos comportamentos éticos e culturais.

A juventude pode ser tomada como conjunto social obviamente diversificado, constituído por jovens em situações sociais diferentes. No entanto, pode ser considerada ainda um conjunto social cujo principal atributo é o de ser uma unidade constituída por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, definida principalmente em termos etários. Dessa forma, não há “conceito único de juventude que possa abranger os campos semânticos que lhe aparecem associados. A diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias.” (PAIS, 1990, p. 151)

Considerando as questões acima expostas e por motivos de conveniência metodológica, adoto noções da corrente geracional das teorias sociológicas da juventude. A corrente alternativa, a classista, segue rumos epistemológicos diversos dos que proponho para esta pesquisa: considera que a transição dos jovens para a vida adulta é sempre pautada por mecanismos de reprodução de classes sociais, que as culturas juvenis são culturas de classe, são produtos de relações antagônicas de classe, como explica Pais (1990).

A noção de juventude como fase da vida põe ênfase em seu aspecto unitário, mesmo reconhecendo que há diferentes perspectivas de vida entre jovens de uma mesma geração. Essa corrente discute a continuidade e a descontinuidade dos valores intergeracionais, a renovação e a continuidade da sociedade dependendo da relação entre as gerações. Tem como quadro teórico dominante as teorias da socialização desenvolvidas pelo funcionalismo e a teoria das gerações.

O grupo da juventude, nesse contexto analítico, tem as seguintes características: indivíduos cujas idades se concentram dentro de um intervalo relativamente estreito; indivíduos portadores de sentimentos comuns de se encontrarem coletivamente em presença de certos grupos distintos do seu pela idade; e indivíduos com sentimentos de que existem diferenças etárias e, não menos significativas, diferenças nas referências sociais e culturais, como informação, valores, interesses, projetos etc. Como diz Pais (1990):

[...] o facto de os jovens escolherem como modelo de referência os seus companheiros – e a convivência muito particular e, nalguns casos, intensa, frequente e significativa que com eles mantêm – continua a legitimar a admissão da hipótese segundo a qual algumas normas e padrões de comportamento geralmente aceites pelos adultos não são seguidas pelos mais jovens. (PAIS, 1990, p. 157)

Adoto ainda o enfoque histórico, a estrutura social, como balizador do que é juventude, conforme a explicação de Pais (1990) abaixo:

[...] toda a tentativa de periodização de uma trajectória biográfica (ou um feixe de trajectórias) deve ter em conta duas ordens de acontecimentos distintos, mas relativamente dependentes: acontecimentos históricos, que pautam a evolução das estruturas sociais, e acontecimentos individuais, que balizam os diferentes percursos constitutivos de uma trajectória biográfica (mas cujas regularidades reflectem a história de determinadas estruturas sociais). (PAIS, 1990, p. 150)

Herrera (2012) refere Karl Mannheim, que tratou das gerações como fenômenos sociais porque elas consistem de um recorte de pessoas que compartilham uma localização comum na dimensão histórica do processo social. Seus membros não são homogêneos e há diferenças entre os grupos, baseadas em classes sociais, ideologia, geografia e gênero, por exemplo, mas podem alcançar a realidade quando desenvolvem consciência de seus interesses comuns e formam grupos de solidariedade para aproveitar seu poder coletivo. Para Mannheim, profundas mudanças sociais na linha geracional resultam de traumas sociais ou aceleração no tempo da mudança, causadas por guerras, crises econômicas ou revoluções sociais, políticas e tecnológicas. Nessas conjunturas, os jovens perdem a confiança nas memórias apropriadas das gerações anteriores e passam a confiar mais em sua própria experiência.

A autora comenta que Mannheim também faz um recorte das gerações por estado-nação, afirmando que elas carregam características nacionais. Todavia, para ela, com a interação com as novas mídias e ferramentas de comunicação, os jovens pelo globo vem desenvolvendo comportamentos e atitudes comuns. Se eles forem capazes de acessar e explorar os recursos, inovar política e culturalmente e cultivar lideranças estratégicas, podemos começar a falar em uma geração global.

Por fim, considero que é necessário que os jovens sejam estudados a partir dos seus contextos de vivência “porque é quotidianamente, isto é, no curso das suas interações, que os jovens constroem formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e acção.” (PAIS, 1990, p. 164) Essa é uma questão persistente, conforme Herrera (2012), colocada pelos sociólogos das gerações: por que e em que condições umas gerações tornam-se

conscientes de sua situação comum e passam a tentar a mudança enquanto outras seguem os passos das gerações anteriores.

Para Herrera (2012), a juventude desse início de milênio é indubitavelmente capaz de inovar nas esferas culturais e intelectuais, como mostra a explosão de ideias e conteúdo criativo *online*. Talvez ela esteja alcançando a consciência teorizada por Mannheim porque esses jovens também tem se mostrado capazes de organizar-se dos ambientes *online* para os *off-line*, seja em ações de diversão, como as *flash mobs*, seja para propósitos políticos, como os protestos que tem explodido pelo mundo.

Herrera (2012) cita que a literatura das gerações, desde o final da década de 1990, liga diretamente às tecnologias da informação e da comunicação os estudos dessa geração, numa afirmação de quanto mudanças geracionais e tecnológicas são percebidas como intimamente ligadas em nosso tempo. Vários termos conceituam esses jovens: *Gen Y*; *Millennials*; *Net Generation*; *E-Generation*; *iGeneration*; *digital natives*; *Generation txt*; Facebook, Twitter and Google *Generation*; *Generation 2.0*; e *wired generation*.

A autora afirma que teóricos da área compartilham o entendimento de que a geração nascida no final dos anos 1970 carrega padrões de sociabilidade, cognição e valores distintos das gerações da era pré-digital. Eles são mais horizontais, interativos, participativos, abertos, colaborativos e mutualmente influentes, com tendência a orientações coletivistas. Herrera (2012) lista oito características dessa geração que se relacionam diretamente com como eles vivenciam a comunicação digital: liberdade, customização, escrutínio, integridade, colaboração, entretenimento, velocidade e inovação. Outra característica derivada desse comportamento de mídia é a habilidade da prática da participação simétrica. Dessa forma:

These youth are not passive recipients of media and messages, as in the days when television and print media ruled, but they play an active role in the production, alteration, consumption, and dissemination of content; their relationship to media is more interactive. (HERRERA, 2012, p. 334)

Todavia, outro grupo de teóricos enfatiza uma série de preocupações com os rumos dessa geração. Eles conduzem pesquisas que identificam que esses jovens têm baixa capacidade de concentração, buscam gratificações instantâneas, não estão dispostos a ler e pensar profundamente e não têm as características necessárias para pensar em longo prazo e fazer planejamentos. Para Herrera (2012), esses problemas não anulam as características positivas citadas anteriormente, pelo contrário, mostram que essa geração é multifacetada e os desafios que isso gera para os pesquisadores.

De qualquer forma, Livingstone (2008) salienta que, para os adolescentes, a realidade *online* deve ser adotada entusiasticamente porque ela representa o espaço deles, mais visível para o grupo do que para a vigilância dos adultos, e uma oportunidade excitante e relativamente segura para a condução de suas tarefas psicossociais – a construção, experimentação e apresentação de um projeto reflexivo do eu em um contexto social e a desconsideração de normas comunicativas e comportamentos de risco. Na verdade, parece que mesmo atividades *online* normativamente valorizadas são correlacionadas por eles, na prática, com atividades de risco relacionadas a conteúdo, contato e condução *online*, o que sugere que, o que para um adulto pode ser um risco, para um adolescente é justamente a oportunidade que ele buscava.

3.1.1 Juventude e socialização política

Compreender a juventude e seu engajamento exige também compreender processos de socialização e de socialização política. Para Inglehart e Welzel (2009), os valores básicos do indivíduo refletem as condições mais importantes de sua vivência antes da idade adulta, e as gerações mais velhas transmitem seus valores para seus filhos em cada sociedade. Além disso, a socialização precoce tende a ser mais rígida do que a tardia. “Essa herança cultural não se dissipa facilmente, mas se for incoerente com a experiência de primeira mão do indivíduo, pode desaparecer gradualmente.” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 130)

Do nascimento até a morte, o processo geral de socialização nunca cessa em nossas vidas, mas quando tratamos da socialização política, todavia, os estudos indicam que o período da juventude é um dos mais ricos.

Niemi e Sobieszek (1977) afirmam que o processo de socialização política pode ser visto mais estreitamente, como aulas de civismo no ensino médio, ou mais amplamente, como todo o aprendizado político. Esse aprendizado não se reduz a conhecer nomes de instituições, por exemplo, e sim a compreender processos de substituição de lideranças, o papel da imprensa, enfim, a apropriação de valores políticos. Bender (1967) reuniu conceitos de socialização política de alguns autores em um. Ele entende socialização política como um processo por meio do qual o indivíduo internaliza atitudes, crenças, percepções e valores politicamente relevantes, ressaltando que politicamente relevante se refere às fronteiras do escopo de pesquisa sobre sistemas sociais, os quais não são políticos apenas no senso governamental, mas mais amplos, como, por exemplo, os padrões familiares de autoridade.

Em paradigmas funcionalistas, a socialização contribui para a manutenção do sistema existente de maneira vertical, de geração para geração, e horizontal, entre indivíduos da mesma geração. Essa ênfase na manutenção e na preocupação com a estabilidade dos sistemas não considera o escopo de consequências que a socialização tem sobre a diversidade política, o conflito e a mudança. Descontinuidades, verticais e horizontais, na transmissão dos padrões existentes são muito evidentes para serem negligenciadas e podem ajudar a explicar a mudança.

Para Castro (2009), os estudos de socialização política exageram na preocupação com a estabilidade política e com a reprodução social, desconsiderando possibilidades de formação de uma contracultura política. Para a autora, parece problemático focar a juventude tendo em vista apenas sua adequação ao sistema político vigente porque são descartadas as possibilidades de considerar as contraforças e contraposições que ela pode mobilizar. Easton (1968) observava à época que a maioria das crianças do mundo crescia em uma cultura alienada de seus pais e que, nesse contexto, a mudança poderia ser a regra e a estabilidade, a exceção. Assim, ele defendia que os estudos na área deveriam considerar mudança e continuidade como fenômenos imperativamente iguais.

As agências de socialização são tipificadas por Bender (1967): a primária é a família, nuclear ou ampliada, e as secundárias são as escolas, o trabalho, os partidos políticos e os meios de comunicação de massa, entre outras. O processo também é compreendido em suas etapas latente e manifesta – conforme a criança vai amadurecendo, a latência vai se reduzindo e se acelera sua manifestação. “With the concept of political socialization we can [...] relate specific adult political attitudes and behavioral propensities to the manifest and latent political socialization experiences of childhood.” (ALMOND & VERBA, 1989, p. 13)

Analisando estudos realizados em meados da década de 1960, Niemi e Sobieszek (1977) identificaram que a família é fonte importante de comportamento e atitudes políticas, gerando reflexos, especialmente, no comportamento partidário e no voto, na idade adulta. Para os autores, a influência da família não pode ser negada, nem que seja pelo fato de que pais e filhos vivenciam os mesmos eventos, as mesmas interpretações desses eventos pela mídia e os avaliam por meio dos mesmos pontos de referência. Assim, não há porque adolescentes como um todo terem ideias muito diferentes das dos seus pais. Além disso, os conflitos políticos não colocam os mais velhos contra os mais jovens. Na ausência dessa força, pais e filhos como um todo têm visões muito similares, mesmo que não concordem entre eles. Isso quer dizer que uma cultura juvenil não abrange valores políticos que diferem muito das gerações anteriores.

Easton (1968), contudo, relativiza o papel da família. Enquanto essa agência cumpre papel vital na transmissão de vários aspectos da cultura geral em uma sociedade e na preparação de uma criança para os tipos de papéis que serão esperados dela, como os de gênero, na área da política, ele vê que algumas diferenças importantes parecem ocorrer. Enquanto alguns tipos de orientações são objeto da socialização familiar, outros dependem mais das agências de fora da família. A infância pode ser o período de aprendizado de orientações básicas, mas a adolescência e a juventude, de atitudes em temas e escolha de candidatos, por exemplo.

Aqui, entra o papel fundamental de outra agência na vida dos jovens: a escola. No período do ensino fundamental, a família ainda tem o principal papel no processo, e há ausência de treinamento político das crianças, inclusive porque sua capacidade cognitiva virá apenas com o tempo, acreditam Niemi e Sobieszek (1977). No entanto, no final desse período, a institucionalização acompanha a crescente capacidade e consciência dos adolescentes, e a escola secundária passa a ser crucial para o desenvolvimento de atitudes políticas.

Os eventos políticos, como guerras, escândalos e crises, também são significantes no processo de socialização política dos jovens e determinantes importantes das atitudes políticas que desenvolvem. Pesquisas mostram que jovens e mesmo crianças reagem a eventos políticos e não absorvem passivamente as atitudes de pais e outras pessoas. Aqui, a mídia ganha papel central como fonte de informação porque leva esses fatos diretamente aos jovens, sem os filtros da família e da escola.

Niemi e Sobieszek (1977) acrescentam que as crianças tornam-se capazes de lidar com abstrações somente perto dos 11, 12, 13 anos de idade. A compreensão de contextos políticos e avaliações começa na adolescência, fase da vida para a qual eles trazem visões de autoridade formadas na experiência familiar e reforçadas pela escola. Somente nessa época, podem começar a entender o significado de instituições e formar atitudes políticas.

Assim, para Niemi e Hepburn (1995), o período entre 14 e 25 anos são os de mais rápido aprendizado político em direção a capacidades e atitudes adultas. Mudanças psicológicas e sociais extraordinárias ocorrem nesse período. Nessa fase, os jovens já têm algumas capacidades de adultos, como as capacidades de racionalizar consequências, de avaliar as implicações dos cursos de suas atitudes e de escolher a partir de princípios gerais. Além disso, são os anos em que as sociedades educam formalmente a juventude sobre governo, política e cidadania.

Para Bender (1967) para compreender a transmissão das principais orientações políticas é necessário estudar o período anterior à vida adulta:

We shall for this reason find it useful to confine the discussion of socialization to the preadult period of life [...] Our assumption then is that, as in other areas of behavior, the preadult stages are the vital formative years of political life. (BENDER, 1967, p. 392)

A convivência em grupos de amigos é fundamental na formação das atitudes políticas dos jovens. Para Niemi e Sobieszek (1977), os pares exercem considerável influência sobre os pontos de vista políticos de adolescentes e jovens adultos. A cultura juvenil é um elemento do ambiente dos adolescentes, e pesquisadores que tentam compreender as implicações do desenvolvimento de culturas juvenis nacionais e até internacionais devem encontrar mais influência de pares nas atitudes políticas dos jovens.

Os autores destacam outro ponto nesse período da vida: o fortalecimento do reconhecimento dos jovens de sua própria subcultura, com seus interesses específicos. Eles dizem que mudanças importantes nos canais de comunicação disponíveis causam esse efeito, e que há um grande crescimento da quantidade de canais para eles, como jornais e emissoras de televisão e rádio alternativas, além da grande mídia que explora os mercados orientados para os jovens. “[...] it certainly seems reasonable to assert that the relative impact of peers, family, and schools on political learning must yield to some extent to the national impact of the youth culture.” (NIEMI; SOBIESZEK, 1977, p. 223)

Castro (2009) afirma a importância dos posicionamentos que crianças e jovens assumem em relação a outros grupos sociais nos espaços públicos. Ela diz que o papel de telespectador coloca o jovem na posição de definir e construir sentidos em relação a atores dominantes, como governo e políticos, por exemplo, o que indica que os jovens estabelecem prontamente sentidos do que vem a ser cidadão, mesmo que sua ação no espaço público não esteja legitimada. Em um estudo conduzido pela autora com grupos de jovens engajados em partidos políticos e em atividades comunitárias, ela identificou que é presente neles “a busca de um vínculo com o social que dê outros sentidos às suas relações com o mundo e insira o jovem em um coletivo de ação na sociedade”. (CASTRO, 2008, p. 264)

Em resumo, grupos de amigos, mídia e eventos são agências proeminentes na socialização política dos jovens, e, entre outras questões, elas proporcionam o aumento do potencial de mudança nas atitudes políticas de uma geração para a outra, afirmam Niemi e Sobieszek (1977). Para Easton (1968), o que pode ser socialização inadequada para a manutenção das estruturas políticas existentes pode ser altamente apropriada para trazer novas

estruturas baseadas em novos ideais e novos tipos de acomodação política entre os membros do sistema.

Almond e Verba (1989) acreditam que as pessoas são introduzidas no processo de socialização política da mesma forma que no processo de socialização de papéis e em sistemas sociais não políticos. Dessa forma, os conflitos de culturas políticas têm muito em comum com outros conflitos culturais, e os processos políticos aculturativos são mais compreensíveis se considerados como resistências e tendências incorporadas da mudança cultural em geral.

Inglehart e Welzel (2009) afirmam que as mudanças de valores de geração para geração refletem mudanças históricas nas condições existenciais de uma sociedade e que essas mudanças ocorrem nas sociedades onde as gerações mais jovens vivenciam condições de formação diferentes das vividas pelas mais velhas. Em nossos anos de formação, não absorvemos todos os valores que nos passam, e temos maior probabilidade de adotar aqueles valores coerentes com nossa própria experiência nos anos de nossa formação. Esse processo permite a mudança intergeracional de valores, um processo gradual que ocorre à medida que uma geração mais jovem substitui a anterior na população adulta de uma sociedade. Para os autores:

Análises de coortes e comparações intergeracionais indicam que estamos testemunhando um processo gradual de mudança intergeracional de valores associado ao desenvolvimento socioeconômico, refletindo o fato de que condições existenciais cada vez mais favoráveis tendem a fazer com que as pessoas se tornem menos dependentes da religião e valorizem cada vez mais a autoexpressão. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 148)

Os autores preveem que as grandes mudanças culturais que estão ocorrendo, as quais são associadas a um processo de mudança intergeracional promovido por níveis crescentes de segurança existencial, tem implicações na mudança política das próximas décadas e produzirá apoio e demanda crescente por democracia.

3.2 ENGAJAMENTO CÍVICO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Com o advento da mídia social, entre outros recursos da comunicação mediada por computadores, o Século XXI é cenário de uma revolução nas formas como os indivíduos engajam na política. Nessa última década, o uso de sites de redes sociais cresce em escala geométrica em todo o globo, e os usuários utilizam as mídias sociais como mecanismo de distribuição de informação política, como identifica o Lapop (2013).

As taxas crescentes de uso geral dessas mídias e os exemplos de usos bem sucedidos dela para ativismo político indicam que essa tendência permanecerá. Pesquisa realizada pelo Lapop (2013) em 2012 mostra que aqueles que engajam na política pelas mídias sociais também estão mais dispostos a se engajar em movimentos comunitários e outras formas de participação política, embora não estejam dispostos na mesma medida a votar.

Bennett, Wells e Freelon (2011) falam que, nesse contexto, há duas narrativas que dominam os estudos sobre o papel da comunicação na participação política dos jovens. A primeira argumenta que a cultura da passividade causada pela televisão e o declínio do associativismo levam a um afastamento geracional da política e da vida pública muito difícil de ser revertido pelas novas formas de ação cívica *online*. A segunda descreve os jovens como nativos digitais a frente da mídia participativa que está promovendo novas formas de engajamento. Ambas têm tido suas controvérsias expostas por evidências empíricas. O declínio do consumo de notícias e do conhecimento sobre política entre os jovens dá suporte à primeira. Por outro lado, as novas plataformas de redes sociais e as ferramentas de fontes abertas de informação criam novas oportunidades para os jovens montarem suas redes e agirem sobre diversos temas.

Estudo realizado com jovens americanos pelas instituições Carnegie e Circle (2003) confirma o que diversas pesquisas mostram e o que os adultos percebem em todo o mundo: o crescente desinteresse dos jovens pelos processos democráticos institucionais, pelas discussões políticas e pelos temas públicos. Eles também têm profundas falhas de conhecimento sobre história, instituições e processos do sistema, com graus variados dependendo de suas características demográficas.

Só que ao mesmo tempo, os dados do estudo americano mostram que eles estão cada vez mais dispostos a participar de atividades voluntárias e comunitárias e são cada vez mais tolerantes e comprometidos com a liberdade de expressão. Alguns estudiosos afirmam que esta é a geração mais engajada da história americana.

Em uma pesquisa com jovens brasileiros, KRISCHKE (2004) identificou que pelo menos a metade deles prefere a democracia a qualquer outro regime de governo.

Pesquisa quantitativa realizada pelo Lapop (2013) com grupos de usuários de mídias sociais na América Latina e no Caribe identificou que os mais jovens, com melhor renda, mais educados e moradores de áreas urbanas são mais interessados em se engajar em política por meio das mídias sociais. O relatório mostra ainda que aqueles que leram ou compartilharam informação política por essas mídias são mais polarizados no espectro ideológico de esquerda e direita e mais tolerantes e apoiadores da democracia.

O perfil dos latino-americanos espelha o dos americanos: “[...] the socioeconomic and demographic profile of the average user of social media for political purposes is similar across the Latin American and Caribbean region to that which has been found in the United States.” (Lapop, 2013, p. 2)

Assim, Bennett, Wells e Freelon (2011) preferem admitir que ambas narrativas contribuem para a compreensão do assunto: a primeira, contabilizando a fragmentação de uma ordem cívica antiga, e a segunda trazendo estilos cívicos emergentes para o foco. Para Putnam (2001), “[...] the younger generation today is no less engaged than their predecessor, but engaged in new ways.” (PUTNAM, 2001, p. 21)

Light (2012) realizou um levantamento histórico do envolvimento dos jovens americanos de até 21 anos entre 1800 e 1971, ano em que a idade dos eleitores foi reduzida para 18 anos. Ela descobriu temas que ficam claros quando se olha para a história do engajamento cívico da juventude americana. Um deles é a tensão que a autonomia dos jovens causa entre eles e os adultos. Outro tema é o papel central de colegiais e universitários na formação de uma massa de jovens críticos em contextos de organização e uso de tecnologias de comunicação, muitas vezes, de alto custo – das primeiras impressas às rádios e televisões universitárias, passando pelos aparelhos de transmissão de rádio, mimeógrafos e teletipos. A consistência dos temas de reivindicação deles também é clara: relações raciais, direitos civis, liberdade de expressão e engajamento militar aparecem repetidamente. Eles também se apropriaram das novas mídias quando seus custos caíam e acumularam experiências de sucessos e fracassos.

Putnam (2001) afirma que dezenas de estudos mostraram que a educação foi o principal fator no crescimento do engajamento cívico nos Estados Unidos na década de 1960. Educação aumenta a tolerância e o envolvimento social, afirma o autor. A democracia participativa era uma característica das classes média e alta americana. Nessa década, as previsões eram de que o crescimento econômico e a melhoria do acesso à educação levariam a difusão do engajamento cívico.

Light (2012) resume a relação entre juventude, mídias, engajamento e participação na história:

[...] the role of new media in youth political participation in the US and beyond is an expanding area of inquiry. An implicit starting point within much of the discussion is that recent developments in this arena are distinct from what came before. Yet the history of youth, media, and political participation is remarkably rich terrain. Young people have long found ways to share political ideas among

themselves and with adults, and media have played a role in these activities for two centuries. (LIGHT, 2012, p.1)

CASTRO (2008) vê um cenário singular para o jovem brasileiro na interpelação para um outro tipo de pertencimento à coletividade, diferente daquele do lar e da família: o fosso abismal entre as elites e o enorme contingente de pobres e miseráveis do país. O Brasil não conseguiu implantar práticas sociais fundadas em direitos universais reais, como à educação, por exemplo, principalmente para crianças e jovens. No Brasil, há “carência de oportunidades de integração socioeconômica e político-cultural para a juventude”. (KRISCHKE, 2004, p. 2)

No entanto, KRISCHKE (2004) destaca que há índices elevados de participação política dos jovens no Brasil, tanto nas formas de ação convencional como na não convencional. Eles mostram interesse em identificação partidária, em avaliar governos, em partidos, em participação em protestos e movimentos sociais em níveis numericamente equivalentes, ou até superiores, aos que estudos encontram em jovens europeus.

Para CASTRO (2008), o declínio observado por alguns pesquisadores em relação aos comportamentos políticos institucionalizados, como o interesse por votar, está relacionado a mudanças de valores, porque as novas gerações não se identificam mais com organizações hierarquizadas e burocratizadas e preferem experiências políticas não convencionais. KRISCHKE (2004) também acredita que a juventude não tem regredido à apatia ou a um apolitismo, mas tem investido suas energias políticas na participação não convencional.

Em seu estudo, CASTRO (2008) identificou ainda que os jovens brasileiros separam política de político:

A “política” é entendida como o modus operandi socialmente legitimado e organizado de levar adiante mudanças societárias no horizonte de lutas e antagonismos; o “político” é visto como construção coletiva contra-hegemônica que visa a restabelecer o vínculo com os excluídos. Para os jovens aqui entrevistados, ao levantar-se a bandeira da política corre-se o risco de tornar-se parte de uma engrenagem em que se pode perder de vista o compromisso com a mudança real e com os princípios partidários. Ou, ao preferir-se o político, engajando-se no trabalho voluntário engajado, corre-se o risco de se evitar confrontar e lidar com as engrenagens mais amplas a que estão submetidos e os diversos interesses que dividem a sociedade mais ampla. (CASTRO, 2008, p. 265)

Comparados às gerações anteriores, os jovens da era digital estão aprendendo e exercitando cidadania em diferentes formas, diz Herrera (2012). “Around the globe, a monumental generational rupture is taking place that is being facilitated – not driven in some inevitable and teleological process – by new media and communication technologies.” (HERRERA, 2012, p. 334)

Kahne, Middaugh e Allen (2012) listam três meios pelos quais eles acreditam que as novas tecnologias estão transformando as relações políticas, sociais e culturais: a mudança das relações entre cidadãos e instituições e elites; a renegociação dos limites das realidades sociais, culturais e políticas; e a cultura participativa e trajetórias potenciais para a política participativa.

3.2.1 Novos movimentos sociais

Movimentos sociais nascem de contradições e conflitos específicos de cada sociedade e expressam a revolta e os projetos dos indivíduos. Para Castells (2012), a comunicação sempre teve papel crítico na formação desses movimentos porque os indivíduos precisam se conectar e dependem de redes interativas de comunicação. Com base na internet e nas redes sem cabo, a comunicação agora é horizontal, interativa e de larga escala, e essas ferramentas são decisivas para a mobilização, a organização, a deliberação, a coordenação e a decisão neles.

Castells (2012) busca compreender a formação, a dinâmica, os valores e as perspectivas de transformação social das insurgências desse início de século no Oriente Médio, na Europa e nos Estados Unidos. Islândia foi a primeira, em janeiro de 2009. Depois veio a Tunísia, em janeiro de 2011, seguida por Egito e pela Primavera Árabe – Argélia, Líbano, Jordânia, Mauritânia, Sudão, Omã, Iêmen, Barein, Líbia, Kuwait, Marrocos, Saara Ocidental, Arábia Saudita e Síria – no mesmo ano. Os Indignados da Espanha se mobilizaram em maio de 2011.

O movimento Occupy Wall Street invadiu as cidades americanas em setembro de 2011. Indignados com as corporações financeiras e as consequências da crise econômica iniciada em 2008, com o abandono de promessas de campanha eleitoral por Barack Obama, inspirados pelo movimento egípcio e chamados às ruas por redes de ativistas que se organizavam há meses, cerca de mil pessoas foram para Wall Street e ocuparam o parque Zuccotti, em Nova Iorque, em 17 de setembro de 2011, dia de aniversário da assinatura da Constituição americana. A repressão policial, documentada e publicada nas diversas plataformas da internet, gerou solidariedade e alimentou e propagou os protestos por todo o país. Castells (2012) afirma que a maioria dos manifestantes era de jovens entre 20 e 40 anos. Dados do jornal New York Daily News contabilizaram uma média de 200 a 300 pessoas acampadas no parque a cada noite.

No Brasil, uma série de protestos explodiu em junho de 2013, depois de meses de manifestações em diversas capitais, como Porto Alegre e São Paulo, contra o aumento das tarifas do transporte público e a baixa qualidade do serviço, organizadas pelas redes sociais, especialmente pelo Facebook. A repressão violenta da polícia de São Paulo na noite de 13 de junho foi documentada e publicada pelos protestantes na internet e gerou indignação nacional e apoio de cidadãos de todo o país aos protestos dos estudantes. Milhões de pessoas juntaram-se a eles e foram para as ruas protestar por diversas causas políticas em centenas de cidades. A estimativa da polícia, conforme o jornal Folha de São Paulo, foi de que 65 mil pessoas foram às ruas de São Paulo no dia 17 de junho.⁸

Pesquisa do Instituto DataFolha⁹ identificou que cerca de 80% dos protestantes em São Paulo tinham até 35 anos. Os fatos brasileiros ocorreram depois da publicação da pesquisa de Castells (2012). Muitas pesquisas ainda serão necessárias para identificarmos se ele pode ser caracterizado como movimento social. No entanto, algumas características dos movimentos de outros países podem ser encontradas nos protestos brasileiros.

Em todos esses movimentos, descreve Castells (2012), havia primeiro uns poucos, que atraíram centenas, que, em rede com milhares, receberam o apoio de milhões. A raiva venceu o medo, e o entusiasmo formado na segurança do ciberespaço levou à ocupação do espaço público. Dispostos ao risco, esses indivíduos se conectaram com outros indivíduos e expressaram sua indignação. Todos começaram com o protagonismo de jovens.

Ele encontrou características comuns, um tipo ideal, desses movimentos sociais em rede. Eles ocorrem em rede (*online* e *off-line*; na internet e nas redes sem fio; movimentos novos se conectam a pré-existentes); são horizontais e têm sentimento de proximidade entre os indivíduos; são espaço para autonomia; não têm liderança, comando ou controle centralizado; rejeitam os partidos políticos e os políticos; são espontâneos; são virais; ocupam o espaço urbano; são locais e globais; são cosmopolitas em sua identidade específica; têm tempo intemporal; são pouco vulneráveis à repressão; promovem a desobediência civil pacífica, não são violentos; são auto reflexivos; raramente são movimentos programáticos; buscam mudar os valores da sociedade; e são políticos em seu senso fundamental. Apesar de os protestos brasileiros não terem sido estudados por Castells (2012), podemos encontrar muitas semelhanças entre o nosso movimento e esse tipo ideal.

⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296834-protesto-em-sao-paulo-e-o-maior-desde-manifestacao-contr collar.shtml>. Acesso em 11 de dez de 2013.

⁹ Os principais resultados da pesquisa podem ser consultados em: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/06/19024-datafolha-perfil-dos-manifestantes.shtml>. Acesso em: 29 out. 2013.

Castells (2012) identifica que esses movimentos têm raízes em uma crise econômica estrutural e em uma crise profunda de confiança e legitimidade. Ele explica que a morfologia das novas redes de comunicação digital, geradas pela mudança tecnológica e pelo surgimento da autocomunicação de massa, definem a forma de mobilização e de mudança social na era da internet. A autocomunicação de massa é ferramenta fundamental de resistência e contrapoder, é a forma de comunicação fundamental no núcleo da sociedade em rede, é a estrutura onde os movimentos sociais do Século XXI estão sendo formados.

Eles são altamente dependentes dessa comunicação autônoma livre do controle do estado ou de corporações. O que os faz absolutamente novos é sua natureza híbrida: usam extensivamente as ferramentas online, mas a ocupação física do espaço urbano tem a mesma importância. Seu novo espaço público é um espaço híbrido, digital e urbano, um espaço de comunicação autônoma.

Castells (2012) identifica neles uma nova utopia: a utopia da autonomia do indivíduo em relação às instituições da sociedade. A capacidade do ator social de tornar-se sujeito que define a sua própria ação sobre projetos construídos de acordo com seus próprios valores e interesses e independentemente dessas instituições. Para ele, essa utopia é o coração da cultura da sociedade em rede, a matriz das sociedades contemporâneas.

Assim, uma velha aspiração da humanidade continua viva, conforme o autor: a da democracia. Ele sugere que é possível que esses movimentos já tenham um legado: propõem a reinvenção da democracia, uma democracia nunca realmente alcançada. Não reconhecem a legitimidade da democracia representativa como é hoje, querem suas próprias maneiras e significados de autogoverno, de administrar coletivamente suas vidas de acordo com princípios largamente compartilhados em suas mentes e em suas experiências cotidianas.

Para Castells (2012), a transformação cultural da sociedade já é realidade e está baseada na autonomia e na individualização. A internet oferece a plataforma organizacional de comunicação que traduz a cultura da liberdade e da autonomia. Liberdade no nível societal e individualização no nível dos atores sociais induzem as redes da internet e os movimentos sociais em rede.

3.2.2 Engajamento Cívico

Mudanças históricas nas formas de cidadania têm sido identificadas conforme os regimes de comunicação de cada época afetam o engajamento cívico, afirma Light (2012).

Bennett, Wells e Freelon (2011) destacam que a dificuldade de interpretar as novas formas cívicas se deve muito à dificuldade de conceituar os termos engajamento e cívico, especialmente, com a proliferação de espaços digitais disponíveis aos jovens. As mudanças na constituição da comunicação criam problemas de interpretação das pesquisas existentes e falta uma estrutura teórica para observar e interpretar formas emergentes de engajamento que podem não ser identificadas se usamos as concepções mais antigas de cidadania.

Sem um modelo sistemático de como diferentes concepções de cidadania e engajamento podem ser codificados nas tecnologias de comunicação cívica, mantém-se a dificuldade na condução de comparações e interpretação das diferenças no espectro de comunidades *online*, afirmam Bennett, Wells e Freelon (2011). Os autores assumem que há diferentes paradigmas práticos de cidadania, tanto na literatura como no repertório das práticas cívicas, na maioria das sociedades democráticas pós-industriais.

Em uma tentativa de compreender o que é o engajamento cívico *online*, eles trabalham no estabelecimento de conceitos de cidadania e engajamento para os ambientes digitais dedicados ao engajamento – campanhas políticas e sites de governos, divisões juvenis de instituições, organizações comunitárias juvenis e organizações de engajamento cívico que existem apenas em ambiente digital.

O paradigma mais antigo de cidadania nos Estados Unidos é o que considera a cidadania como dever (*dutiful citizenship*), na qual os cidadãos participam da vida pública por meio de grupos organizados por uma sensação de dever e se informam, principalmente, pelos noticiários. Esse paradigma está em declínio em todo o mundo. Junto com sua decadência, novas orientações cívicas são encontradas entre os jovens de diferentes países.

Essa tendência inclui o aparecimento de causas políticas mais pessoalmente expressas baseadas em preocupações com estilos de vida, como comportamentos de consumo, e a emergência de redes de protestos locais e globais. “The social origins of these changes have been attributed to social fragmentation and the restructuring of society, economy, and personal life related to globalization.” (BENNETT; WELLS; FREELON, 2011, p. 839)

Os autores sugerem uma mudança conceitual ampla para se pensar sobre o declínio do antigo modelo de engajamento e o aparecimento de um novo: o de uma cidadania efetivada (*actualizing citizenship*). Essa nova tipologia ajuda a pensar uma mudança geracional: a que parte da valorização de se ter a voz como membro de um grupo e observar as autoridades públicas – líderes de opinião, oficiais e jornalistas – em direção a um engajamento pessoal mais amplo, com redes de pares que reúnem informações e organizam a ação cívica usando tecnologias de comunicação social que maximizam a expressão individual. “This scheme

points to the growing importance of participatory media [...] in the rise of a new civic paradigm.” (BENNETT; WELLS; FREELON, 2011, p. 839)

Os dois modelos são baseados em habilidades características exigidas dos cidadãos, como identificar, filtrar e usar diferentes tipos de informação política; como apropriar-se de formas de expressão pública; como se conectar a outros em grupos e redes; e quais são as formas características de participação. Eles sugerem uma forma de estudo do assunto:

Thus, we propose thinking about Web environments as sites for learning various models of citizenship, and we can use formal measures of civic learning to categorize and compare the conceptions of citizenship being communicated in different sectors of the youth civic Web sphere. A starting point for thinking about the civic skill sets that define different paradigms of citizenship is to look at the schools as places where the most formal citizenship training takes place. (BENNETT; WELLS; FREELON, 2011, p. 839)

Os autores reconhecem que as escolas oferecem poucas metas de aprendizado cívico, apesar da infinidade de possibilidades, e que seus currículos continuam trabalhando com a noção de cidadania como dever. Pesquisadores americanos identificaram que os currículos escolares apresentam 40 competências cívicas necessárias para o exercício efetivo da cidadania e as organizaram em quatro categorias: os conhecimentos necessários para uma cidadania efetiva; as habilidades de expressão necessárias para uma comunicação efetiva; as habilidades necessárias para se reunir em grupos e redes, coordenar e organizar-se em torno de um tema ou candidato; e as habilidades necessárias para agir sobre um tema ou política específicos.

Embora importantes, essas competências estão estreitamente ligadas ao modelo de cidadania por dever. Conhecimento é ligado à compreensão da história, das instituições e dos processos do estado; expressão está ligada à capacidade de comunicação em contextos públicos; reunir-se em grupos refere-se à organização de reuniões, encontros e eventos políticos para buscar consenso, exige experiência comunitária, capacidade de liderança e compreensão do que grupos fazem; e agir trata-se de votar, apoiar um partido político ou um movimento social, contribuir com campanhas eleitorais ou se candidatar.

Assim, Bennett, Wells e Freelon (2011) defendem que outras habilidades devem ser incluídas no ensino que atendam ao contexto da cidadania efetivada, em um processo contínuo, de avanço da cidadania por dever:

For example, we augmented the knowledge category beyond conventional notions of one-way authoritative transmission of information from sources such as the press, teachers, or other authorities, by adding the importance of opportunities for peer-to-

peer knowledge sharing of the sort developed by Wikipedia. (BENNETT; WELLS; FREELON, 2011, p. 841)

A maioria das pesquisas empíricas sobre a atuação de instituições no meio digital tem identificado que o engajamento *online* da juventude tem falhado em dar conta de diferentes conceitos de cidadania que deveriam ser comunicados por diferentes tipos de organizações. Essa falha está geralmente ligada à falta de capacidade dos indivíduos para usar plenamente as ferramentas, como o uso das possibilidades de interação e de hiperlinks, mesmo em países de democracia mais desenvolvida.

Em um estudo sobre sites voltados para o engajamento cívico, os autores identificaram uma diferença clara entre sites ativistas, em sua maioria construídos por jovens, e sites institucionais e governamentais. Enquanto os primeiros promovem a autonomia à ação dos participantes, os segundos administram fortemente a experiência dos usuários. Na interpretação dos pesquisadores, essa diferença não é resultado superficial das escolhas dos desenhos dos sites, mas diferenças filosóficas sobre se jovens são cidadãos completamente formados ou cidadãos em treinamento que precisam de uma educação estruturada para a democracia.

Para Bennett, Wells e Freelon (2011), as instituições desenvolvedoras desses sites não devem estar conscientes das falhas entre os estreitos ideais de cidadania codificados nesses ambientes cívicos *online* e o amplo campo de mídia participativa e de oportunidades de redes sociais que os jovens encontram rotineiramente em ambientes como o Facebook. O potencial do engajamento *online* de atingir uma população jovem cada vez mais ampla não tem sido atingido por esses sites devido a suas noções rígidas de quem são os jovens e de como se comunicar com eles.

Em sua pesquisa com jovens do Egito, Herrera (2012) concluiu que é muito importante dar suporte aos jovens em sua busca por democracia, desenvolvendo sistemas educacionais, formais e informais, que forneçam ferramentas conceituais, metodológicas e críticas necessárias para ensiná-los como funcionam poder e contrapoder.

A tendência mais recente entre pesquisadores da juventude oriundos de diferentes disciplinas é concordar que a escola é a instituição fundamental para o aprendizado do engajamento com as instituições políticas e com os temas de interesse público, admitindo que definir currículos e pedagogias é o grande desafio. As escolas são as instituições com capacidade, autoridade e equipamentos para alcançar os jovens, ao mesmo tempo em que são comunidades onde eles aprendem a interagir, sugerem Carnegie e Circle (2003).

3.2.2.1 Crise de confiança e engajamento cívico

A maioria dos cidadãos do mundo, inclusive os das democracias avançadas, e especialmente os jovens, não confia em seus governos e parlamentos, despreza políticos e partidos políticos e acredita que os governos não representam os desejos dos povos, salienta Castells (2009). Nas últimas três décadas, a confiança nas instituições políticas é decrescente, como mostram numerosas pesquisas quantitativas.

Os estudos sobre capital social e engajamento cívico argumentam que confiança interpessoal contribui para a confiança social geral e, conseqüentemente, para a confiança política, e falta de confiança em autoridades específicas, por exemplo, pode se transformar em desconfiança em diferentes instituições políticas e no sistema como um todo. Períodos prolongados de desconfiança no governo alimentam insatisfação no sistema político e podem ter implicações críticas para uma governança democrática. Segue-se uma crise de legitimidade, com a falta de credibilidade no direito dos líderes políticos de tomarem decisões em nome dos cidadãos e no bem estar da sociedade em geral, e a governança torna-se uma prática que deve resistir com resignação e não ser suportada por deliberação, afirma o autor.

Todavia, a relação entre confiança política e engajamento cívico é diferente em diferentes níveis de democracia. Enquanto no mundo industrializado o engajamento cívico traz aumento de confiança política e social, no mundo em desenvolvimento, apresenta relação negativa – os mais civicamente envolvidos nos países em desenvolvimento têm menos confiança política. Castells (2009) cita estudo que identificou que, nas novas democracias da América Latina e da Europa Oriental, conforme as pessoas conquistaram as mudanças de regimes, houve imediata redução da participação política.

De qualquer forma, em muitos casos, a crise de legitimidade leva ao aumento da mobilização política. Sem confiança nas instituições, os cidadãos buscam afirmar seus direitos se mobilizando. O autor vê uma série de alternativas de ação para os cidadãos nesse contexto. Eles podem se mobilizar contra uma opção política; podem se mobilizar em torno de sua ideologia, colocar sua força organizacional a serviço de um partido político e capturá-lo, tornando-se uma força indispensável; podem apoiar um partido alternativo como voto de protesto; podem apoiar uma candidatura insurgente que promete desafiar o sistema por dentro; e podem se candidatar.

Eles podem ainda, conforme o autor, aumentar sua mobilização por fora do sistema político. Castells (2009) cita que, apesar dos altos níveis de desconfiança, a participação política e o engajamento são crescentes entre os americanos, e a internet tem papel principal

na facilitação da mobilização autônoma e na conexão entre partidos, candidatos e apoiadores em potencial. Estudos mostram que o uso da mídia digital estimula a comunicação cidadã e, conseqüentemente, o engajamento cívico. A busca por informação e as mensagens cívicas interativas na internet fortalecem mais o engajamento do que as mídias tradicionais e a comunicação face a face, acredita ele.

3.2.3 Participação Pública

O contexto da comunicação criado pelas novas tecnologias da comunicação traz à tona as questões dos espaços público e privado. A participação pública ocorre na esfera pública.

Jürgen Habermas criou um conceito muito importante de esfera pública antes do advento dessas tecnologias. Para ele, esfera pública é um domínio da vida social, acessível a todos os cidadãos em princípio, no qual a opinião pública pode ser formada. Uma parte da esfera pública é constituída em conversações em que pessoas privadas se reúnem para formar um público. Cidadãos agem como público quando negociam questões de interesse geral sem coerção, com a garantia de que se reúnem e expressam suas opiniões livremente. Quando o público é grande, esse tipo de comunicação exige recursos para disseminação e influência. O autor cita periódicos, jornais, rádio e televisão como meios da esfera pública.

Para Habermas (1999), a esfera pública política é constituída quando a discussão pública trata de questões ligadas às práticas do estado. O poder coercitivo do estado é a contraparte dessa esfera, não parte dela. Opinião pública se refere às funções de crítica e controle da autoridade estatal organizada que o público exerce informalmente e em períodos eleitorais. Refere-se também às regulações de publicidade das atividades do estado para o fim de acessibilidade do público aos procedimentos legais.

Atualmente, diz o autor, nas sociedades de democracia de massa e industrialmente avançadas, a esfera pública tornou-se um campo de interesses e confrontação, é composta por organizações sociais que agem em relação ao estado na esfera pública política. As leis, originalmente elaboradas para responder à pressão das ruas, agora, são resultados de compromissos entre interesses privados conflitantes.

Canclini (2001) salienta que a esfera pública é um espaço de heteroglossia, no qual significados e tradições são fortalecidos. Nesse processo, novas forças, as da sociedade civil, podem colocar diferentes significados ou ênfases aos mesmos, evitando os riscos de centralização e autoritarismo.

Para o autor, a globalização e a mídia ampliam a esfera pública:

Vimos, tanto a respeito da globalização do consumo urbano como do caráter transnacional do universo midiático, que a esfera pública não se esgota no campo das interações políticas, nem no âmbito nacional. O público não abrange somente as atividades estatais ou diretamente ligadas a atores políticos, mas também o conjunto dos atores – nacionais e internacionais – capazes de influir na organização do sentido coletivo e nas bases culturais e políticas da ação dos cidadãos. (CANCLINI, 2001, p. 281)

Para Castells (2012), há um novo espaço público, uma nova esfera pública de participação, numa evolução dos termos habermasianos: um espaço híbrido, digital e urbano.

3.2.3.1 Política Participativa

Outro conceito importante para entender a relação entre a juventude e a política por meio das novas mídias é o de política participativa. O conceito tem suas bases nas discussões milenares sobre democracia direta, foi fundamental nos movimentos estudantis da década de 1960, foi pensado por Hannah Arendt na década de 1970, e tem teorização proeminente feita por Benjamin Barber, em 1984, em uma crítica aos limites da democracia representativa.

CASTRO (2008) questiona a noção de participação política entendida apenas como ação engajada por meio dos mecanismos instituídos de pressão e reivindicação, como as formas de representação política de partidos e agremiações parapolíticas – organizações estudantis e sindicatos, entre outras –, apesar de sua importância, porque entende que a responsabilização frente ao destino comum vai além da militância nesses espaços. Para ela, “surgem hoje novas possibilidades de luta pela transformação do presente, que põem em curso demandas de transformação social a partir de rupturas de ‘baixo para cima’ [...] deslocando a noção do político [...]” (CASTRO, 2008, p. 254) Ela acredita que a participação dos jovens abre novos horizontes para compreender como em cada contexto histórico e cultural a própria política pode ser reinventada.

No estudo que realizou, a autora identificou que a taxionomia política convencional entre esquerda e direita parece não servir para estabelecer fronteiras claras nas identidades políticas entre os jovens, seja porque, no entendimento deles, ela não estabeleça conjuntos díspares de ideais e causas, seja porque, na prática, as lutas podem ser encampadas por um ou outro campo político forçando convergências.

Assim, passo direto à discussão da política participativa nos termos propostos por Cohen e Kahne (2012), os quais conduzem estudos na área já considerando a influência das tecnologias da comunicação. “[...] while the concept is historically rich, we believe new

media may be breathing new life into the concept, particularly in ways that are relevant for youth.” (KAHNE; MIDDAUGH; ALLEN, 2012, p. 7)

Cohen e Kahne (2012) definem política participativa como atos baseados em interação de grupos de pares por meio dos quais indivíduos e grupos buscam exercer voz e influência nas questões de interesse público. “[...] participatory politics are rooted in historical struggles for greater citizen influence over issues of public concern; and enabled by new media, it is becoming an increasingly important form of political participation.” (KAHNE; MIDDAUGH; ALLEN, 2012, p. 1)

São exemplos desses atos iniciar um grupo político *online*, escrever e disseminar um comentário sobre política em um blog ou compartilhar um vídeo com conteúdo político. Consumir informação política não é um ato de política participativa, mas circular informação política ou compartilhar a perspectiva pessoal sobre um fato é uma atividade participativa.

Para Kahne, Middaugh e Allen (2012), a política participativa, no contexto atual, estende-se para além do processo eleitoral, que domina as discussões na ciência política, e inclui diversos tipos de esforços de indivíduos e grupos para influenciar os temas de interesse público. Além dos processos eleitorais, os autores incluem o ativismo – protestos, boicotes, petições –, as atividades cívicas – caridade e serviços comunitários – e as políticas de estilo de vida – vegetarianismo, ações pelos direitos dos animais – entre práticas de política participativa.

Com essa definição mais ampla, os autores pretendem abraçar diversos pontos da discussão sobre democracia. À decisiva importância das estruturas legais e institucionais para a democracia, eles reúnem a vibração da esfera pública, fundamental para a justiça, a robustez e a efetividade do sistema. Reconhecem ainda que muitas das disputas para mudar a atenção pública para novas questões e desafiar o balanço de poder ocorrem fora das instituições tradicionais da política, ponto especialmente importante quando se considera que formas alternativas de engajamento são a principal forma de participação da juventude. Por último, permitem a identificação de mudanças em onde e como as pessoas definem, destinam e têm poder sobre temas de interesse público. “If we want to uncover whether and how new media are changing the nature of political life, the first signs are unlikely to be seen through a narrow focus on traditional, long-standing institutions and practices.” (KAHNE; MIDDAUGH; ALLEN, 2012, p. 3)

Kahne, Middaugh e Allen (2012) sistematizam a política participativa nas novas mídias nos seguintes processos: circulação; diálogo e retorno; produção; mobilização; e investigação. Quando circulam conteúdo, os indivíduos influenciam ao que os outros estão

expostos, e, se esses se interessam, podem comentar e transmitir a informação para outros. Eles podem ainda estabelecer diálogos entre si e com líderes, por exemplo. Têm ainda possibilidades e audiências ampliadas de mobilização, independentes de instituições como partidos políticos. “Participatory politics create a context in which members of the culture begin to shift their expectations about what is possible and how to approach politics. In short, it enables individuals to exert agency.” (KAHNE; MIDDAUGH; ALLEN, 2012, p. 5)

Para Cohen e Kahne (2012), a política participativa, nesses termos, busca: alcançar grandes audiências e mobilizar redes, geralmente *online*, em nome de uma causa; ajudar a definir agendas por meio do diálogo e promovendo retornos com líderes políticos, *online* e *off-line*; e ativar os participantes para exercer maior agência sobre a circulação e encaminhamento de informação política e com a produção de conteúdo original, como um blog ou uma carta a um editor.

As práticas dessa política participativa são focadas na expressão e são baseadas em grupos de pares interativos, não hierárquicos e independentes das instituições de elite:

The pervasive presence of such practices in the lives of young people is creating an actual culture shift. The participatory skills, norms, and networks that develop when social media is used to socialize with friends or to engage with those who share one’s interest can and are being transferred to the political realm. (COHEN; KAHNE, 2012, p. 2)

Apesar das críticas sobre a inequidade digital, Cohen e Kahne (2012) afirmam que as atividades de política participativa nos Estados Unidos são melhor distribuídas do que a votação nas eleições, sendo um importante acesso para aqueles que querem ampliar suas vozes em um sistema democrático. Isso sem deixar de reconhecer que alguns riscos acompanham as atividades de política participativa. Entre eles, os fatos de uma parte substancial dos jovens estar muito aquém de outros quando se trata de ter voz e influenciar; de o potencial de desinformação nunca ter sido tão grande; de a participação nessas atividades esconder que o engajamento político dos jovens é exceção e não regra; e do risco de confusão entre ter voz e conseguir influenciar.

3.2.3.2 Convergência cultural

O conceito de política participativa de Cohen e Kahne (2012) foi criado a partir de outro, o de cultura participativa, de Henry Jenkins. Esse conceito trata das atividades culturais desenvolvidas por comunidades, pelo menos desde o Século XIX, para se contrapor à

produção e à circulação da grande mídia. Mesmo sendo anteriores à internet e independentes de engajamento *online*, as formas digitais de cultura participativa são muito significantes e cada vez mais discutidas em função das plataformas digitais. “What makes participatory culture unique is not the existence of these individual acts, but that the shift in the relative prevalence of circulation, collaboration, creation, and connection is changing the cultural context in which people operate.” (KAHNE; MIDDGAUGH; ALLEN, 2012, p. 4)

O conceito de cultura participativa de Jenkins (2006) é um dos pilares da sua teoria da convergência cultural, junto com outros dois, o de convergência de mídias e o de inteligência coletiva. Convergência, para ele, é o fluxo de conteúdo através de múltiplas plataformas de mídia, a cooperação entre múltiplas indústrias de mídia e o comportamento migratório das audiências de mídia que irão quase a qualquer lugar em busca do tipo de experiências de entretenimento que elas querem. A convergência é um processo que ocorre dentro das mentes dos indivíduos e através de suas interações sociais com os outros, envolve uma mudança na forma como a mídia é produzida e na forma como ela é consumida.

Apesar de mais interessado na cultura participativa, Jenkins (2006) admite que a separação dela da política participativa esteja cada vez mais confusa. As próprias instituições tiram modelos de comunidades digitais de fãs e de jogos, por exemplo, e se reinventam, como grupos religiosos, categorias profissionais e agência do governo para se relacionar com os cidadãos, e até a indústria da publicidade está sendo forçada a reconsiderar suas relações com os consumidores. Assim, a convergência cultural representa uma mudança no jeito que pensamos nossas relações com a mídia, mudança que iniciou por nossas relações com a cultura popular, mas que está tendo implicações para como aprendemos, trabalhamos e participamos no processo político e nos conectamos com outras pessoas ao redor do mundo. Os cidadãos estão aplicando o que aprenderam como consumidores de cultura popular em formas de ativismo político. “Popular culture influenced the way that the campaigns courted their voters – but more importantly, it shaped how the public processed and acted upon political discourse.” (JENKINS, 2006, pos. 4717)

Jenkins (2006) afirma que quando um jovem manipula uma imagem da cultura popular, por exemplo, introduzindo uma ironia política, e a compartilha com seus amigos, ele não está praticando um ato de política menor do que escrever uma carta a um editor de um jornal, entre outras possibilidades tradicionais.

O processo de diversificação de canais de comunicação é politicamente importante também porque expande a gama de vozes a serem ouvidas – mesmo que umas ainda tenham mais proeminência que outras – porque tem participação acessível, reciprocidade e é possível

das pessoas para as pessoas. Para Jenkins (2006), com esses princípios, pode-se antecipar que uma democracia digital será descentralizada, desigualmente dispersa, profundamente contraditória e de emergência lenta. “These forces are apt to emerge first in cultural forms – a changed sense of community, a greater sense of participation, less dependence on official expertise, and a greater trust in collaborative problem solving [...]”(JENKINS, 2006, pos. 4725)

Assim, a convergência estimula novas formas de participação e colaboração:

We are just learning how to exercise that power – individually and collectively – and we are still fighting to define the terms under which we will be allowed to participate. Many fear this power; others embrace it. There are no guarantees that we will use our new power any more responsibly than nation-states or corporations have exercised theirs. We are trying to hammer out the ethical codes and social contracts that will determine how we will relate to one another just as we are trying to determine how this power will insert itself into the entertainment system or into the political process. Part of what we must do is figure out how – and why – groups with different backgrounds, agendas, perspectives, and knowledge can listen to one another and work together toward the common good. We have a lot to learn. (JENKINS, 2006, pos. 5419)

3.2.4 Juventude e novas mídias

O aparecimento de novas mídias transforma, para o bem e para o mal, a natureza da comunicação de uma época em questões cívicas gerais e de significância política. O uso do rádio e da televisão em diversos contextos, como o de debates político-eleitorais, é um exemplo. As mídias em ascensão neste início de século, como sites de redes sociais, blogs, videogames e telefones celulares, estão promovendo uma nova transformação, como explicam Kahne, Middaugh e Allen (2012):

New technology and associated practices, facilitate networked, many-to-many, and mobile communications. Online networks support both structured interactions among people and more open-ended participation in a range of activities. Traditional barriers to cultural production and circulation are now much lower. These technologies and practices have a profound impact on all aspects of our lives – from work to play, from shopping to socializing, from romance to research. We see new media playing a pivotal role throughout the world, in developing as well as postindustrial societies, in democracies and in more autocratic regimes. (KAHNE; MIDDAGH; ALLEN, 2012, p. 1)

As mídias sociais, como Twitter e MySpace, e as plataformas que facilitam a interação, como sites com possibilidade de comentários, tornaram-se canais de informação política e a principal arena pública de expressão, troca de ideias políticas e mobilização para os cidadãos. Ao oferecer ferramentas para essas ações, as novas mídias criam novas

possibilidades para o engajamento cívico e a política participativa. O aumento da audiência de blogs, o uso de sites como o YouTube por políticos, a arrecadação instantânea de recursos em épocas de tragédias e a influência política entre amigos no Facebook, comprovada em estudos sobre as eleições americanas de 2010, são exemplos desse novo contexto. Para Kahne, Middaugh e Allen (2012), junto com as mudanças culturais geradas pelo crescente uso dessas novas mídias na vida pública, mudanças nas expectativas e práticas políticas também podem estar ocorrendo.

Cohen e Kahne (2012) afirmam que limitadas oportunidades e poucos dados disponíveis dificultam uma exploração compreensiva da relação entre novas mídias e a política dos jovens, mesmo nos Estados Unidos, aonde a Fundação McArthur e o Pew Internet and American Life Project conduzem pesquisas frequentes na área. Todavia, os autores acreditam que mudanças importantes estão ocorrendo nas expectativas e práticas políticas, especialmente, entre os jovens. Os dados que eles coletaram em uma pesquisa quantitativa nacional com jovens americanos indicam que a juventude está tirando vantagem da expansão das práticas participativas na realidade política de forma a amplificar sua voz e até sua influência, incrementando as formas pelas quais os jovens participam da vida política.

A pesquisa conduzida por Cohen e Kahne (2012) identificou que quase 100% dos jovens americanos, independente da raça ou da etnia, têm acesso a um computador com internet e o utiliza regularmente para diversos fins, e quase a metade deles engajou em pelo menos um ato de política participativa. Atividades *online* de interesse do jovem são o fundamento para o engajamento em políticas participativas, e as novas mídias tem o potencial de facilitar uma distribuição equitativa da participação política entre os jovens de diferentes origens. Além disso, muitos jovens buscam notícias em seus canais de participação e acreditam que seria bom aprender como julgar a credibilidade das informações que eles encontram *online*.

Quando consideradas as práticas da política participativa, focar na juventude é uma escolha estratégica. Os jovens são os primeiros a adotar as novidades tecnológicas e as usam massivamente. Além disso, estão geralmente envolvidos em atividades de cultura participativa *online* e são os primeiros a aplicar suas expectativas e práticas na realidade política. As pesquisas indicam que eles também usam muito as novas mídias para temas cívicos e políticos. “[...] focusing on youth practices provides a logical place from which to assess the civic and political significance of new media and the nature of future engagement in this fast changing domain.” (KAHNE; MIDDAGH; ALLEN, 2012, p. 8)

Além do mais, há um contraste intrigante sobre a juventude, destacam os autores. Quando são considerados os padrões tradicionais, os níveis de comprometimento, capacidade e atividade cívicos e políticos dos jovens são baixos e declinantes em todos os grupos demográficos, como vimos anteriormente. Ao mesmo tempo, eles são altamente engajados com as novas mídias, que são envolventes e alinhadas com formas de vida cívica e política. Isso quer dizer que eles estão investindo e inovando em novas formas de participação, as *online*, as quais facilitam sua participação nas atividades políticas tradicionais, mas são diferentes das concebidas pelas gerações anteriores.

Os autores citam ainda os resultados da pesquisa que aprofundam as perguntas sobre o papel das novas mídias e da política participativa no engajamento político da juventude: políticas participativas são uma dimensão importante da política; há elos entre cultura participativa e política participativa; a política participativa é equitativamente distribuída entre os grupos raciais e étnicos, mas desigualmente distribuída por níveis de educação; e muitos jovens buscam notícias por canais participativos e acreditam que se beneficiariam se aprendessem como julgar a credibilidade das informações. Kahne, Middaugh e Allen (2012) defendem o estímulo dos jovens:

We have some reason to believe that these practices are a significant aspect of youth political participation and that they are enacted relatively equitably. However, pressing questions remain about whether these practices will result in more widespread political participation. Lessons from history suggest that this may be a critical moment to pay attention to and maximize the potential of participatory politics. (KAHNE; MIDDAGH; ALLEN, 2012, p. 18)

Outros dados indicam a disposição dos jovens. Bennett, Wells e Freelon (2011) salientam que a vasta maioria da juventude americana está *online*. Mesmo que a maioria deles use a internet para entretenimento, a metade dos jovens entre 18 e 29 anos declarou que a usou para buscar informações políticas durante a campanha presidencial de 2008. Eles também se mostraram mais dispostos a assistir vídeos políticos pela internet, a usar as redes sociais e fóruns *online* para expressar suas opiniões políticas. Enquanto, alguns dados indicam que, no cotidiano, os indivíduos de faixas etárias mais jovens buscam menos notícias políticas do que os que estão acima dos 30 anos, por exemplo, outros dados mostram que eles estão usando novas formas de conectarem-se politicamente.

3.2.5 A internet 2.0 para os ativistas

O termo internet 2.0 foi criado em 2004 por Dale Dougherty, da O'Reilly Media, para descrever o novo negócio, baseado na capacidade compartilhada pelas companhias de oferecer ferramentas aos usuários, e esses, seguindo seus próprios interesses, de gerar conteúdo e gerar interesse de publicidade. Muitas das iniciativas já haviam sido lançadas naquele ano, como Blogger (1999), Friendster (2002), MySpace (2003), LinkedIn (2003), Orkut (2004), Flickr (2004) e Facebook (2004), e outras vieram logo depois, como YouTube (2005), Wordpressm (2005), Twitter (2006) e Tumblr (2007). Em 2013, esse continua a ser o modelo dominante de negócios na internet, possibilitando a realização do que Castells (2009) chama de autocomunicação de massa, como vimos no capítulo anterior.

As mídias sociais possibilitaram a comunicação das pessoas entre cada vez mais amplos círculos de contatos e convergência com e-mails, envio de mensagens, criações digitais, diários, álbuns de fotos, baixar e subir vídeos e música. Para o usuário, usar essas mídias significa criar e receber conteúdo, com muito mais controle do que apenas selecionar conteúdo pronto, produzido em massa. Assim, para Livingstone (2008), a linguagem das relações sociais cotidianas está sendo reformulada: as pessoas definem seu perfil, fazem-no público ou privado, comentam ou enviam mensagem para seus melhores amigos nos seus murais, bloqueiam ou adicionam pessoas em suas redes e muito mais.

A autora afirma que criar e gerar conteúdo em rede online está se tornando um recurso de gerenciamento de identidade, estilo de vida e relações sociais, e os jovens são a vanguarda dessas práticas, como mostram as estatísticas de sites como MySpace e Bebo. Avaliações otimistas enfatizam as novas oportunidades de autoexpressão, sociabilidade, engajamento cívico, criatividade e novas alfabetizações. A distinção entre *off-line* e *online* não captura mais as práticas complexas associadas com tecnologias digitais na medida em que elas se entrelaçam nas rotinas do cotidiano.

Livingstone (2008) admite que muito pouco ainda sabemos sobre as contribuições específicas dos sites de redes sociais na definição dessas práticas, se há contribuições, e que é necessário entendermos a relação entre as duas sob a noção de mediação – social e tecnológica. O termo mediação permite-nos evitar avaliações determinísticas quando analisamos o papel da tecnologia nas práticas sociais porque se refere à comunicação realizada por meio de uma ou mais mídias que influenciam, conforme suas possibilidades e obstáculos intrínsecos, a mensagem e a relação entre remetente e receptor.

Embora toda a comunicação seja necessariamente mediada, estudos empíricos sobre as formas e práticas específicas associadas com um meio em particular são necessários. Há uma mutualidade entre o modelamento tecnológico e as práticas sociais, as possibilidades

tecnológicas são aspectos funcionais e relacionais que definem, mas não determinam, as ações do agente em relação a um objeto. Assim, tecnologias devem ser vistas como artefatos que definem e são definidos pelas práticas humanas em interação com, em volta e por meio deles, diz Livingstone (2008).

Apesar de ter sido adotada massivamente pelos usuários para comunicarem sobre questões da vida cotidiana, a internet 2.0 tem sido ferramenta de ativistas capazes de ações bastante sofisticadas. “The rise of easy-to-use content creation tools and free hosting was a boon for many groups, but had particular significance for activists and political dissidents.” (ZUCKERMAN, 2012)

Enzensberger (1999) faz um resumo do que seriam usos repressivos e emancipatórios das mídias que deixa evidente o potencial das novas mídias como ferramentas de comunicação emancipatória:

Quadro 2 – Uso repressivo e uso emancipatório da mídia

<i>Repressive use of media</i>	<i>Emancipatory use of media</i>
Centrally controlled program	Decentralized program
One transmitter, many receivers	Each receiver a potential transmitter
Immobilization of isolated individuals	Mobilization of the masses
Passive consumer behavior	Interaction of those involved, feedback
Depoliticization	A political learning process
Production by specialists	Collective production
Control by property owner or bureaucracy	Social control by self-organization

Fonte: Enzensberger, 1999, p. 80

Zuckerman (2012) faz um levantamento de ações de ativistas pelo mundo, aplicando sua proposta teórica, a qual chama Cute Cat Theory (Teoria dos Gatinhos Fofinhos). Por ela, o autor sugere que os ativistas considerem como poder das ferramentas da internet 2.0 a característica de ela ser usada por indivíduos inexperientes que gostam de compartilhar imagens de seus gatinhos, por exemplo, já que esses conteúdos são mais dificilmente bloqueados por governos repressivos do que as ferramentas com propósito político específico.

Em 2004, dissidentes tunisianos criaram o blog Nawaat (o núcleo, em Árabe) para documentar as falhas da censura da internet pelo presidente Zine El-Abidine Ben Ali. Os fundadores do blog acreditavam que o governo mantinha o controle da mídia como principal ação de garantia de poder. Perseguidos e processados na Tunísia, os blogueiros emigraram do país e continuaram usando a internet para fazer contra propaganda do governo.

Em 2007, usando o site de observadores da aviação Dailymotion, que permite que fãs do setor postem imagens de aviões no pátio de aeroportos de todo o mundo, o blog passou a

documentar os movimentos da aeronave do presidente do país. Assim, descobriram que ela estava sendo usada pela primeira dama para fazer negócios da família no exterior e conquistaram atenção da imprensa internacional. A resposta do governo foi mais controle sobre a internet, expondo a teoria de Zuckerman (2012): pouca gente no país soube do uso inadequado do avião presidencial, mas todos sentiram o controle do acesso à internet, inclusive os mais preocupados com compartilhar fotos de bebês, de animais de estimação e imagens divertidas.

Zuckerman (2012) descreve outro exemplo, ocorrido no Bahrein, em 2006. Ativistas anônimos usaram o Google Earth para registrar a anexação de terras públicas pela monarquia. Eles criaram um documento em PDF com mapas das terras anexadas para serem dedicadas a corridas de Fórmula 1 e os mapas das favelas. Com o desconforto político, o governo bloqueou o uso do Google Earth, mas o PDF continuou circulando por e-mail. Outros ativistas também passaram a apoiar a ação, divulgando para internautas como contornar o bloqueio da ferramenta do Google por meio de *proxies*. O acontecimento gerou a oportunidade de aprendizado de invasão de bloqueios por muitos usuários da internet que antes eram leigos.

No entanto, gerar a resposta de um governo não é a única vantagem que a internet 2.0 oferece aos ativistas. Como essas ferramentas são desenvolvidas para o uso de leigos, não apenas ativistas sofisticados, como os citados, são capazes de tirar proveito delas. Elas são adaptadas conforme o uso e suas interfaces estão sendo traduzidas em múltiplas línguas, fazendo-as mais fáceis de serem usadas por pessoas que conheçam pouco o Inglês.

While an experienced activist might be aware of the power of Tor hidden services [...] for publishing content while maintaining a high degree of anonymity, an inexperienced user is far more likely to publish a site as a Blogger blog or a Facebook group. Because so many non-activist users use blogs, Facebook and video sharing to express themselves, it's possible to think of this large population of users in terms of "latent capacity" for activism – should an issue arise that inspires a user of Web2.0 tools to activism, she will be well-positioned to create and share content. (ZUCKERMAN, 2012)

Zuckerman (2012) cita as eleições no Quênia, em 2007, quando blogueiros que escreviam sobre assuntos cotidianos começaram a documentar a violência do governo e promover ações de paz interétnica.

O autor cita ainda a aplicação de sua teoria dos *cute cats* na China, país que tem a mais sofisticada estrutura de censura da comunicação. Os internautas criaram espaços para o discurso político unindo três estratégias criativas: trocadilhos, imagens e velocidade. Os trocadilhos despistam os browsers de busca e censura do governo por palavras, mesmo que

apenas por algum tempo. Imagens são mais difíceis de bloquear, principalmente, pelo conteúdo subliminar que carregam e o uso de *memes*. A velocidade está no uso imediato e massivo por retuitadas, reblogadas, compartilhadas e curtidas. Como na China a única possibilidade de discurso político e controvérsia é por meio de imagens e humor, divulgar *cute cats* é a própria mensagem do ativismo.

Zuckerman (2012) identifica algumas ameaças ao uso da estratégia *cute cats*: a paralização da internet, obviamente; o registro de usuários com dados de identificação reais; os discursos codificados criados pelos próprios usuários; a censura intermediada pelas companhias de internet; e até a falta de atenção das pessoas ao conteúdo.

Contudo, a internet 2.0 oferece outra vantagem para os ativistas: proteção contra ataques de *Distributed Denial of Service* (DDoS), os quais funcionam sobrecarregando sites. Ao hospedar um blog no Blogger, por exemplo, o usuário tem a sua disposição toda a segurança oferecida pela Google.

Assim, o custo crescente da censura para os governos e a usabilidade, a facilidade de aprendizado e a resistência aos DDoS fazem da internet 2.0 poderosa ferramenta de ativistas e de mudança social, mesmo que ela tenha sido desenvolvida para as pessoas compartilharem pequenas coisas de suas vidas diárias, resume o autor.

Earl e Kimport (2011) avaliam as possibilidades do ativismo pela rede. Para as autoras, a rede aumenta a audiência, o alcance e a velocidade das mensagens e reduz custos, ampliando a escala, no entanto, é necessário saber ainda se elas mudam os processos dos movimentos, como elas encorajam a participação e a importância deles. A rede também pode ser usada para eliminar a mídia como intermediária e permitir que os organizadores se comuniquem diretamente com o seu público. Facilita ainda a circulação de mensagens em ambientes hostis, como em países com liberdade de expressão controlada.

Ela ainda permite novas formas de ação, como o *hacktivism* (ações realizadas por *hackers*) e o *flash activism*, mobilizações instantâneas e voláteis das quais participam integrantes momentâneos, que não participam de uma organização. “[...] in the age of internet, anyone can become an activist – and they have.” (EARL; KIMPORT, 2011, p. 27)

As possibilidades da rede são as ações e usos que uma tecnologia faz qualitativamente mais fáceis ou possíveis quando comparada às anteriores. Assim, devemos esperar que os efeitos sociais e tecnológicos do uso da rede variem porque os modos como as pessoas as usam para a mudança social variam, alertam Earl e Kimport (2011).

Com tantas possibilidades de engajamento cívico, política participativa e ativismo, Soep (2012) chama atenção para a questão da alfabetização digital, a apropriação do conjunto

de competências e habilidades sociais que os jovens precisam no cenário das novas mídias. Ela afirma que eles devem aprender pelo menos a descobrir como encontrar, filtrar, arranjar e mostrar o conteúdo que encontram e que usarão para contar suas histórias e analisar a trajetória de sua história, acessando e compreendendo o significado dos dados coletados que revelam como o conteúdo esta sendo consumido.

Para ela, como os jovens empreendem trabalhos meticulosos na produção e criação de conteúdo e programando plataformas, eles tentam prever não apenas como o material vai ficar quando acabado, mas também a repercussão dele. O conteúdo digital que desenvolvem viaja e se transforma e, no processo, esses jovens formam novos códigos de conduta e modos de alfabetização para a era digital. “They need supportive peers, professional colleagues, nimble institutions, and expansive learning theories to do that work well.” (SOEP, 2012, p. 100)

3.2.6 Mídia Cívica

Discutidos todos esses conceitos, passo à apresentação do conceito que adotei como tipo ideal para essa pesquisa, o de *Civic media* (mídia cívica):

any use of any technology for the purposes of increasing civic engagement and public participation, enabling the exchange of meaningful information, fostering social connectivity, constructing critical perspectives, insuring transparency and accountability, or strengthening citizen agency. (informação verbal¹⁰)

O conceito, de Henry Jenkins, foi adotado pelo Center for Civic Media do Massachusetts Institute of Technology (MIT), o qual informa em seu site¹¹ que o termo foi preferido ao de jornalismo cidadão porque se refere a qualquer forma de comunicação que fortalece os vínculos sociais em uma comunidade ou cria um forte senso de engajamento cívico entre seus integrantes. Mídia cívica vai além do reunir informações e reportar. Há uma variedade de novas técnicas de mídia cívica, das tecnologias para protestos e desobediência civil a sistemas de envio de mensagens por celular que permitem atividades cotidianas instantâneas e mais sofisticadas.

Para os pesquisadores, envolvidos em desenvolver tecnologias para comunidades, transformar conhecimento cívico em ação cívica é essencial para a democracia. Eles acreditam que, se as pessoas têm as habilidades necessárias para processar, avaliar e agir com

¹⁰ Conceito obtido no programa da disciplina COMM 620 – Special Topics: Civic Media and Participatory Politics, ministrada por Henry Jenkins na Annenberg School for Communication and Journalism da University of Southern California, na primavera de 2013.

¹¹ O site do MIT Center for Civic Media pode ser visitado no endereço eletrônico <http://civic.mit.edu>.

o conhecimento em circulação, a mídia cívica garante a diversidade de entradas e respeito mútuo necessário para a deliberação democrática. Parte disso, para eles, parece o bom jornalismo tradicional, enquanto outra parte vai a novas e radicais direções.

Adoto esse conceito para a pesquisa empírica, considerando as dimensões analíticas que ele carrega, para compreender como jovens de países de diferentes culturas usam a internet com o fim de engajamento cívico e participação pública nos movimentos sociais da atualidade.

4 AS CULTURAS DE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Cultura “são os valores, as atitudes, as crenças, as orientações e pressupostos subjacentes que predominam entre os membros de uma sociedade.” (HARRISON; HUNTINGTON, 2002, p. 13) Max Weber é um dos seus maiores teóricos, e a questão da cultura em seu pensamento perpassa conceito, teoria e método. Aqui, interessa-me o conceito:

O conceito de cultura é um conceito de valor. A realidade empírica é “cultura” para nós porque e na medida em que a relacionamos a idéias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativos para nós. (COHN, 2008, p. 92)

Cohn (2008) destaca que a significação cultural de um fenômeno, para Weber, pode consistir no fato dele se manifestar como fenômeno de massa, elemento fundamental da civilização contemporânea. É o fato histórico de desempenhar esse papel que constitui o que deverá ser compreendido sob o ponto de vista da sua significação cultural e explicado causalmente sob a perspectiva da sua origem histórica. Além disso, um segmento da realidade individual possui interesse e significado para um estudo porque ele se “encontra em relação com as idéias de valor culturais com que abordamos a realidade.” (COHN, 2008, p. 94)

Os valores são os conceitos que os indivíduos utilizam para fazer escolhas, decidir cursos de ação, explicar e justificar comportamentos, julgar; são modos de organização de conduta, princípios que guiam a ação humana, como explica Baker (2005). Valores morais, que são os valores fundamentais sobre certo e errado, bom e mau, nobre e vulgar, estão nas mentes e incorporados nas instituições e sua violação costuma provocar sanções da sociedade, como censura, ostracismo, condenação e punição.

Ragin (2007) afirma que o conceito de sociedade pode ser usado como referência a todos a todos os habitantes de um estado-nação, como a todas as pessoas que vivem no Brasil ou nos Estados Unidos. Assim, quando falamos de sociedade estamos fazendo afirmações sobre a totalidade de um país. “Realizar la investigación social de esta manera es ver a los países como una unidad fundamental del conocimiento sociocientífico.” (RAGIN, 2007, p. 36)

A solidariedade de um estado-nação, na maioria das sociedades, para Baker (2005), é fundada em ancestralidade, na língua, na religião, na história, nos costumes, nas tradições e em territórios comuns. A ausência de um patrimônio cultural comum dificulta a formação de um estado-nação unificado. “Indeed, nation-ness is the most universally legitimate value in the political life of our time.” (ANDERSON, 2006, p. 3)

Inglehart (2009) afirma que teóricos culturais sustentam que os valores culturais exercem influência duradoura e autônoma na sociedade, ao mesmo tempo em que teóricos da modernização argumentam que o desenvolvimento socioeconômico produz mudanças culturais universais. Para ele, ambas as escolas estão corretas, mudança cultural maciça e persistência de tradições culturais podem ocorrer ao mesmo tempo.

Como estudo aqui duas sociedades contidas em nações, Brasil e Estados Unidos, acredito que é válido citar o conceito de nação de Anderson (2006). Em seu estudo sobre as origens do nacionalismo, ele diz que nação, antropologicamente falando, é uma comunidade política imaginária, imaginária como limitada e como soberana. É imaginária porque, mesmo nas menores, seus membros nunca conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão todos os seus conterrâneos, mas, em suas mentes, cada um vive a imagem de sua comunhão. Todas as comunidades maiores do que suas vilas originárias, onde o contato era face a face, são imaginárias, e elas se distinguem umas das outras pela forma como são imaginadas.

A nação é imaginada como limitada porque mesmo a maior delas, com bilhões de pessoas, tem limites a partir de onde começam outras comunidades. É imaginada soberana porque o conceito nasceu no período do Iluminismo, quando a legitimidade da ordem divina e dinástica foi destruída. E ainda imaginada como comunidade porque é concebida em uma camaradagem profunda e horizontal.

Neste capítulo, não faço uma pesquisa comparativa entre as culturas das duas nações em foco, isso está fora do escopo da minha pesquisa. Reúno apenas os principais conceitos que explicam os valores e as atitudes dos dois povos e as origens desse conjunto de características. Busco esses conceitos na literatura de alguns autores que são referências para que possamos compreender, mesmo que sem rigor metodológico, as principais bases culturais dos países onde vivem os meus objetos de estudo.

4.1 A CULTURA DO BRASIL

Velho (2011) declara que foram Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes e Raymundo Faoro que o ajudaram a pensar o Brasil na sua totalidade. “Essas interpretações mais gerais sempre estiveram presentes, de modo implícito e às vezes explícito, no desenvolvimento de meus trabalhos”, afirma. (VELHO, 2011, p. 164) Seguindo o autor e uma noção generalizada entre os cientistas sociais brasileiros de como compreender a formação da nossa cultura, optei por utilizar aqui conceitos dos trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.

Holanda (1995) afirma que o fato dominante e que mais consequências trouxe para a sociedade brasileira foi a tentativa da implantação da cultura europeia em território extenso e de condições naturais absolutamente estranhas à tradição milenar dos europeus. Eles trouxeram formas de convívio, instituições e ideias para um ambiente desfavorável e hostil. “[...] o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.” (HOLANDA, 1995, p. 31)

Recebemos nossa herança de uma nação ibérica. Portugal e Espanha eram zonas de transição, territórios-ponte, com menos europeísmo, à margem da Europa, apesar de valorizarem o patrimônio de serem europeus. Foram os grandes descobrimentos marítimos que promoveram maior integração deles com o continente.

Havia uma característica bem peculiar aos ibéricos: uma cultura da personalidade. Holanda (1995) considera que esse era o traço mais decisivo deles. Eles davam importância acentuada ao valor do indivíduo, à autonomia individual em relação aos semelhantes, o que gerou também sua originalidade nacional. “Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste.” (HOLANDA, 1995, p. 32)

Cada um é resultado de si, de seus esforços e virtudes. A superação de lutas e emulações era admitida e admirada, engrandecida na poesia e pelos moralistas e sancionada pelos governos. As virtudes capitais relacionavam-se com a crença na dignidade de cada indivíduo, uma ética de fidalgos comum a nobres e plebeus, e o mérito pessoal baseado nessas virtudes era sempre considerado.

Os ibéricos acreditavam no livre-arbítrio e que o mérito e a responsabilidade do indivíduo precisavam ser reconhecidos, doutrina que não favorece a associação entre as pessoas. O princípio unificador era, então, o governo, mas num tipo de organização política mantida por força exterior. É dessa cultura da personalidade que resulta a frouxidão das organizações de espanhóis, portugueses e brasileiros porque ela reduz a solidariedade e a ordenação entre eles, como explica o autor:

À frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e o Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de se refrearem as paixões

particulares e momentâneas, só raras vezes da pretensão de se associarem permanentemente as forças ativas. (HOLANDA, 1995, p. 33)

É dessa anarquia e incapacidade de organização sólida que vem a falta de coesão social na vida do brasileiro. O princípio da hierarquia nunca importou para nós: para os ibéricos, privilégios que fundam as hierarquias, especialmente os privilégios hereditários, eram vistos como injustiça social. Eles valorizavam mais o prestígio pessoal do que o nome herdado. A própria nobreza nunca constituiu uma aristocracia fechada em Portugal, os mesmos nomes eram dados a pessoas de diversas condições e havia certa circulação entre as classes sociais. Nobres faziam refeições com populares e esses os ajudam a criar seus filhos, às vezes, em troca de alguns privilégios e isenções, constituindo certa intimidade nas relações, conta Holanda (1995).

Os povos da Península Ibérica também provaram vitalidade e capacidade de adaptação a novas formas de existência em certos períodos de sua história e, no Século XV, chegaram a criar unidades políticas e econômicas mais avançadas do que seus vizinhos europeus. Contudo, persistiam entre eles hábitos tradicionais.

A burguesia portuguesa nunca precisou adotar um modo de agir e pensar totalmente novo, nem instituir uma escala de valores próprios para firmar seu predomínio. Na verdade, assimilava os princípios e as tradições das antigas classes dirigentes mais do que cultivava a razão e o cálculo, conservando elementos aristocráticos e prestígio. Esses elementos contagiavam também o povo mais rude.

Ibéricos também tinham repulsa à moral fundada no culto ao trabalho, nunca se naturalizou entre eles a religião do trabalho e o apreço pela atividade utilitária. “Só muito recentemente, com o prestígio maior das instituições dos povos do Norte, é que essa ética do trabalho chegou a conquistar algum terreno entre eles. Mas [...] é lícito duvidar de seu êxito completo.” (HOLANDA, 1995, p. 38)

O ócio, a contemplação e o amor pareciam a eles mais nobres do que a luta pela sobrevivência e as atividades produtivas. Eles admiravam a vida de senhor, livre de esforços e preocupações. A ação sobre o universo material implicava a aceitação de uma lei estranha ao indivíduo, não exigida por Deus, que não aumentava a dignidade e a glória.

A carência da moral do trabalho se ajustava também à reduzida capacidade de organização social. A solidariedade dos interesses estimula a organização racional dos homens e dá coesão social a eles, mas exige esforço humilde, anônimo e desinteressado. Como a moral do trabalho, que exige harmonia de interesses, não era apreciada por eles, as ideias de solidariedade também eram precárias. Assim, a solidariedade era vinculada a

sentimentos interiores, à vida doméstica e aos círculos de amigos. “Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre o plano mais vasto, gremial ou nacional.” (HOLANDA, 1995, p. 39)

Uma capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do Brasil é problema fundamental para o êxito de nossas atividades produtivas. Mesmo costumes como o do mutirão não representam atividade coletiva com tendência para a cooperação disciplinada e constante. Holanda (1995) fala dos princípios que dificultavam a organização:

O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, nacionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente. (HOLANDA, 1995, p. 61)

Por outro lado, a renúncia à exaltação extrema da personalidade representava uma alternativa de virtude, suprema entre todas, e era possibilitada pela obediência, uma obediência cega e não necessariamente leal. Essa virtude se tornou também o único princípio político verdadeiramente forte no Brasil – mandar e cumprir ordens são igualmente particulares. Na América do Sul, as reduções e doutrinas jesuíticas são exemplos importantes do princípio da disciplina pela obediência:

As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funda na excessiva centralização do poder e na obediência. (HOLANDA, 1995, p. 39)

A ânsia da prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis é uma das manifestações mais proeminentes do espírito de aventura dos portugueses que aqui chegaram. Queriam riqueza, mas por meio da ousadia, não do trabalho. O gosto pela aventura teve influência decisiva em nossa vida nacional, criou as condições adequadas para o enfrentamento das adversidades encontradas aqui, como o choque de raças, a adaptação de costumes e padrões de existência, as condições climáticas, as resistências da natureza. Os portugueses foram capazes de se adaptar rapidamente.

Holanda (1995) acredita que o próprio latifúndio agrário não foi estabelecido por uma vontade arbitrária dos colonos portugueses. Para ele, surgiu atendendo a necessidades de produção e do mercado, e o sistema de lavouras foi resultado de a Europa ainda não ser industrializada na época e depender de gêneros agrícolas naturais de climas quentes em

quantidade suficiente para seu consumo. Especialmente no nordeste do Brasil, havia abundância de terras férteis e não desbravadas que se tornaram grandes propriedades rurais.

Os lavradores iam buscar novas terras, numa transitoriedade adotada dos costumes indígenas e que faziam com que não tivesse o mesmo dono por duas gerações. Queriam extrair benefícios do solo sem grandes sacrifícios, princípio que norteia a criação da riqueza no Brasil desde os tempos mais remotos da colonização.

Os indígenas eram bons na caça, na pesca, no extrativismo, em alguns ofícios mecânicos e na criação de gado, tinham tendência por atividades menos sedentárias, sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização. Não se adaptavam, todavia ao trabalho metódico dos canaviais, não aceitavam certas noções de ordem, constância e exatidão. Assim, resistiam, mesmo que silenciosa e passivamente, às imposições dos europeus. Sem poder contar com o trabalho indígena, os portugueses introduziram os escravos africanos na produção.

Na visão de Holanda (1995), havia entre os portugueses que aqui chegaram uma ausência de orgulho de raça, especialmente, porque eles próprios já eram um povo de mestiços. O exclusivismo racista não foi fator determinante das medidas para reservar a brancos o exercício de certas atividades, por exemplo. A mestiçagem, elemento importante de fixação ao meio tropical, não foi fenômeno esporádico, mas processo cotidiano.

Freyre (2003) conta que os portugueses encontraram nas terras brasileiras uma das populações mais rasteiras do continente, sem desenvolvimento e sem resistência, sem capacidade técnica ou política de reação. O índio retraía-se no contato com o europeu, incapaz de se acomodar a nova técnica econômica e ao novo regime social e moral trazido pelos portugueses.

O autor afirma que os portugueses puderam se servir dos homens para o trabalho, para a guerra e para os desbravamentos e das mulheres, para formar famílias. A relação deles com as nativas foi estabelecida mais por necessidade do que por orientação social ou política deliberada, e ainda contribuía para um dos objetivos da coroa, o de povoar a colônia. As habilidades da mulher indígena se tornaram o maior legado da cultura indígena para a cultura brasileira:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher

indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família, e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone. (FREYRE, 2003, p. 160)

Em quase todo o Brasil, havia uma cultura da floresta tropical, baseada na alimentação e no asseio com o corpo, em técnicas de caça, de pesca e de algumas culturas vegetais, no uso de ervas medicinais e venenos, em expressões culturais, rituais religiosos, organização e hierarquização de grupos, descendência paterna, sepultamento de mortos, veneração do sol e da lua e uma fraternidade entre o homem e o animal.

A monogamia nunca foi absoluta entre os indígenas brasileiros, mas sua vida sexual era marcada por tabus e impedimentos. Eles cultuavam superstições, preconceitos e medos – como de espíritos maus e animais monstruosos –, muitos absorvidos por nossa cultura mestiça. É remanescente também na cultura brasileira o fetichismo, o totemismo e a astrologia oriundos dos tabus ameríndios, assim como a dieta, hábitos da vida íntima, a arte doméstica, atitudes na doença, o trato dos mortos e das crianças recém-nascidas, das plantas e dos animais. “O brasileiro é por excelência o povo da crença no sobrenatural: em tudo que nos rodeia sentimos o toque de coisas estranhas [...]” (FREYRE, 2003, p. 212)

Para Freyre (2003), são remanescentes também dessa ancestralidade étnica nossas explosões de furor selvagem, como em assassinatos, saques, invasões, e mesmo movimentos políticos e cívicos são sempre marcados por revoltas e violência.

Ao longo do tempo e no contato com o português, o índio brasileiro viveu a perda de sua autonomia, a degradação e o extermínio, inclusive com guerras de repressão e capturas, castigos e torturas, e com seu confinamento em aldeias. Contudo, as instituições sociais brasileiras e sua cultura material foram alargadas pela cultura dos nativos e, mais tarde, pela dos negros:

Ainda assim o Brasil é dos países americanos onde mais se tem salvo da cultura e dos valores nativos. O imperialismo português – o religioso dos padres, o econômico dos colonos – se desde o primeiro contato com a cultura indígena feriu-a à morte, não foi para abatê-la de repente [...]. Deu-lhe tempo de perpetuar-se em várias sobrevivências úteis. (FREYRE, 2003, p. 231)

Os padres jesuítas reprimiram e alteraram os hábitos e a cultura dos nativos, incluindo as artes de cantar e dançar. O processo de civilização dos indígenas brasileiros foi obra principalmente da cristianização por esses padres, centralizada principalmente nos meninos, que inclusive eram levados para colégios, onde estudavam junto com filhos de portugueses.

Os escravos vindos de regiões da África onde a cultura era mais avançada foram elemento ativo e criador na colonização brasileira, afirma Freyre (2003). Apesar de sua condição degradante por aqui, foram fundamentais na formação agrária do país, tendo trazido conhecimentos de técnicas, práticas e ferramentas da terra-mãe. Eles trouxeram também religiões africanas e o islamismo, influenciando o catolicismo. Não influenciaram a nossa cultura apenas como escravos, mas como negros africanos em toda a sua cultura. Produziram uma culinária, trouxeram cantos, danças e festas.

Freyre (2003) afirma que nem brancos nem negros agiram por si nas relações de sexo e classe que se desenvolveram entre senhores e escravos no Brasil, aprofundando a mestiçagem do povo. O sistema econômico os dividiu, estimulando o sadismo e a crueldade do brasileiro da casa-grande e do engenho contra negros e também índios.

A língua tupi-guarani era uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil, unia a todos e, mais tarde, aproximou os ameríndios do colonizador. Quando a língua portuguesa predominou sobre o tupi-guarani, já era impregnada de sua influência e da influência das línguas africanas e do árabe, também trazido pelos negros.

Todas essas relações, toda a estrutura da sociedade colonial brasileira tem sua base no meio rural e os reflexos disso permanecem até hoje, afirma Holanda (1995). Não tivemos uma civilização agrícola, mas uma civilização de raízes rurais, as cidades eram apenas dependências das propriedades rurais. O engenho oferecia capela, escola, alimento, serrarias, era um organismo completo. Mesmo a família proprietária só ia até a cidade para festejos. A população urbana era composta por pessoas obrigadas a residirem ali, como mercadores, mecânicos e oficiais do estado.

A centralidade da vida rural não foi por acaso, acredita Holanda (1995). Ela responde ao espírito da dominação portuguesa, que se preocupava mais em retirar a riqueza fácil da terra do que construir e planejar, seu caráter era até mais de feitorização do que de colonização, era de tirar benefícios imediatos. Nada podia gerar despesas para a metrópole. Na formação das cidades, a rotina, a ação por experiência de erros e acertos, era preferida à razão abstrata, ao planejamento. Não havia rigor, método ou previdência.

A política foi monopolizada nas cidades por fazendeiros escravocratas e seus filhos, educados nas profissões liberais no Século XIX. Eles eram escolhidos e faziam escolher seus candidatos, dominavam todas as posições de mando, os parlamentos, os ministérios e fundavam as instituições políticas e econômicas. Muitos deles criaram movimentos liberais, gerando progressos materiais e rompendo situações tradicionais, inclusive o trabalho escravo.

O personalismo e o patriarcalismo, com origens em séculos de história, chocavam-se muitas vezes com iniciativas inovadoras vindas de outras nações: as facções políticas deveriam ser constituídas como o são as famílias patriarcais, onde vínculos biológicos e afetivos unem o chefe aos seus descendentes e onde a união é estabelecida por sentimentos e deveres, não por interesses ou ideias. Nessa cultura, as relações que se criam na vida doméstica fornecem o modelo de qualquer composição social: é o caráter cordial, baseado no amor, no coração, e um obstáculo para a democracia.

Esse espírito de facção tem na origem as mesmas virtudes e pretensões aristocráticas do patriarcado rural brasileiro. “Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica.” (HOLANDA, 1995, p. 80) Escravos e agregados ampliavam o círculo familiar e a autoridade do proprietário. O grupo familiar mantinha-se imerso em si próprio, desprezando qualquer princípio que o perturbasse e ampliando o ilimitado pátrio-poder:

A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando [...] o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 1995, p. 82)

Quando começam a ascender os centros urbanos, os senhores rurais começam a perder a posição que detinham, mas as pessoas levam para a cidade e para as profissões a mentalidade, os preconceitos, o teor de sua condição anterior, moldado na casa-grande. As camadas populares que ascendiam aderiam à mentalidade dos antigos grupos dominantes. Holanda (1995) liga a isso a valorização da inteligência – uma inteligência decorativa –, do talento e da retórica, em prejuízo do espírito prático e positivo, que exige esforço físico: o trabalho que não suja as mãos e não cansa o corpo era de senhores de escravos e seus herdeiros, era ornamento, não instrumento de conhecimento e de ação.

Essas também são as causas das dificuldades que observamos nos serviços públicos. Esse país de senhores e escravos não tinha uma classe média numerosa para executar esse tipo de serviços:

Na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa

classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial. (HOLANDA, 1995, p. 88)

Como corporação, a Igreja Católica acompanhou o ritmo português, seguia as circunstâncias do poder civil, era um braço da autoridade legal. Seus indivíduos, os padres, no entanto, frequentemente se revoltavam com as intromissões das autoridades nas coisas da igreja. A subordinação de clérigos e leigos ao poder despótico não era propícia à influência da igreja e das virtudes cristãs na formação da sociedade brasileira.

A administração portuguesa também impunha limites à circulação de ideias novas que colocassem em risco sua estabilidade, que pudessem gerar rebeldia e insubordinação. Houve períodos de liberalidade na abertura da colônia para a entrada de estrangeiros e a coroa não era tão intolerante com eles como era com os próprios brasileiros.

Os comerciantes portugueses eram conhecidos por sua infidelidade, por sua falta de exatidão, e, para Holanda (1995), isso se deve a certa incapacidade de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações orgânicas e comunais, como as de parentesco, vizinhança e amizade. Não há convívio social para o brasileiro que não seja marcado por um fundo emotivo, nem mesmo os da concorrência, como as relações entre comerciantes. Não respeitamos rituais, e até nosso catolicismo permite tratar os santos com intimidade quase desrespeitosa. Somos pouco devotos, de religiosidade artificial, pouco atentos ao sentido íntimo das cerimônias religiosas.

Nessas condições, formou-se o patrimonialismo estamental brasileiro. Ele não é um valor, uma atitude, uma crença que predomina entre os brasileiros, mas, nos termos de Faoro (1975), é uma forma de poder entrincheirada no estado brasileiro, materializada em um quadro administrativo, e é no estado que se concentram todas as esperanças, de ricos e pobres, porque o Estado é o fio condutor dessa sociedade. “A cultura, que poderia ser brasileira, frustra-se ao abraço sufocante da carapaça administrativa [...]” (FAORO, 1975, p. 748)

Faoro (1975) estudou minuciosamente essa forma de poder legitimada no tradicionalismo. Ele é mais flexível que o patriarcalismo e menos arbitrário que o sultanismo. O patrimonialismo esteve sempre presente no molde comercial da atividade econômica brasileira, da lavoura de exportação à indústria. O patrimonialismo estatal incentivava, por um lado, o setor especulativo da economia, predominantemente voltado ao lucro como aventura, e por outro, o desenvolvimento econômico sob o mando político, satisfazendo interesses do quadro administrativo, civil e militar, invadindo as esferas econômica, política e financeira.

A história brasileira mostra a persistência da estrutura patrimonial. Ela pegou a técnica, as máquinas e as empresas capitalistas, mas não sua mentalidade. O patrimonialismo brasileiro resulta de uma convergência entre o capitalismo moderno e o quadro tradicional. Ele se adaptou às mudanças promovidas pelo capitalismo, buscando flexivelmente estabilizar o modelo externo, concentrando os mecanismos de mediação no corpo estatal e utilizando-se de manipulação financeira e monopolística, de concessão pública de atividades, de controle de crédito e de consumo e de produção privilegiada, indo da gestão direta à regulamentação da economia.

Leva à admissão de um sistema de forças políticas que coloca sobre a sociedade o aparelhamento político, o qual impera, rege e governa em nome próprio num círculo impermeável de comando. Para Faoro (1975), ele muda e se renova, mas não representa a nação. Nele, impera o estamento, não a burocracia de profissionais que garante o funcionamento do governo. O quadro de comando se centraliza, buscando a homogeneidade de consciência e identificando-se com as forças de sustentação do sistema.

O estamento político não pode se converter em governo da soberania popular, ajusta-se, no máximo, a autocracia com técnicas democráticas. O governo, na cúpula, exerce papel de árbitro; e uma política econômica e financeira de teor particular, estatal e mercantilista atua e se expande.

Sua característica principal, de grande relevância econômica e cultural, é o predomínio do quadro administrativo junto ao poder, o estamento aristocrático que se burocratiza progressivamente em movimento de acomodação. O domínio tradicional se configura no patrimonialismo quando aparece o estado-maior de comando do chefe que se estende por todo o território brasileiro, subordinando as unidades políticas. É o quadro administrativo que faz do chefe patriarcal o chefe patrimonial:

Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. (FAORO, 1975, p. 736)

Os compromissos e transações no caminho burocrático do estamento não mudam a realidade, ela é refratária a mudanças. “O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia.” (FAORO, 1975, p. 736) Esse processo gera um capitalismo politicamente orientado.

Grupos, classes, elites, associações lutam pra libertar-se da ordem imposta, mas seus elementos de rebeldia não conseguem fixar-se e se institucionalizar. A estrutura patrimonial estamental se apoia nas formações sociais, valorizando aquelas que podem lhe oferecer mais vantagens, especialmente, financeiras, aliando-se a classes de caráter especulativo, lucrativo e não proprietário. O predomínio dos interesses estatais condiciona o funcionamento das constituições.

O conteúdo do Estado molda o chefe do governo, fazendo dele um chefe do estamento. Ele é o pai do povo e implementa, de vez em quando, políticas sociais para assegurar a adesão das massas. Manipula contra a participação popular, e o povo espera, venera e pede, confundido súplicas religiosas com políticas. Sociedade e estamento, desconhecidas e opostas, convivem no mesmo país. No governo estamental, o sistema político é uma autocracia de caráter autoritário. O Estado é independente da nação. O povo oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política e a nacionalização do poder, e a eleição, mesmo formalmente livre, oferece-lhe opções que ele não formulou.

O estamento patrimonial não pode ser confundido com a elite. Essa última é uma classe social, enquanto o primeiro é uma categoria política que não deve receber um caráter social, não deve ser aceito como natural.

Para Holanda (1995), o contato e a mistura com raças indígenas não nos fizeram diferentes do povo europeu que chegou aqui, e somos associados a Portugal por uma tradição longa e viva, uma alma comum: de lá veio a forma atual da cultura brasileira.

4.2 A CULTURA DOS ESTADOS UNIDOS

Para reunir os principais elementos da cultura americana, utilizo o francês Alexis de Tocqueville, que publicou em 1835, depois de dez anos de estudo e observações, sua extraordinária pesquisa sobre a cultura americana, seus valores, atitudes e instituições, suas virtudes e defeitos. É um clássico inquestionável. Robert Putnam é outro pesquisador reconhecido por dedicar sua vida a estudar a democracia, o capital social e o engajamento cívico, especialmente, o americano. Aproveitei também o olhar novo de Baker Wayne, que realizou um estudo sobre seu país analisando dados da Pesquisa Mundial de Valores (WVS). Cito ainda Gabriel Almond e Sidney Verba, que sistematizaram a cultura cívica.

Tocqueville (2012) afirma que o que mais chamou sua atenção no período em que desenvolveu sua pesquisa nos Estados Unidos foram as condições gerais de igualdade – lembrando aqui que essa igualdade ocorria entre os brancos e, principalmente, os homens.

Eles eram vistos com grande igualdade em questões de dinheiro e de intelecto, sendo iguais, assim, em força. Para o pensador, essa condição influenciava o curso da sociedade, promovendo uma direção para a opinião pública, dando essência às leis, transmitindo máximas aos poderes do governo e hábitos peculiares aos governados. Essa influência se estendia para além do caráter político e das leis da nação, criando opiniões, sentimentos, sugerindo práticas diárias de vida e modificando tudo o que fosse produzido. “[...] the equality of conditions is the fundamental fact from which all others seem to be derived [...]” (TOCQUEVILLE, 2012, v. 1, p. 5)

Os imigrantes que chegaram à América no início do Século XVII levaram para o novo mundo o princípio democrático como o mais importante entre os reprimidos nas velhas comunidades da Europa. Os elementos aristocráticos sempre foram fracos no país, sendo difícil ligar a ele qualquer grau de influência no curso dos eventos. Ao longo do tempo, o princípio democrático ganhou cada vez mais força com os fatos e com a legislação, e o caráter democrático da fundação das colônias pelos americanos é identificado por Tocqueville (2012) como base de sua condição social:

The most democratic laws were consequently voted by the very men whose interests they impaired; and thus, although the higher classes did not excite the passions of the people against their order, they accelerated the triumph of the new state of things; so that by a singular change the democratic impulse was found to be most irresistible in the very States where the aristocracy had the firmest hold. (TOCQUEVILLE, 2012, v. 1, p. 55)

Eles vinham de um país onde a escola de educação política foram lutas centenárias entre facções e onde todos eram obrigados a obedecer à lei. Eram, assim, entendidos nas noções de direitos e princípios da liberdade. No período das primeiras emigrações, seus sistemas paroquiais, a base das instituições livres, eram profundamente enraizados nos hábitos dos ingleses, e eles já viviam a doutrina da soberania popular, outro princípio central na formação da nação, como afirma Tocqueville (2012):

The Anglo-Americans are the first nations who, having been exposed to this formidable alternative, have been happy enough to escape the domination of absolute power. They have been allowed by their circumstances, their origin, their intelligence, and especially, their moral feeling, to establish and maintain the sovereignty of the people. (TOCQUEVILLE, 2012, v. 1, p. 33)

A doutrina da soberania popular é baseada nos princípios de que todos os indivíduos têm o mesmo poder e devem participar igualmente do governo, todos devem ser bem informados, virtuosos e fortes como seus concidadãos, e devem obedecer ao governo porque

têm o conhecimento da utilidade de uma associação com seus pares e porque sabem que essa associação não pode existir sem regulação. Essa doutrina determina todo o sistema político americano. Ela se espalhou livremente, chegando sem impedimento às mais remotas consequências, era reconhecida pelos costumes e foi proclamada nas leis. Até o período da revolução, certa influência aristocrática resultante da inteligência do norte e da riqueza do sul tendia a reter o exercício da autoridade social nas mãos de poucos, mas a guerra, nutrida nas localidades, projetou a doutrina da soberania popular até que ela se tornou a lei das leis.

Mesmo imigrantes chegados em diferentes períodos, os quais diferem entre si em muitas questões e tinham objetivos e princípios diversos, carregam características comuns. A língua inglesa é provavelmente a característica mais forte: todos falavam a mesma língua e foram deslocados do mesmo povo. As discussões religiosas que agitavam o mundo cristão eram predominantes na Inglaterra e tornaram seus habitantes contestadores e austeros. A informação geral era ampliada pelo debate intelectual e a mente era cultivada.

Duas divisões podem ser identificadas na família anglo-americana nos primeiros séculos de sua história: uma no sul e outra no norte – grandes cidades, como Chicago e São Francisco, só foram surgir no Oeste do país mais no final do Século XIX e demoraram a exercer influência na sociedade americana. Para Tocqueville (2012), a América é o único país onde foi possível testemunhar o crescimento natural e tranquilo da sociedade e onde as influências exercidas sobre a condição futura dos estados por suas origens são claramente distinguíveis.

Os princípios das colônias do Norte espalharam-se primeiro pelas vizinhas e foram passando sucessivamente para as mais distantes até serem adotados por toda a Confederação, influenciando além dos limites da América. “The germ of aristocracy was never planted in that part of the Union. The only influence which obtained there was that of intellect; the people were used to reverence certain names as the emblems of knowledge and virtue.” (TOCQUEVILLE, 2012, v. 1, p. 26)

Os imigrantes que foram para o sul estavam em busca de ouro, eram aventureiros sem recursos e sem caráter, de espírito inquieto, que comprometiam a colônia e faziam seu progresso incerto. Os artesãos e agricultores chegaram mais tarde e, embora fossem mais ordeiros e morais, vinham das classes inferiores da Inglaterra. A escravidão foi logo introduzida, e essa é a principal circunstância de influência no caráter, nas leis e em todo o futuro do Sul: ela desonra o trabalho, promovendo ócio na sociedade e, com o ócio, vem a ignorância e o orgulho, a luxúria e o sofrimento. “The influence of slavery, united to the

English character, explains the manners and the social condition of the Southern States.” (TOCQUEVILLE, 2012, v. 1, p. 11)

No norte, a mesma base inglesa foi modificada pela mais oposta nuance de caráter. Enquanto a maioria das colônias americanas recebia imigrantes sem educação e recursos, levados pela pobreza e pela aventura, as terras da Nova Inglaterra recebiam famílias vindas das mais independentes classes sociais da Inglaterra. Traziam uma grande massa de inteligência porque haviam recebido boa educação, e muitos eram conhecidos na Europa por seus talentos e aquisições. Sua união em solo americano era marcada por um fenômeno singular: uma sociedade sem lordes nem pessoas comuns, sem ricos nem pobres; constituída em comum acordo. Estabeleceram conjuntos de leis rigorosas que puniam o estupro e o adultério, reprimindo inclusive relações entre pessoas solteiras. Puniam o ócio, bebedeiras e o tabaco. Tocqueville (2012) salienta que essas leis não eram impostas por autoridade, mas eram livremente votadas por todos os interessados e que os costumes da comunidade eram ainda mais puritanos e severos do que as próprias leis.

Eles vieram para o novo mundo em nome de ideais do puritanismo, para viver de acordo com suas próprias crenças e na veneração de Deus em liberdade. Para Tocqueville (2012), o puritanismo não é apenas uma doutrina religiosa, corresponde, de fato, à mais democrática e republicana teoria, não é menos política do que religiosa. Na Inglaterra, a força dessa doutrina encontrava-se na classe média, e a maioria dos imigrantes que chegavam à Nova Inglaterra vinha dessa classe média. As colônias inglesas usufruíram mais liberdade e independência política do que as colônias de outras nações, mas esses princípios de liberdade não foram aplicados em nenhum lugar mais do que nos estados da região.

A maior atenção era dada à educação pública nessas colônias do norte. Escolas eram estabelecidas em todas as localidades e os moradores eram obrigados a apoiarem. Instituições de ensino superior eram estabelecidas nos distritos mais populosos. No entanto, Tocqueville (2012) observou que a educação primária chegava a todos, e a instrução superior era escassa. Apesar de todos viverem bem, poucos eram ricos o suficiente para viverem sem exercer uma profissão, e o exercício da profissão limitava o tempo de estudo, iniciando-se perto dos 15 anos de idade. Tudo o que era feito precisava ser lucrativo, e mesmo a ciência era uma questão de negócio, devendo ter aplicação prática imediata.

Assim, havia um padrão médio de conhecimento, e todos buscavam chegar o mais perto dele, o que gerou uma multidão de pessoas com as mesmas ideias sobre religião, história, ciência, economia política, legislação e governo. Como nota Tocqueville (2012):

The gifts of intellect proceed directly from God, and man cannot prevent their unequal distribution. But in consequence of the state of things which we have here represented it happens that, although the capacities of men are widely different, as the Creator has doubtless intended they should be, they are submitted to the same method of treatment. (TOCQUEVILLE, 2012, v. 1, p. 31)

Muitos grandes proprietários de terras do sul trouxeram da Inglaterra os princípios aristocráticos da lei de herança, mas essa influência não era aristocrática nos mesmos termos em que na Europa: eles não tinham privilégios, e a cultivação de suas terras era feita por escravos. Eles formavam uma classe superior, com ideias e gostos próprios e estavam no centro da ação política, mas esse tipo de aristocracia tinha empatia com o povo e assumia seus interesses. Do meio deles, saíram alguns dos melhores líderes da Revolução Americana. No período da revolução, essas leis de transmissão de bens foram abolidas de forma a não interromper a livre circulação da propriedade, e a riqueza circulou com rapidez, fazendo com que fosse raro se encontrar duas gerações que a detivessem completamente.

Na América, as municipalidades foram organizadas antes dos condados, que foram organizados antes dos estados, que foram organizados antes da União, o que deu escopo às atividades de uma vida política democrática e republicana. “The independence of the township was the nucleus round which the local interests, passions, rights, and duties collected and clung.” (TOCQUEVILLE, 2012, v.1, p. 20) A independência municipal é uma consequência do princípio da soberania popular, e todas as repúblicas americanas a reconhecem. Os americanos são apegados a sua localidade não por terem nascido ali, mas porque se sentem membros de um corpo social cujo governo precisa da sua contribuição. A Constituição Federal criou um governo nacional, mas não destruiu a soberania dos estados, e todas as comunidades afirmam sua independência.

O povo escolhe os poderes legislativo e executivo e determina os jurados que punem ofensas contra a lei, ele elege seus representantes diretamente e muitas vezes anualmente para garantir a dependência dos eleitos. As instituições americanas são democráticas não apenas em seu princípio, mas em todas as suas consequências. O povo é o poder real dirigente e, embora a forma de governo seja representativa, suas opiniões, preconceitos, interesses e mesmo paixões exercem influência na sociedade. Assim, a maioria governa em nome do povo, e essa maioria é composta por cidadãos sinceramente preocupados com o bem estar da nação, mas ela é cercada pela agitação dos partidos, que tentam ganhar sua cooperação.

A absoluta liberdade de imprensa nos Estados Unidos também é fruto da doutrina da soberania popular. Se o direito do cidadão de cooperar no governo da sociedade é reconhecido, todo cidadão presumivelmente possui o poder de discriminar diferentes opiniões

da apreciação dos fatos a que elas se referem. O país não tinha nenhuma metrópole até certo ponto de sua história; a inteligência, como poder do país, era dispersa e cruzava em todas as direções; e os americanos, assim, não haviam estabelecido controle central sobre a expressão da opinião. Também não havia regulação da atividade de imprensa, condições que promoveram a multiplicação dos jornais.

A manutenção da república democrática nos Estados Unidos se deve a três pontos: à situação peculiar e acidental na qual os americanos se localizam – a natureza do território que eles habitam; às leis – a forma federal de governo, as instituições municipais e a constituição de um poder judicial; e às atitudes e costumes do povo – religião, educação.

Apesar de descrever a formação de um país anglo-americano, por um povo branco orgulhoso de sua raça, Tocqueville (2012) destaca a importância de outras duas raças nesse processo – os negros e os nativos:

Three races, naturally distinct, and, I might almost say, hostile to each other, are discoverable amongst them at the first glance. Almost insurmountable barriers had been raised between them by education and by law, as well as by their origin and outward characteristics; but fortune has brought them together on the same soil, where, although they are mixed, they not amalgamate, and each race fulfills its destiny apart. (TOCQUEVILLE, 2012, v.1, p. 275)

As características dessas duas outras raças não tem nada em comum – nem características, nem linguagem, nem hábitos. Elas ocupam classes sociais inferiores, sofrem com tirania e, se suas injustiças não são as mesmas, originam-se dos mesmos autores: os europeus. Para Tocqueville (2012), o europeu trata raças diferentes da sua como animais, fazendo-os subservientes ao uso e à destruição.

O negro, escravizado, foi privado de qualquer privilégio de humanidade pela opressão: perdeu as lembranças de sua terra, sua língua, sua religião e seus costumes sem receber nenhuma vantagem europeia ao chegar à América. Ficou no meio do caminho entre as duas comunidades, sem espaço para chamar de pátria, sem poder formar família, sendo propriedade de outro, vivendo para se submeter e obedecer. “Violence made him a slave, and the habit of servitude gives him the thoughts and desires of a slave; [...] his understanding is degraded to the level of his soul.” (TOCQUEVILLE, 2012, v.1, p. 276)

A opressão sobre os índios teve efeitos diferentes. Os nativo-americanos eram pobres e ignorantes, mas livres e iguais. Viviam tranquilamente nas florestas, resistindo a suas necessidades e praticando suas virtudes e vícios. Eles não conheciam autoridade parental, diferença entre obediência voluntária e sujeição humilhante e lei. Ser livre para eles era

escapar das limitações da sociedade. Os europeus os dispersaram para os desertos, condenando-os a uma vida errante e de sofrimento. Tocqueville (2012) explica que nações selvagens são controladas apenas por opinião e costume e que, quando os nativo-americanos perderam seu sentimento de pertencimento a sua terra, suas famílias se dispersaram, suas tradições se obscureceram e o elo de suas memórias se quebrou. Quando todos os hábitos deles estavam mudados, a tirania europeia promoveu mais desordem e menos civilização do que eles tinham antes – com multas e prisões, por exemplo –, suas condições físicas e morais se degradaram cada vez mais. Os europeus nunca conseguiram submetê-los a suas regras, a civilização nos moldes europeus tinha pouco poder sobre eles.

Os negros estavam no limite extremo da servidão, e os índios, no limite extremo da liberdade, mas escravidão e independência, em ambos casos, tinham efeitos desastrosos. Os negros tentaram se integrar, infrutiferamente, adaptando-se aos gostos dos brancos, adotando suas opiniões e esperanças, imitando-os para ser parte da comunidade deles. Os índios, ao contrário, longe de desejarem se adaptar aos outros, amavam sua vida selvagem e repeliam qualquer avanço em direção à civilização. Enquanto o negro desejava misturar-se, sem conseguir, o índio desdenhava. “The servility of the one dooms him to slavery, the pride of the other to death.” (TOCQUEVILLE, 2012, v.1, p. 278) O autor descreve que as tribos nativas da Nova Inglaterra pereceram e que ele teve dificuldades para encontrar índios mesmo em suas viagens ao interior do país, onde elas não só diminuíram, mas foram destruídas.

O destino dos negros foi diferente, como sabemos. Para Tocqueville (2012), as barreiras legais entre brancos e negros tendiam a cair, mas as barreiras de atitudes não; a escravidão deixaria de existir, mas o preconceito, não. Estigmas, perseguições e separações entre brancos e negros em espaços sociais, como escolas, teatros, hospitais, igrejas, continuariam – e mais pronunciados no norte do que no sul. Os negros emancipados e os nascidos após a abolição da escravatura não tinham, assim, uma relação com os brancos melhor do que a dos nativo-americanos. Eles eram meio civilizados e privados de direitos no meio de uma população muito mais rica e instruída do que eles; eram expostos à tirania da lei e à intolerância. Não podiam reivindicar propriedade sobre terras e acabaram indo para as cidades, onde viviam em condições precárias.

Outras etnias vieram a compor o país mais tarde. Entre 1870 e 1900, cerca de 12 milhões de imigrantes chegaram aos Estados Unidos, e, nos 14 anos seguintes, vieram mais 13 milhões, afirma Putnam (2001). Eles vinham do Canadá, do leste asiático, da Alemanha, da Irlanda, da Inglaterra, da Escandinávia, do sul e do leste europeu. Nesse período, as

divisões por classe, etnia e raça eram mais proeminentes que na atualidade, e asiáticos e hispânicos substituíam judeus e italianos como alvo de discriminação.

Almond e Verba (1989) falam que, no curso do Século XIX, o desenvolvimento de uma cultura democrática e de uma infraestrutura foi mais rápido e inequívoco nos Estados Unidos do que na Inglaterra. Os americanos construíam uma sociedade nova e em rápida expansão, relativamente livres das instituições tradicionais. Embora os padrões básicos sejam similares, as culturas cívicas das duas nações tem conteúdo diferente, refletindo diferenças nas histórias nacionais e nas estruturas sociais.

Tocqueville (2012) identificou que o princípio da associação é fundamental nos Estados Unidos em uma diversidade de diferentes objetos e totalmente livre. Junto com municipalidades, condados e estados, que são associações permanentes, enorme variedade de outras associações são formadas e mantidas por indivíduos privados. Essas sociedades são estabelecidas para promover a ordem pública, o comércio, a indústria, a moralidade e a religião. Elas incorporam a liberdade de expressão, o poder de reunião e o direito de associação política.

Para Putnam (2001), essa é a principal característica do capital social americano. Ele considera que a sociedade americana é massiva e polimórfica, tendo vivido diferentes formas de engajamento cívico ao longo da história. Entre 1870 e 1920, os americanos criaram uma infinidade de associações voluntárias pelo país, associações cresciam e novos tipos se multiplicavam – eram fraternas, religiosas, étnicas, de trabalho, profissionais, cívicas etc. Os imigrantes que chegavam ao país também se adaptaram rapidamente à forma de voluntariado americano.

Na década de 1960, grupos comunitários entraram em uma nova era de expansão por toda a América, recebendo novos membros, e com o crescimento de recursos e a melhoria da educação ano após ano. Os americanos tinham também mais tempo ociosos do que nunca antes na história. A participação nos processos eleitorais crescia a 1,6% a cada quatro anos, possibilitando projeções de que em 1976, 70% dos eleitores estariam indo às urnas. Nunca tantos americanos haviam declarado a pesquisas que gostariam que seus filhos fossem políticos. Em 1964, 77% dos americanos sentiam que a maioria das pessoas era confiável. Isso tudo mesmo que as décadas de 1950 e 1960 ainda fossem marcadas pela intolerância de raça, gênero, classe e orientação sexual, que, mesmo declinante, continuava alta. “However, engagement in community affairs and the sense of shared identity and reciprocity have never been greater in modern America, so the prospects for broad-based civic mobilizations to address our national failing seemed bright.” (PUTNAM, 2001, p. 17)

Os sinais de vitalidade cívica eram claros também entre os jovens, conforme os *baby boomers* chegavam à universidade. A luta pelos direitos civis dos negros, iniciada por jovens do sul, recebia o apoio dos brancos das universidades do norte. Os prognósticos eram de que, quando esses jovens chegassem à meia idade, o engajamento seria difundido entre as relações comunitárias. Nunca antes, o futuro da vida cívica do país pareceu tão promissor, diz Putnam (2001).

Na década de 1990, vários tipos de organizações comunitárias, como clubes, associações contra o racismo, grupos de veteranos de guerra, instituições de caridade e grêmios estudantis, vivenciaram uma profunda crise, com redução drástica de participantes e encerramento de atividades. As organizações comunitárias deixaram de ser revitalizadas por novos membros como eram no passado. Mudanças sociais, econômicas e tecnológicas geraram impactos na vida cívica americana. A televisão, o trabalho da mulher, o crescimento dos subúrbios e as mudanças geracionais de valores são alguns fatores que levam menos e menos americanos às associações tradicionais. “Somehow, in the last several decades of the twentieth century all these community groups and tens of thousands like them across America began to fade.” (PUTNAM, 2001, p. 16)

Para Putnam (2001), libertação de vínculos com comunidades engessadas é tema recorrente na cultura americana ao longo de toda a história. As comunidades têm lutado para se sobrepor ao individualismo. Os mitos nacionais valorizam a figura do herói e reduzem a importância do esforço coletivo.

Considerando o conceito de capital social e a característica de engajamento cívico americana, Putnam (2001) questiona se ocorreram mudanças na sociedade no final do Século XX. Para ele, o final do século chegou junto a uma sensação de indisposição cívica entre os americanos comuns, com dúvidas sobre estarem no caminho certo, moral e culturalmente. (PUTNAM, 2001, p. 25)

Baker (2005) realizou um estudo sobre os valores morais americanos buscando descobrir se uma crise americana de valores, percebida por políticos, formadores de opinião, acadêmicos e pela própria sociedade, é embasada em realidade. A percepção geral é de que há uma queda da sociedade americana em confusão moral e até anarquia moral, uma perda dos valores sobre os quais ela foi formada. O autor cita cinco valores centrais da ideologia americana: liberdade, igualitarismo, individualismo, populismo e *laissez-faire*.

A América é uma sociedade diferente das outras porque sua fundação não está baseada num patrimônio cultural compartilhado enraizado em ancestralidade, história, religião e língua comuns: ela é baseada em um conjunto de ideias e valores, tendo a religião como força

de legitimação e integração. Assim, a perda de valores é uma ameaça à religião civil, uma ameaça direta ao núcleo ideológico da América.

Baker (2005) reuniu suas descobertas em três grupos, baseado em suas hipóteses: o primeiro trata de uma crise de perda de valores tradicionais através do tempo; o segundo, de uma crise em comparação com sistemas de valores de outras nações; e o terceiro, de uma crise que divide a sociedade em dois campos morais em conflito.

Ele identificou que os Estados Unidos não têm perdido seus valores tradicionais – a realidade não dá suporte à percepção das pessoas. Os valores do país são estáveis desde o início da realização do WVS, em 1981, e os mais tradicionais do mundo, especialmente, para uma democracia economicamente avançada e em comparação com outras democracias industriais e pós-industriais. Além disso, os americanos não estão polarizados em dois campos opostos de visões incompatíveis sobre autoridade moral, atitudes sociais, valores culturais e crenças religiosas.

Para o autor, a retórica de uma crise, que ocorre em uma dinâmica cíclica, serve para reafirmar, preservar e manter nas mentes os valores tradicionais que compõem e suportam a identidade nacional, que é baseada em um conjunto de ideias, em uma ideologia.

Tocqueville (2012) havia identificado que, embora os americanos dividam-se em distintas soberanias, os estados, eles constituem único povo; eles seguem diferentes segmentos religiosos, mas se relacionam com a religião da mesma maneira; eles discordam de muitas questões concernentes a seus governos, mas são unânimes sobre os princípios gerais que devem reger a sociedade; todos veem no povo a legítima fonte de poder; eles têm as mesmas noções de liberdade, igualdade, liberdade de imprensa, direito à associação, jurado e responsabilidade dos agentes do governo. Eles têm ainda um orgulho comum.

“[...] American history, carefully examined is a story of ups and downs in civic engagement, *not just downs* – a story of collapses *and* of renewal.” (PUTNAM, 2001, p. 25, grifos do autor) Para o autor, os laços comunitários do país tornaram-se mais fortes, mesmo com o declínio das últimas décadas do Século XX. Ele diz que a sociedade americana é massiva e polimórfica e seu engajamento cívico tem ocorrido em diferentes tamanhos e formas ao longo da história. Putnam (2001) afirma:

A few of us still share plowings chores with neighbors, while many more pitch in to wire classrooms to the Internet. Some of us run to Congress, and other joint self-help groups. Some of us hang out at the local bar association and others at the local bar. Some of us attend mass once a day, while others struggle to remember to send holidays greetings once a year. The forms of our social capital – the ways which we

connect with friends and neighbors and strangers – are varied. (PUTNAM, 2001, p. 27)

4.3 AS DIFERENÇAS

O autores clássicos citados nos oferecem conceitos que promovem uma compreensão de traços culturais originários e reminiscentes das culturas de brasileiros e americanos.

A cultura brasileira é marcada pelas origens rurais; pelo personalismo, com a valorização do mérito pessoal e do livre arbítrio; por uma religiosidade artificial; por uma profunda dificuldade de organização e de associação – certa anarquia; pelo culto de hábitos tradicionais e pela assimilação de tradições pela burguesia; pela aventura; pela repulsa à moral do trabalho e crença na prosperidade sem esforço e na riqueza fácil; pelo ócio, a contemplação e o amor; pela cordialidade – a valorização do afetivo, do irracional e do passional em todas as relações; pela obediência; pela mestiçagem – das pessoas, das línguas; pelo patriarcalismo; pelo patrimonialismo; pelo autoritarismo; e por uma ausência de orgulho de raça por parte dos colonizadores.

Enquanto isso, os americanos, profundamente puritanos, valorizam a igualdade de condições; a democracia; a liberdade e o *laissez-faire*; o respeito às leis; a soberania popular; a associação e a regulação; o intelecto, o conhecimento e a educação; o individualismo; o populismo; e a liberdade de imprensa. Tiveram sempre a língua inglesa como principal linguagem, um orgulho de raça e a separação racial, tendo se desenvolvido ligados à municipalidade.

Essas são as principais diferenças das origens culturais de jovens brasileiros e americanos e conforme os autores estudados, com exceção de Tocqueville, obviamente, persistem até a atualidade, mesmo com o desenvolvimento socioeconômico e as mudanças que ele promove.

5 METODOLOGIA

Com a pesquisa teórica sistematizada nos capítulos anteriores, posso apresentar o objetivo principal deste trabalho, que é o de realizar uma pesquisa exploratória entre jovens de 14 a 25 anos para compreender e explicar como jovens de países de diferentes culturas, como Brasil e Estados Unidos, usam ferramentas de autocomunicação de massa com o fim de engajamento cívico e participação pública no contexto da sociedade em rede global.

O desenvolvimento e o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação nas últimas décadas constituem um problema sociológico atual que pode ser estudado sob o paradigma weberiano. Silva (2002) afirma:

Parece-nos que os problemas das redes identificados por Castells e Wolton (em estudos sobre a Internet) se tornam mais compreensíveis na perspectiva weberiana da burocratização progressiva do capitalismo contemporâneo. Também as teorias da ação e da dominação de M. Weber permitem uma abordagem dos tipos de comunicação contemporânea muito próxima das análises daqueles autores. (SILVA, 2002)

Para Weber (2000), o artefato – a tecnologia – somente pode ser compreendido a partir do sentido que a ação humana proporcionou a sua produção e utilização. O compreensível nele é sua referência à ação humana, seja como meio ou como fim concebido pelo agente ou agentes.

Ao iniciar meu problema de pesquisa com o advérbio de interrogação “como”, demonstro a minha preocupação em compreender o encadeamento de ações em que o processo que estudo se desenvolve, a ação social de jovens por meio da internet, e suas causas. Para Max Weber, a sociologia é “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos.” (WEBER, 2000, v. 1, p. 3)

Destacando os conceitos da afirmação de Weber (2000), a “ação” é um comportamento humano externo ou interno, de omissão ou permissão, sempre que um agente ou agentes o relacionam a um “sentido subjetivo”. Por sua vez, “ação social” é aquela realizada levando em consideração o comportamento de “outros” no que se refere ao sentido visado pelo agente ou os agentes. (WEBER, 2000, v. 1, p. 3)

Weber (2000) esclarece que o objeto de análise na sociologia não é a sociedade, grupo social ou qualquer outro conceito de base coletiva. Apesar de a análise sociológica tratar de fenômenos coletivos, seu ponto de partida, para o autor, é a ação de indivíduos. Como a ação social orienta-se pelo comportamento de outros, “Os ‘outros’ podem ser indivíduos e

conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas.” (WEBER, 2000, v. 1, p. 13) O pensador explica:

Nem todo o tipo de ação – também de ação externa – é “ação social” no sentido aqui adotado. [...] O comportamento interno só é ação social quando se orienta pelas ações dos outros. [...] Nem todo o tipo de contato entre pessoas tem caráter social, senão apenas um comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outra pessoa. [...] A ação social não é idêntica a) nem a uma ação homogênea de várias pessoas, b) nem a qualquer ação influenciada pelo comportamento de outras. (WEBER, 2000, v. 1, p. 14)

Em outras palavras, a ação social weberiana “é uma modalidade específica de ação, ou seja, de conduta à qual o próprio agente associa um sentido. É aquela ação orientada significativamente pelo agente conforme a conduta de outros e que transcorre em consonância com isso.” (COHN, 2008, p. 26)

Assim, Weber (2000) defende que a sociologia deve ser compreensiva porque seu objeto de estudo, essa ação, é a ação humana dotada de sentido. O cientista social deve metodizar a compreensão das ações estudadas por meio do estabelecimento de conexões causais que possibilitem a identificação do sentido imaginado e subjetivo do sujeito da ação. A expressão sentido, explica Cohn (2008), significa o “que se manifesta em ações concretas e que envolve um motivo sustentado pelo agente como fundamento da sua ação”. (COHN, 2008, p. 27)

Compreensão, para Weber (2000), significa:

[...] apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido: a) efetivamente visado no caso individual (na consideração histórica), ou b) visado em média ou aproximadamente (na consideração sociológica em massa), ou c) o sentido ou conexão de sentido a ser construído cientificamente (como “ideal típico”) para o tipo puro (tipo ideal) de um fenômeno freqüente. (WEBER, 2000, v. 1, p. 6)

Com isso, a explicação sociológica visa à compreensão do sentido, do andamento e dos efeitos da ação de um ou mais indivíduos em relação a outro ou outros, sem julgamento sobre a validade dos atos e sem pensar o indivíduo como pessoa. “‘Explicação’ significa, portanto, para uma ciência ocupada com o sentido da ação, a apreensão da conexão de sentido a que pertence uma ação compreensível de maneira atual, segundo seu sentido subjetivamente visado [...]” (WEBER, 2000, v.1, p. 6)

O conceito de sentido é amplamente discutido por Weber (2000). Ele afirma que é por meio da compreensão do sentido que se podem identificar os nexos entre os elos de um processo de ação e “reconstruir esse processo como uma unidade que não se desfaz em atos

isolados. Realizar isso é precisamente compreender o sentido da ação.” (COHN, 2008, p. 28) Com essa reconstrução do encadeamento significativo do processo de ação, é que se chega à compreensão. É necessário destacar que se trata do sentido subjetivamente impresso na ação e não de processos psicológicos do agente.

A causa da ação é o motivo, enquanto “[...] quando se fala em sentido na sua acepção mais importante para a análise, não se está cogitando da gênese da ação, mas sim daquilo para o que ela aponta, para o objetivo visado nela; para o seu fim, em suma.” (COHN, 2008, p. 27)

Assim, o sentido tem relação com o modo como se encadeia o processo de ação social, processo justamente porque não é um ato isolado e no qual ocorre uma sequência definida de elos significativos. A ação, dotada de sentido, é um meio para alcançar um fim, fim subjetivamente visado pelo agente.

Weber (2000) esclarece de que sentido trata:

Não se trata, de modo algum, de um sentido objetivamente ‘correto’ ou de um sentido ‘verdadeiro’ obtido por indagação metafísica. Nisso reside a diferença entre as ciências empíricas da ação, a Sociologia e a História, e todas as ciências dogmáticas, a Jurisprudência, a Lógica, a Ética e a Estética, que pretendem investigar em seus objetos o sentido ‘correto’ e ‘válido’. (WEBER, 2000, v. 1, p. 4)

Considero importante introduzir aqui a discussão da perspectiva individualizada de Weber. Analisando o pensamento do autor, Cohn (2008) conclui que “[...] o agente individual é a única entidade capaz de conferir sentido às ações.” (COHN, 2008, p. 28) Por isso, Max Weber propõe o método individualista. Nas palavras de Cohn (2008):

[...] no estudo dos fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais adotadas de um sentido intrínseco; vale dizer, em termos sociológicos, de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações. (COHN, 2008, p. 26)

Por motivos de “conveniência metodológica”, afirma Weber (2000), o “método da Sociologia ‘Compreensiva’ é ainda ‘racionalista’. No entanto, é claro que esse procedimento não deve ser interpretado como preconceito racionalista da Sociologia, mas apenas como recurso metodológico.” (WEBER, 2000, v.1, p. 5)

Como é compreensível e racional, a elaboração de uma ação social orientada pelo fim serve à sociologia como tipo ideal. A ausência de interferência de elementos não pertinentes à ação não ocorre “na experiência empírica e só é pensável em termos típicos ideais”. (COHN, 2008, p. 27)

No entanto, apesar de dar importância à “ação social orientada por sentidos particulares”, Weber afirma que “a análise sociológica opera com base no fato empiricamente constatável de que existem certas regularidades na ação social”. (COHN, 2008, p. 30) Para ele, os processos de ação se repetem e se tornam rotina, incorporando-se “ao cotidiano de múltiplos agentes.” (COHN, 2008, p. 30)

Desse modo, a análise sociológica exige conceitos que considerem essas regularidades de conduta e o fato de elas terem caráter coletivo porque “múltiplos indivíduos agem significativamente de maneira análoga”. O conceito que atende a essa necessidade é o de “relação social”. Na relação social, múltiplos agentes se orientam “reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações”. (COHN, 2008, p. 30)

A diferença entre ação social e relação social é importante. Na ação, a conduta do agente se orienta pela conduta de outro ou outros. Na relação, as condutas dos múltiplos agentes envolvidos se orientam por um “conteúdo de sentido reciprocamente compartilhado”. (COHN, 2008, p. 30)

Jürgen Habermas criou sua Teoria da Ação Comunicativa baseado na Teoria da Ação Social de Weber. O pensador propõe a sua teoria a tarefa de pesquisar a razão na prática comunicativa cotidiana e reconstruir, a partir da validação da fala, “un concepto no reducido de razón”. (HABERMAS, 1994, p. 506)

Em sua teoria, não importam somente as características formais da ação social em geral, mas os mecanismos de coordenação da ação que possibilitam uma concatenação regular e estável de interações. Os padrões de interação só se formam quando as sequências de ação que os distintos atores somam não se rompem contingentemente, mas se coordenam segundo regras. Aqui, o autor introduz a linguagem: “Con el concepto de acción comunicativa empieza a operar un supuesto más: el de un medio lingüístico en que se reflejan como tales las relaciones del actor con el mundo.” (HABERMAS, 1998, p. 136)

Assim, o conceito de ação comunicativa pressupõe a linguagem como um meio de entendimento em que falantes e ouvintes se referem, desde o horizonte que seu mundo representa, simultaneamente a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo, para negociar definições da situação que possam ser compartilhadas por todos. Forma-se a interação, “[...] el entendimiento lingüístico es sólo el mecanismo de coordinación de la acción, que ajusta los planes de acción y las actividades teleológicas de los participantes para que puedan constituir una interacción.” (HABERMAS, 1998, p. 138)

Assim, busco neste estudo a compreensão interpretativa da ação social e sua explicação causal em seu curso e em seus efeitos, considerando que:

- os indivíduos, os agentes, são jovens brasileiros e americanos de 14 a 25 anos;
- o tipo ideal é o conceito de mídia cívica;
- a ação social é a ação comunicativa, a interação, por meio da internet;
- o curso da ação é o uso que eles fazem de ferramentas de autocomunicação de massa empregando as dimensões analíticas extraídas do tipo ideal; e
- o sentido, o fim racional da ação, seria seu uso com propósito de engajamento cívico e participação pública.

5.1 TIPO IDEAL, DIMENSÕES DE ANÁLISE E CONDIÇÕES CAUSAIS

5.1.1 Tipo ideal

Para Weber (2000), o tipo ideal é a construção de uma ação orientada pelo fim de maneira estritamente racional. Ele permite compreender a ação real, que é influenciada por irracionalidades, como desvio do que era esperado no caso de um comportamento puramente racional. Wacquant (2008) salienta que o tipo ideal não é uma construção artificial para ser usada na análise, é uma abstração sócio-histórica de ocasiões reais de um fenômeno:

Ideal-typical concepts assist us in formulating hypotheses and then confronting them with empirical reality; they offer us a baseline for identifying significant variations and their possible causes. As heuristic devices, however, they are not covered by criteria of truth or falsehood; simply, they turn out to be fruitful or not for research.” (WACQUANT, 2008, p. 233)

Adoto nesta pesquisa o conceito de mídia cívica como tipo ideal. Mídia cívica significa “qualquer uso de qualquer tecnologia com o propósito de ampliar o engajamento cívico e a participação pública, possibilitando a troca de informação significativa, promovendo a conectividade social, construindo perspectivas críticas, garantindo transparência e *accountability* ou fortalecendo a ação cidadã”. (JENKINS, 2013, tradução minha)

Entendo que o conceito de mídia cívica serve perfeitamente como tipo ideal. Ele define uma ação, qualquer uso de qualquer tecnologia, como social e racional ao propor seu encadeamento – a troca de informação significativa, a promoção da conectividade social, a construção de perspectivas críticas, a garantia de transparência e *accountability* e o

fortalecendo a ação do cidadão – com o sentido de ampliação do engajamento cívico e da participação pública.

É desse conceito, então, que retiro as dimensões analíticas de pesquisa.

5.1.2 Dimensões de análise

As pesquisas qualitativa e comparativa serão realizadas a partir das cinco dimensões analíticas fornecidas pelo tipo ideal que adoto, o conceito de mídia cívica. São elas:

- I. Troca de informação significativa
- II. Promoção de conectividade social
- III. Construção de perspectivas críticas
- IV. Garantia de transparência e *accountability*
- V. Fortalecimento da ação cidadã

5.1.3 Condições causais

Os métodos comparativos, fundamentais a esta pesquisa e que explicarei mais adiante neste capítulo, enfatizam análises de condições causais. Neles, os casos são compreendidos como uma combinação de condições causais que se vinculam a um resultado concreto. Essas condições são exploradas em um conjunto de marco teórico adotado mais provas empíricas.

Assim, como pretendo compreender ações comunicativas em contextos de diferentes culturas nacionais e explicar suas conexões na sociedade em rede, adoto a visão de Castells (2009) de que a dimensão cultural do processo de transformação multidimensional da comunicação nessa nova sociedade pode ser apreendida na intersecção entre duas tendências: o desenvolvimento paralelo de uma cultura global (*globalization*) e identidades culturais múltiplas (*identification*) e o aparecimento simultâneo do individualismo (*individualism*) e do comunitarismo (*comunalism*) como padrões culturais oponentes, mas igualmente poderosos.

Essa relação gera a tipologia abaixo, que apresentei no primeiro capítulo deste trabalho:

Quadro 3 – Tipologia de padrões culturais da sociedade em rede

	GLOBALIZATION	IDENTIFICATION
INDIVIDUALISM	Branded consumerism	Networked individualism
COMMUNALISM	Cosmopolitanism	Multiculturalism

Resumo brevemente:

Branded consumerism (consumo de marcas): processo pelo qual os indivíduos definem significado ao seu consumo;

Cosmopolitanism (cosmopolitismo): consciência de um destino comum no planeta, seja ele em termos de meio ambiente, direitos humanos, princípios morais, interdependência econômica global ou segurança geopolítica, apoiada por atores sociais que se veem como cidadãos do mundo;

Networked individualism (individualismo em rede): indivíduos expandem sua sociabilidade usando as redes de comunicação digital para construir seus próprios mundos culturais conforme suas preferências e projetos e o modificando de acordo com a evolução de seus interesses pessoais e valores;

Multiculturalism (multiculturalismo): reconhecimento de identidades múltiplas em um mundo constituído pela diversidade de comunidades culturais.

É a habilidade ou inabilidade de gerar protocolos de comunicação entre esses padrões contraditórios que definem a possibilidade de comunicação ou de falta de comunicação entre os sujeitos de diferentes processos de comunicação, principal questão desta pesquisa.

5.2 OBJETO E AMOSTRA

5.2.1 Objeto

Esta pesquisa é centrada em jovens para compreender e explicar como eles utilizam ferramentas de autocomunicação de massa com o fim de engajamento cívico e participação pública. A análise está focada nessa geração, reconhecendo as condições específicas de faixa etária e as circunstâncias históricas em que vivem. Como muitos cientistas sociais argumentam, devemos realizar nossas investigações considerando o que as pessoas são e onde elas estão mentalmente e culturalmente.

Jovens que têm hoje cerca de 20 anos constituem uma geração de nativos digitais – a internet se popularizou na década de 1990, e a internet 2.0 surgiu nos primeiros anos deste século. Eles são ainda a população que mais acessa a internet.

Nos Estados Unidos, dados do United States Census Bureau (2013) indicam que 71,7% dos domicílios tinham acesso à internet em 2011. Entre os jovens americanos de 18 a 34 anos, 82% têm acesso à internet em casa. No Brasil, a Pnad Domicílios (2013), do IBGE, identificou que 46,5% dos brasileiros a partir dos dez anos de idade tinham acesso à internet

em 2011. Os jovens entre 15 e 19 anos são os que mais acessam: 74,1% dos que estão entre os 15 e os 17 anos. Eles são seguidos pelos que estão entre 18 e 19 anos, 71,8%, e pelo grupo de 20 a 24, no qual 66,4% dos indivíduos acessa a internet.

Isso significa que parte da socialização de uma grande massa de jovens está ocorrendo por meio das novas mídias e que suas vidas adultas carregarão características dessa socialização, inclusive de sua socialização política.

Assim, faço o seguinte recorte de objeto para esta pesquisa exploratória:

- indivíduos da faixa etária dos 14 aos 25 anos, conforme sugerem os estudos da socialização política;
- usuários de ferramentas de autocomunicação de massa, mais especificamente, blogs;
- brasileiros, que publicaram conteúdos em seus blogs sobre os protestos no Brasil, em junho e julho de 2013; e
- americanos, que publicaram conteúdos em seus blogs sobre o movimento Occupy Wall Street, em setembro e outubro de 2011.

Escolho os blogs entre as ferramentas de comunicação de massa por três fatores principais. O primeiro é o fato de que se ter um blog por si só configura participação pública. Em segundo lugar, blogs são plataformas múltiplas que permitem todos os formatos de comunicação – escrita e audiovisual – e interatividade. Por fim, blogs são públicos, notas postadas e comentários de outras pessoas estão abertos ao público, o que reduz as questões éticas e de privacidade envolvidas.¹²

Não há dados exatos e confiáveis sobre o número de blogueiros e blogs constituintes da blogosfera – contabilizações aproximadas que somam usuários de alguns sites de hospedagem indicam que há centenas de milhões de blogs.

Estatísticas de 2010 de uma empresa de monitoramento e análise de tecnologia, a Sysomos¹³, indicam que 50,9% dos blogueiros eram mulheres, e 49,1%, homens. Os blogueiros mais ativos estavam na faixa etária dos 21 aos 35 anos, constituindo 53,3% do total dessa população. Depois, vinha a faixa etária de até 20 anos, com 20,2% dos blogueiros. A faixa de 36 a 50 tinha 19,4% dos blogs e a de 51 anos para cima, 7,1%.

A empresa informa ainda que maioria dos blogueiros do mundo estava nos Estados Unidos – 29,2% do total. O segundo lugar, o Reino Unido, tinha 6,75% dos blogueiros. O

¹² Redes sociais como o Facebook, a mais popular do mundo, geram problemas éticos para pesquisas de análise de conteúdo publicado em ambientes *online*. Como se tratam de redes sociais de característica privada – as relações entre os usuários dependem de consentimento – é necessário solicitar autorização de pesquisa ao usuário e, teoricamente, a todos os seus amigos, todos aqueles que terão suas mensagens expostas ao pesquisador.

¹³ O endereço eletrônico da Sysomos é <http://www.sysomos.com/reports/bloggers/>. Acesso em: 22 out 2013.

Brasil era o quarto país do mundo em número de blogs, com 4,2% do total mundial, atrás do Japão, que tinha 4,9%.

O site Technorati¹⁴ realiza relatórios anuais que apontam tendências entre os blogueiros. Em seu último relatório, de 2011, eles identificaram cinco tipos de blogueiros. O primeiro tipo é o que tem um blog apenas por hobby. Esses blogueiros constituem a espinha dorsal da blogosfera, detendo 60% dos blogs. O segundo tipo de blogueiros, 18% do total, é composto pelos profissionais, em tempo integral ou não, mas que recebem alguma renda para blogar. Há ainda os blogs corporativos, 8%, e os blogs de empreendedores, os que blogam para suas próprias empresas, com 13% da blogosfera.

5.2.2 Amostra

Para esta pesquisa exploratória, selecionei blogueiros da rede de blogs Tumblr¹⁵. O site hospedava, em 26 de outubro de 2013, 143,4 milhões de blogs e 65,2 bilhões de artigos de todo o mundo. Ele não é o mais popular nos Estados Unidos, por exemplo, conforme pesquisa da Pew Internet (2013), detém apenas 6% dos usuários de redes sociais, mas é absolutamente o mais popular entre os jovens da faixa etária entre 18 e 29 anos quando comparado o uso desse site por essa faixa etária e pelas outras.

Além de ser popular entre os jovens, o Tumblr é uma rede de blogs, o que amplia a interatividade dos blogueiros e facilita a busca de conteúdo, especialmente, com o uso de *hashtags* (#). Blogs hospedados em sites como Wordpress e Blogger têm a característica de estarem isolados em um endereço eletrônico e não são os mais usados pelos jovens.

Os protestos no Brasil, que tiveram seu ponto alto entre junho e julho de 2013, receberam dezenas de *hashtags*, como #ProtestoBR, #VemPraRua, #VemPraJanela, #OBrazilAcordou, #OGiganteAcordou, #AcordaBrasil, #ChangeBrazil, #VdeVinagre, #PrimaveraBrasileira, #PrimaveraGlobal, #NãoÉPor20CentavosÉPorDireitos, #PasseLivre, #MPL, #PEC37, #CopaPraQuem, #ManifestationsCup, #SemViolência, #ProtestoRJ, #ProtestoSP, #ProtestoCE, #ProtestoBH, #ProtestoDF, #BelémLivre e #ChangeBrazil.

O movimento Occupy Wall Street, que teve seu ápice entre setembro e outubro de 2011, teve mais de cem mil *hashtags*, conforme anunciou o Twitter na época, como #OccupyWallStreet, #OWS, #OccupyWallSt, #Occupy, #TakeWallStreet, #OccupyBoston, #OccupyDenver, #OccupySD, #P2, #NYPD, #WeAreThe99Percent.

¹⁴ O endereço eletrônico do Technorati é <http://technorati.com/>. Acesso em: 22 out 2013.

¹⁵ O endereço eletrônico do Tumblr é www.tumblr.com.

5.2.3 A seleção da amostra

Não existem possibilidades de se fazer uma pesquisa direta de blogueiros digitando faixas etárias no Google, por exemplo. Dados pessoais fornecidos pelos usuários não são disponibilizados ao público pelos sites.

Dessa forma, passei a procurar os blogs acessando o site Tumblr e, ali, usando diversas das *hashtags* populares nas manifestações dos dois países. Na busca por meio de *hashtags*, listas de centenas de artigos aparecem na tela do computador.

Centralizei o trabalho na pesquisa exploratória de blogs individuais de jovens das duas nacionalidades com idades dentro da faixa etária de recorte da pesquisa.

Excluí blogs coletivos ou anônimos – como os dos Anonymus. Também desconsidere blogs de ativistas de causas específicas para evitar concentração de conteúdo. Não encontrei blogs de jovens explicitamente ligados a partidos políticos, por exemplo, ou outras instituições.

Explorando blog por blog, identifiquei que a maioria dos blogueiros não publica suas idades nos perfis. Assim, fiz a seleção, primeiramente, por fotos.

Depois, solicitei a autorização¹⁶ dos blogueiros e a confirmação de nomes, idades, gêneros, ocupações e locais de origem, enviando mensagens para seus blogs.

Dentre os que responderam, excluí blogueiros que não autorizavam a análise de seus artigos e os que estavam fora da faixa etária.

Como a maioria deles não respondeu a minhas mensagens, precisei pesquisar esses dados em todo o conteúdo de cada blog novamente e em outros blogs.

São muito grandes as dificuldades desse tipo de pesquisa porque, normalmente, os blogueiros não informam idades, cidades, ocupações e sequer seus nomes nos perfis. É preciso ler todo o conteúdo de cada blog até que sejam encontrados os dados – em muitos

¹⁶ A solicitação de autorização foi uma iniciativa para dar conhecimento ao objeto sobre a pesquisa. A realização da análise do conteúdo publicado nos blogs do Tumblr não exige autorização do usuário, conforme divulga o próprio site na sua política de privacidade: “User Content: By default, all sharing through the Services is public, and when you provide us with content it is published so that anyone can view it. Although we do provide tools, like password-protected blogs, that let you publish content privately, you should assume that anything you publish is publicly accessible unless you have explicitly selected otherwise. Content published and shared publicly is accessible to everyone, including search engines, and you may lose any privacy rights you might have regarding that content. In addition, information shared publicly may be copied and shared throughout the Internet, including through features native to the Services, such as “Reblogging.” While you are free to remove published pieces of content from or delete your Account, because of the nature of Internet sharing, the strong possibility of Reblogging of your content by others, and technological limitations inherent to the Services, copies of that content may exist elsewhere and be retained indefinitely, including in our systems.” Essa informação está disponível em: <http://www.tumblr.com/policy/en/privacy>. No entanto, a utilização de citações ao longo do texto da pesquisa exige autorização de seus autores.

blogs, os dados não estão disponíveis em nenhum artigo. Mais de meia centena de blogs foram analisados nessa etapa.

Encontrados os blogs adequados ao recorte por idade e nacionalidade, selecionei todos os artigos dos arquivos de junho e julho de 2013 publicados pelos brasileiros sobre os protestos no país, e de setembro e outubro de 2011 publicados pelos americanos sobre o movimento Occupy Wall Street. A busca de conteúdo específico nos arquivos dos blogs também exige atenção: é muito comum o conteúdo não ter recebido *hashtags* dos movimentos, deixando ao pesquisador a caracterização desses artigos como integrantes ou não da amostra.

Destaco também a presença da repetição do conteúdo desde o início da pesquisa exploratória pelos blogs, questão fundamental para pesquisas qualitativas. Como o conteúdo produzido e compartilhado circula pelas redes sociais digitais, a repetição ocorre desde o princípio da exploração. Uma mesma fotografia, por exemplo, é encontrada sozinha e, depois, em outro blog em uma montagem de fotografias, ou um meme pode ser visto em diversos blogs.

Assim, considerando a ocorrência da repetição de conteúdo e as dificuldades de se encontrar os blogs, encerrei a pesquisa exploratória ao chegar a amostra de dez blogueiros do Brasil e dez dos Estados Unidos – busquei número igual de blogs para dar uniformidade ao estudo:

Quadro 4 – Blogueiros Brasileiros/conteúdo de junho e julho de 2013

Blogueiro	Blog	Idade	Gênero	Ocupação	Autoriza	Estado	Artigos
	http://princessofpoetry.tumblr.com	16	F	Estudante			2
Thiago Wohlfarth	http://frango-a-passarinho.tumblr.com	18	M	Estudante	Sim	São Paulo	90
Ana	http://suburbanocoracao.tumblr.com	19	F			Bahia	14
Luan Borges	http://surtoscriativos.tumblr.com	20	M	Estudante	Sim	Rio de Janeiro	3
Thai	http://coisasdethai.tumblr.com	20	F	Estudante		Rio de Janeiro	2
Wilson Nascimento	http://wilsonnascimento.tumblr.com	21	M	Psicólogo		Rio de Janeiro	14
Daniel	http://danieless.tumblr.com	21	M			Rio de Janeiro	4
César Augusto	http://lacritique.tumblr.com	21	M	Estudante		Minas Gerais	4
Eloy Santos Vieira	http://acordaaracaju.tumblr.com	22	M	Estudante	Sim	Sergipe	29
Jessica Barra	http://barra77.tumblr.com	22	F	Estudante	Sim	Pará	6
Total							168

Quadro 5 – Blogueiros Americanos/ conteúdo de setembro e outubro de 2011

Blogueiro	Blog	Idade	Gênero	Ocupação	Autoriza	Estado	Artigos
Cristina	http://agirloffire.tumblr.com	16	F	Estudante		Virgínia	3
Benjamin	http://alreadyawake.tumblr.com	18	M	Estudante		Alabama	4
Shaya	http://your-personal-freakshow.tumblr.com	19	F			Colorado	9
	http://blissful-moontrip.tumblr.com	19	F	Estudante		Massachusetts	110
Elisa	http://theredbluebird.tumblr.com	21	F			Nova Iorque	19
	http://porchmoth.tumblr.com	21	F	Estudante		Geórgia	16
Jess	http://jrambophoto.tumblr.com	21	F	Fotógrafa e artista			4
James Edward Callahan	http://mycockspurtssoftdiamonds.tumblr.com	21	M	Artista plástico	Sim	Flórida	5
Joy	http://theopenocean.tumblr.com	22	F			Nova Hampshire	2
Sarah	http://skogs-sjel.tumblr.com	23	F			Colorado	22
Total							194

São dez blogueiros brasileiros, com idades entre 16 e 22 anos, quatro do gênero feminino e seis do masculino, com um total de 168 artigos publicados. Os dez americanos têm idades entre 16 e 23 anos, dividem-se entre oito do gênero feminino e dois do masculino, com um total de 194 artigos publicados.

É importante destacar que essas são as idades dos jovens em 2013 e que os jovens americanos publicaram conteúdo sobre o movimento Occupy Wall Street em 2011, quando tinham dois anos de idade a menos, mas mantendo-se dentro do recorte por idade.

5.3 PESQUISAS QUALITATIVA E COMPARATIVA

Cada estratégia adotada por um cientista social em sua pesquisa constitui uma forma de vincular ideias com evidências empíricas para produzir uma representação de algum aspecto da vida social, explica Ragin (2007).

Os métodos qualitativos são usados para estudar aspectos comuns de uma realidade, exigem análise exaustiva e se adaptam melhor aos fins que impliquem atenção a casos específicos. Os métodos comparativos estudam as diferenças, demandam análise detalhada e se aplicam melhor ao exame de padrões de similaridades e diferenças entre um número moderado de casos. Os métodos quantitativos devem ser usados para estudar as relações entre as variáveis, pedem análise geral e são mais adequados para a compreensão de padrões gerais entre muitos casos.

Em palestra sobre pesquisa com internet e novas mídias na Annenberg School for Communication and Journalism, o professor e pesquisador Dmitri Williams, especialista em pesquisas sobre os impactos sociais e econômicos das novas mídias, recomendou que estudos nessa área sejam realizados com combinações de metodologias. (informação verbal)¹⁷ Para alcançar os objetivos deste estudo e aceitando a recomendação do professor, utilizarei uma combinação de dois desses métodos: o qualitativo primeiro e, depois, o comparativo.

5.3.1 Pesquisa Qualitativa

Ragin (2007) diz que a pesquisa qualitativa é um processo de esclarecimento entre a imagem que o cientista faz do seu objeto de pesquisa e os conceitos que molduram a pesquisa. As imagens são construídas a partir dos casos, às vezes, buscando as semelhanças entre várias expressões do fenômeno que parecem estar dentro da mesma categoria geral. A indução analítica facilita o esclarecimento recíproco dos conceitos e das categorias, o que é uma característica essencial da pesquisa qualitativa.

Os marcos analíticos fluídos são muito comuns na pesquisa qualitativa. Em muitas ocasiões, quando começam sua pesquisa, os cientistas não sabem a que caso corresponde o fenômeno que estudam. Ragin (2007) explica que, o pesquisador qualitativo inicia o estudo com certo grau de flexibilidade a respeito do objeto e do que pode apreender dele. Ele começa selecionando casos e lugares relevantes para a pesquisa, depois identifica os conceitos-guia, esclarece os principais conceitos e categorias empíricas no curso da pesquisa e pode terminar o projeto elaborando um ou mais marcos analíticos.

Esse tipo de pesquisa permite, se necessário, descartar o conceito adotado e tentar desenvolver novos conceitos que permitam unificar melhor os membros da categoria. Permite ainda reduzir o alcance da categoria de fenômenos relevantes para o conceito e tentar conseguir um ajuste melhor da categoria com o conceito.

A pesquisa qualitativa depura os conceitos, componentes fundamentais do marco analítico, e as categorias empíricas, as quais agrupam manifestações similares dos fenômenos sociais, em um processo de via dupla. As duas atividades, a conceptualização e a categorização, andam juntas porque os conceitos definem as categorias e os membros de uma categoria exemplificam ou ilustram os conceitos com os quais podem se agrupar em categorias.

¹⁷ Informação obtida em aula da disciplina COMM 552 – Qualitative Methods, ministrada por Sarah Banet-Weiser, na Annenberg School for Communication and Journalism da University of Southern California, na primavera de 2013.

Os métodos qualitativos funcionam melhor também com o uso de técnicas que realcem os dados. Quando os dados são realçados, podemos observar certos aspectos fundamentais dos casos com maior clareza, podemos ver questões acerca dos objetos que podiam passar despercebidas. “Realzar los datos es esencial para conseguir un conocimiento en profundidad.” (RAGIN, 2007, p. 160)

Quando os investigadores qualitativos reúnem dados sobre muitas manifestações do fenômeno que estudam, concentram-se no que as diferentes manifestações têm em comum. A análise de múltiplas manifestações do mesmo fenômeno possibilita o aprofundamento e enriquecimento de uma representação.

Na pesquisa qualitativa, a busca de novidades do caso estudado termina quando as evidências recolhidas começam a se repetir. Não é possível determinar de antemão quantas manifestações de um caso devem ser analisadas para se chegar ao ponto de saturação.

A maioria dos investigadores sociais não aspira a conseguir correspondência perfeita com as categorias analíticas. Há muitas provas empíricas inexplicáveis que não correspondem a uma imagem específica, mas também não a contradizem. O objetivo, aqui, não é uma correspondência perfeita, mas uma depuração conceitual que proporcione uma compreensão mais profunda do objeto de pesquisa. Quanto maior é o esforço para explicar os casos negativos ou as provas empíricas contraditórias, mais profunda será a compreensão que se obtenha do objeto de pesquisa. A técnica de indução analítica favorece, dessa forma, o conhecimento em profundidade.

Os fins da pesquisa qualitativa “incluyen dar voz, interpretar la importancia histórica o cultural y hacer progresar la teoría.” (RAGIN, 2007, p.146) Quando o fim é valorizar a importância cultural ou histórica, seleciona-se um conjunto específico de acontecimentos da vida social. Quando se quer contribuir com a teoria, escolhem-se casos incomuns em algum sentido, os quais representam oportunidades especiais de elaborar novas ideias.

Na etapa qualitativa deste estudo, trabalhei de forma flexível com as grandes categorias – dimensões – analíticas retiradas do conceito de mídia cívica. Busquei deduzir a compreensão do objeto de pesquisa, os jovens blogueiros, utilizando o tipo ideal, mas retirando dele próprio o detalhamento de cada dimensão e, no final, depurando o conceito e criando condições para a indução. Considerando o trabalho com um tipo ideal e as características de pesquisas qualitativas, o objetivo desta etapa não foi encontrar correspondência perfeita entre a ação social do objeto e as dimensões analíticas adotadas.

Para realçar os dados e chegar a um conhecimento em profundidade, utilizei a técnica de análise de conteúdo.

5.3.1.1 Análise de conteúdo

“A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*.” (BARDIN, 1977, p. 31, grifo da autora) Desde que se começou a estudar comunicações e tentar compreendê-las para além de seus significados imediatos, a análise de conteúdo passou a ser muito útil.

Esse método reduz a incerteza sobre se a leitura que está sendo feita é válida e generalizável ao mesmo tempo em que a enriquece. Ela também tem duas funções que se complementam, a heurística, porque enriquece a tentativa exploratória, e a de administração de provas, porque suas hipóteses, que podem ser provisórias, exigem análise sistemática para serem verificadas. É a análise de conteúdo “para ver o que dá” e para “servir de prova”. (BARDIN, 1977, p. 30) A análise às cegas pode levar a novas hipóteses e a análise sob uma problemática teórica pode levar a novas interpretações.

Ela pode ser aplicada a mensagens de todas as formas de comunicação, independente dos suportes. É um método muito empírico que depende do tipo de “‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo.” (BARDIN, 1977, p. 31) Para a autora, tudo o que é comunicação é suscetível à análise de conteúdo. Quanto mais complexo é o código analisado – de ícones linguísticos à tridimensionalidade –, maior será o esforço do pesquisador.

Entre os domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo, estão a comunicação individual e a comunicação de massa – nesta pesquisa, estudo a autocomunicação de massa, conceito bastante recente que define uma convergência entre as duas anteriores. Em todos os domínios, podemos analisar os códigos e suportes linguístico (escrito e oral), icônico (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes etc) e outros códigos semióticos (o que não é linguístico, mas carrega significado, como a música).

Não há técnica pronta para a análise de conteúdo, somente algumas regras fundamentais e modelos desenvolvidos ao longo da história de sua aplicação. Ela deve ser reinventada a cada estudo. A principal orientação, nesse sentido, é de que ela é uma técnica de investigação que tem a finalidade de interpretar comunicações por meio de descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto. As regras de sua aplicação devem ser homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e adequadas ao conteúdo e ao objetivo.

Em uma análise categorial, o analista deve delimitar as unidades de codificação – a palavra, a frase, o minuto etc. A análise pode evoluir ainda para a estrutural, quando se definem subcódigos que criam relações entre as unidades.

A finalidade da análise de conteúdo é “*a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).*” (BARDIN, 1977, p. 38, grifo da autora) Assim, o analista infere conhecimentos, faz deduções lógicas, sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio e pode responder o que levou a um enunciado e quais suas consequências.

O fundamento da especificidade da análise de conteúdo está na articulação entre a superfície dos textos, descrita e analisada, e os fatores que determinaram essas características, deduzidos logicamente. Em resumo, análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 38, grifo da autora)

Em comparação com outros métodos baseados na linguística e na documentação, a análise de conteúdo estuda a prática da língua realizada por emissores identificáveis; considera as significações – o conteúdo – e sua forma e a distribuição dele; busca realidades através das mensagens; e visa o conhecimento de variáveis sociológicas, psicológicas, históricas, entre outras, por meio de um mecanismo de dedução baseado em indicadores construídos a partir de uma amostra de mensagens.

Bardin (1977) conta que, até a década de 1950, a análise de conteúdo era considerada um método quantitativo. Após muitos debates, metodologistas concordaram que ela pode ser aplicada com uma abordagem qualitativa porque é utilizada como um instrumento de diagnóstico para oferecer possibilidades de inferências específicas ou interpretações causais sobre um aspecto da orientação comportamental de um locutor.

Quando aplicada em uma abordagem qualitativa, a análise de conteúdo recorre a indicadores não frequenciais que permitam inferências. Nesse caso, o método é menos exato, mais intuitivo e também mais maleável e adaptável a índices não previstos. É válido, especialmente, na elaboração de deduções específicas sobre um fato ou uma variável de inferência precisa; funciona sobre corpos reduzidos; e estabelece categorias mais discriminantes.

É importante ressaltar aqui que a abordagem qualitativa não exclui a quantitativa. Ela considera apenas os índices de maneira não frequencial. Assim, o que a caracteriza é a inferência baseada na presença de índices, não na frequência da aparição deles. “[...] a característica da análise de conteúdo é a *inferência* (variáveis inferidas a partir de variáveis de inferência ao nível da mensagem), quer as modalidades de inferência se baseiem ou não, em indicadores quantitativos.” (BARDIN, 1977, p. 116, grifo da autora)

No entanto, há problemas que devem ser enfrentados. Ela apresenta problemas de pertinência de índices, levando ao risco de elementos importantes ficarem de lado ao mesmo tempo em que outros irrelevantes são considerados. Além disso, há risco de erro porque lidamos com elementos isolados ou com frequências fracas. O pesquisador corre o risco também de circularidade se não for tão maleável quanto os índices.

5.3.1.2 A análise

A pesquisa qualitativa foi realizada com o objetivo de “ver o que dá” e para “servir de prova”, como afirma Bardin (1977). Utilizei a técnica como um instrumento de diagnóstico baseado nas dimensões analíticas extraídas do tipo ideal – *mídia cívica* –, para compreender o encadeamento da ação comunicativa, as atitudes, de blogueiros brasileiros e americanos e suas causas.

A análise do conteúdo de um total de 362 artigos publicados por brasileiros, sobre os protestos no Brasil, e americanos, sobre o movimento Occupy Wall Street, na rede de blogs Tumblr, foi realizada com o auxílio do software ATLAS.ti 7. Esse software de análise de dados qualitativos permite extrair dados de documentos, categorizá-los, agregá-los e descobrir padrões com precisão e rapidez. No entanto, ele não fornece dados quantitativos, como as frequências de presença e ausência de dimensões analíticas.

Depois de organizados todos os documentos primários com o nome do blog e uma numeração sequencial em dois projetos – *Blogueiros Brasileiros* e *Blogueiros Americanos* –, passei à codificação dos códigos e suportes linguísticos de cada um.

Para isso, adotei como unidades de codificação textos (artigos, comentários, legendas), imagens (grafismos, fotos, cartuns, charges), vídeos (a maioria hospedada no Youtube) e links. Do tipo ideal, retirei as cinco dimensões analíticas (os códigos): troca de informação significativa; promoção de conectividade social; construção de perspectivas críticas; garantia de transparência e accountability; e fortalecimento da ação cidadã.

Essas categorias compõem a família Ideal. Considerando a possibilidade de encontrar conteúdos que não se enquadram nas categorias analíticas ideais, criei ainda a família Não ideal de categorias analíticas novas, encontradas ao longo da codificação. Além disso, a análise de conteúdo permite que várias dimensões (códigos) sejam aplicadas a uma mesma unidade de codificação.

Após a codificação, passei à descrição objetiva do conteúdo publicado, chegando à subcódigos a partir da sistematização desse conteúdo. Com esse material em mãos pude avaliar a presença ou a ausência de causas.

Já nesta etapa, utilizei a dicotomia presença-ausência – 1 é presença e 0, ausência – para analisar os dois projetos em substituição aos termos ocorrência e não ocorrência. Essa dicotomia é característica de pesquisas comparativas, simplificando a representação dos casos como configurações de causas, e acredito que usar essa técnica ainda na análise de conteúdo qualitativa cria condições afins para a pesquisa comparativa.

Na análise de causas, excluí dos estudos de dimensões, subdimensões e seus conteúdos a condição causal individualismo em rede. O fato de esses jovens terem compartilhado conteúdo sobre o movimento social por meio de uma ferramenta de autocomunicação de massa caracteriza a presença desse padrão cultural entre seus valores. Esse padrão encontra sua melhor forma de expressão na autocomunicação de massa, um sistema de comunicação caracterizado por autonomia, redes horizontais, interatividade e recombinação de conteúdo pela iniciativa do indivíduo e suas redes digitais. Ele é o padrão de sociabilidade na sociedade em rede.

A análise foi realizada separadamente em cada projeto, os quais apresento a seguir em trechos também distintos. Destaco também que tabelas e artigos dos jovens que autorizaram a pesquisa estão incluídos no estudo como anexos.

5.3.1.2.1 Projeto Blogueiros Brasileiros

Encontrei 168 artigos relativos aos protestos no Brasil publicados entre junho e julho de 2013 no conteúdo dos blogs dos dez jovens brasileiros.

Durante a análise, pude apreender algumas questões gerais, que, embora não sejam fundamentais ao estudo, são interessantes e até óbvias. Alguns blogueiros são mais ativos do que outros; o maior volume de publicações coincide com o período mais próximo à data de explosão dos protestos nas ruas – de meados ao final do mês de junho de 2013; e suportes linguísticos mais complexos, como vídeos, carregam mais dimensões analíticas.

Dos 168 artigos, 97 tinham notas. As notas, na rede de blogs Tumblr, referem-se a reblogadas, curtidas e comentários, inclusive com interface com outras plataformas, como Twitter e Facebook, indicando o potencial de interatividade de cada artigo. A frequência de notas registradas foi de uma a centenas de milhares em cada um desses artigos. O artigo que produziu maior interatividade tem 229.812 notas.

Após a organização e codificação, identifiquei que todas as cinco dimensões analíticas ideais aparecem no conteúdo produzido pelos jovens. Elas são, na verdade, as mais frequentes. Parte do conteúdo apresentou significados que exigiram novas dimensões. Cinco dimensões Não ideais foram criadas para codificá-lo: Sentimento de orgulho do movimento, Sentimento de solidariedade com os protestantes, Deslegitimação das instituições, Incitação à violência e Cute Cats (ver Anexo 1; Tabela 1).

A dimensão Cute Cats foi retirada da Cute Cat Theory, de Zuckerman (2012), apresentada no capítulo Juventude, Engajamento Cívico e Participação Pública.

Enquanto as dimensões analíticas ideais são epistemologicamente racionais, as não ideais são marcadas por irracionalidades, positivas e negativas: sentimentos de solidariedade, de afeto, de orgulho, ironia, desconfiança e violência.

Após o processo de codificação, passei à descrição do conteúdo publicado e o organizei em subcódigos. Dessa forma, produzi mais precisão às dimensões analíticas (ver Anexo 1; Tabela 2). Encontrei os seguintes subcódigos:

- Construção de perspectivas críticas: Crítica ao sistema social, Crítica ao estado, Afirmação da mudança, Questionamento do movimento;
- Fortalecimento da ação cidadã: Protagonismo popular, Mobilização popular, Afirmação da mudança, Reinvidicação, Desobediência civil;
- Garantia de transparência e accountability: Soberania popular, Estado, Agentes públicos, Corrupção, Políticas públicas, Ação policial;
- Promoção de conectividade social: Mobilização coletiva, Entre gerações, Redes digitais;
- Troca de informação significativa: Mobilização, Informações políticas;
- Cute Cats: Humor, Animais de estimação;
- Deslegitimação das instituições: Desconfiança;
- Incitação à violência: Ação violenta do estado, Ação revolucionária violenta;
- Sentimento de orgulho do movimento: Entusiasmo; e
- Sentimento de solidariedade com os protestantes: Solidariedade.

Descrito o conteúdo, pude passar à identificação da presença e da ausência das condições causais – consumo de marcas, cosmopolitismo e multiculturalismo. A dicotomia presença ausência foi aplicada ao conteúdo detalhado. Após esse processo, resumi a presença e a ausência das causas por subcódigos, determinando presença e ausência com a consideração de ocorrência ou não das causas nos grupos de conteúdo contidos nos subcódigos (ver Anexo 1; Tabela 3).

O cosmopolitismo é a única dimensão que não apresenta presença ou ausência em todas as dimensões. No entanto, sua presença é significativa em seis dimensões, o que não permite sua exclusão.

Assim, cheguei à identificação do encadeamento da ação dos blogueiros brasileiros com o fim de engajamento cívico e participação pública e sua configuração causal. Ele é marcado por dez atitudes: Construção de perspectivas críticas, Fortalecimento da ação cidadã, Garantia de transparência e accountability, Promoção da conectividade social, Troca de informação significativa, Cute Cats, Deslegitimação das instituições, Incitação à violência, Sentimento de orgulho do movimento, e Sentimento de solidariedade com os protestantes.

As condições causais são compostas por individualismo em rede – dimensão inerente à ação, como expliquei anteriormente –, cosmopolitismo e multiculturalismo. Não há sequer uma ocorrência da causa consumo de marcas (ver Anexo 1; Tabela 4).¹⁸

Resumindo, posso dizer que os blogueiros brasileiros analisados usaram ferramentas de autocomunicação de massa com o fim de engajamento cívico e participação pública durante os protestos no Brasil em 2013, utilizando o encadeamento marcado pelas dimensões analíticas encontradas, como expressão dos valores de individualismo em rede, cosmopolitismo e multiculturalismo que carregam (ver Anexo 1; Tabela 5).

5.3.1.2.2 Projeto Blogueiros Americanos

Encontrei 194 artigos relativos ao movimento Occupy Wall Street publicados entre setembro e outubro de 2011 no conteúdo dos blogs dos dez jovens americanos.

A produção de conteúdo dos blogueiros americanos é muito semelhante a dos brasileiros. Repetem-se nesse projeto as questões gerais que apreendi na análise dos brasileiros, e os resultados fundamentais à pesquisa também são muito parecidos.

¹⁸ As tabelas de configurações causais que elaborei seguem o modelo apresentado em RAGIN, Charles C. *La Construcción de la Investigación Social: introducción. a los métodos y su diversidad*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 2007. p. 194.

Dos 194 artigos, 127 tinham notas. A frequência de notas registradas também vai de uma a centenas de milhares em cada um desses artigos. O artigo que produziu maior interatividade tem 233.367 notas.

Após a organização e codificação, todas as cinco dimensões analíticas ideais aparecem no conteúdo produzido pelos jovens, e elas são as mais frequentes.

Cinco dimensões Não ideais foram criadas: Sentimento de medo da violência policial, Sentimento de orgulho do movimento, Deslegitimação das instituições, Incitação à violência e Cute Cats, nesse caso, marcadas por sentimentos de orgulho, de medo, ironia, desconfiança e violência (ver Anexo 1; Tabela 6).

Após o processo de codificação, passei à descrição do conteúdo publicado e o organizei em subcódigos (ver Anexo 1; Tabela 7). Encontrei os seguintes subcódigos:

- Construção de perspectivas críticas: Crítica ao sistema social, Crítica ao estado, Afirmação da mudança, Afirmação de valores da nação, Questionamento do movimento;
- Fortalecimento da ação cidadã: Protagonismo popular, Mobilização popular, Afirmação da mudança, Reinvidicação, Desobediência civil;
- Garantia de transparência e accountability: Estado, Agentes públicos, Corrupção, Políticas públicas, Ação policial;
- Promoção de conectividade social: Mobilização coletiva, Entre gerações, Redes digitais;
- Troca de informação significativa: Mobilização, Informações políticas;
- Cute Cats: Humor;
- Deslegitimação das instituições: Desconfiança;
- Incitação à violência: Ação revolucionária violenta;
- Sentimento de orgulho do movimento: Entusiasmo; e
- Sentimento de medo da violência policial: Medo.

Descrito o conteúdo, pude passar à identificação da presença e da ausência das condições causais – consumo de marcas, cosmopolitismo e multiculturalismo. A dicotomia presença ausência foi aplicada ao conteúdo detalhado.

Após esse processo, resumi a presença e a ausência das causas por subcódigos, determinando presença e ausência com a consideração de ocorrência ou não das causas nos grupos de conteúdo contidos nos subcódigos.

O cosmopolitismo é a única dimensão que não apresenta presença ou ausência em todas as dimensões. No entanto, sua presença é significativa em quatro dimensões, o que não permite sua exclusão.

Assim, também cheguei à identificação do encadeamento da ação dos blogueiros americanos com o fim de engajamento cívico e participação pública e sua configuração causal. Ele é marcado por dez dimensões: Construção de perspectivas críticas, Fortalecimento da ação cidadã, Garantia de transparência e accountability, Promoção da conectividade social, Troca de informação significativa, Cute Cats, Deslegitimação das instituições, Incitação à violência, Sentimento de orgulho do movimento, e Sentimento de medo da violência policial (ver Anexo 1; Tabela 8).

As condições causais são compostas por individualismo em rede, cosmopolitismo e multiculturalismo. Não há sequer uma ocorrência da causa consumo de marcas (ver Anexo 1; Tabela 9).

Resumindo, posso dizer que os blogueiros americanos analisados usaram ferramentas de autocomunicação de massa com o fim de engajamento cívico e participação pública durante o movimento Occupy Wall Street, utilizando o encadeamento marcado pelas dimensões analíticas encontradas, como expressão dos valores de individualismo em rede, cosmopolitismo e multiculturalismo que carregam (ver Anexo 1; Tabela 10).

Com as descrições de brasileiros e americanos à mão, passei à comparação das causas das atitudes que os levam ao engajamento cívico e à participação pública.

5.3.2 Pesquisa Comparativa

Como vimos, entre um extremo, a pesquisa qualitativa de poucos casos, e outro extremo, a pesquisa quantitativa de muitos casos, está a pesquisa comparativa. O estudo comparativo das diferenças de um número moderado de casos consegue um equilíbrio entre o conhecimento em profundidade dos casos e o conhecimento geral que proporciona as relações entre as variáveis.

Na pesquisa qualitativa, a ênfase está em delimitar melhor uma categoria e enriquecer sua representação, enquanto na comparativa a ênfase está em usar os contrastes entre os casos para aprofundar a compreensão da diversidade existente entre eles. A pesquisa comparativa tem os objetivos de explorar as diferenças, interpretar a relevância cultural ou histórica de um fato e contribuir para a teoria.

Os cientistas que usam o método comparativo examinam padrões de semelhanças e diferenças. Com o estudo das similaridades e diferenças, a pesquisa social conecta o indivíduo à sociedade e as sociedades entre si. “Sin conectar lo particular y lo general, lo ‘social’ desaparecería de la investigación social.” (RAGIN, 2007, p. 197)

Da mesma forma que os pesquisadores qualitativos, os comparativos querem saber como as diferentes partes de cada aspecto relevante para a investigação correspondem-se entre si. Buscam dar sentido a cada um dos casos. Assim, o conhecimento de cada caso é considerado um fim importante para a pesquisa comparativa, independentemente de qualquer fim que seja buscado. Para isso, estudam um número moderado de casos – entre alguns poucos e cerca de 50. Esse número deve ser limitado porque uma das preocupações desse tipo de pesquisa é chegar à familiarização com cada caso incluído no estudo.

Marcos teóricos flexíveis são habituais também nas pesquisas comparativas, especialmente quando o fim é dar sentido a uma variedade de casos diversos, e são úteis em estudos que pretendem explorar as diferenças ou construir nova teoria. “Un marco flexible le muestra al investigador donde mirar y que tipo de factores debe buscar, sin construir hipótesis específicas acerca de la relación entre factores.” (RAGIN, 2007, p. 133)

O enfoque comparativo pode ser aplicado a muitos tipos de casos. É importante que os casos sejam comparáveis e compartilhem seu pertencimento a uma categoria definida empiricamente que seja relevante. O pesquisador começa normalmente com uma boa ideia de qual é a categoria maior que engloba os casos incluídos no estudo porque o normal é que essa categoria já tenha sido especificada anteriormente.

Os métodos comparativos são usados para estudar configurações, as quais são combinações de atributos comuns a um número de casos. O exame de padrões de diferenças implica na busca das combinações de condições que distinguem as categorias dos casos. Com esse exame, os cientistas buscam a uniformidade dentro das categorias e o contraste entre categorias a partir das combinações de condições que permitam criá-las. Assim, a pesquisa comparativa dá ênfase à análise das configurações de condições causais, e seu fim é determinar as combinações de condições causais que diferenciam entre si os casos.

Cada caso, nesse tipo de pesquisa, é compreendido como uma combinação de condições causais que se vinculam a um resultado concreto. Por isso, a seleção do resultado que deve ser estudado e a especificação das condições causais relevantes para a produção desse resultado são partes importantes e cruciais de uma pesquisa comparativa.

Para especificar as causas, o pesquisador deve estar familiarizado com a literatura de pesquisa sobre o resultado de seus casos e com os casos incluídos em seu estudo. Nessa fase inicial da pesquisa, o cientista explora as conexões entre o pensamento sociocientífico e as provas empíricas disponíveis. Esses exames iniciais lhe ajudam a esclarecer a natureza do resultado que deve ser estudado e a realizar uma especificação das causas relevantes.

Conforme Ragin (2007) há quatro características gerais da análise comparativa:

- A análise comparativa é a comparação de configurações de causas e não a associação da presença ou ausência de cada condição causal à presença ou ausência do resultado;

- O enfoque comparativo permite a possibilidade de que haja várias combinações de condições que gerem o mesmo resultado geral;

- Os métodos comparativos podem abordar a complexidade e padrões aparentemente contraditórios de causação. Uma condição causal é importante como condição, tanto quando está presente, quando não, porque aparece em ambas as configurações, mas contribui ao resultado de maneiras opostas; e

- O enfoque comparativo pode eliminar as causas irrelevantes. Uma condição causal é eliminada como condição causal determinante. Ainda que se tenha considerado como um fator possível no início do estudo, o exame de similaridades e diferenças pode mostrar que uma causa não é um componente essencial de nenhuma das combinações causais principais.

Os métodos comparativos usam ainda o que os cientistas sociais chamam de dicotomias presença-ausência. O uso dessas dicotomias simplifica a representação dos casos como configurações de causas.

O número de condições causais determina o número de combinações de condições causais que são possíveis. Seleccionadas as condições causais, os casos que se ajustam a cada uma das combinações de condições são examinados para ver se coincidem em resultados. Identificado um conjunto satisfatório de condições causais para um resultado concreto, as provas empíricas existentes sobre os casos podem ser representadas em uma tabela.

O uso de tabelas da verdade facilita a análise dos padrões de semelhanças e diferenças. O primeiro passo para elaborar uma tabela da verdade é simplesmente enumerar as provas empíricas acerca dos casos em forma de uma tabela de dados. São os passos da comparação:

- Seleccionar as condições causais e os resultados, usando as obras acadêmicas científicas existentes e o conhecimento substantivo para guiar a seleção;

- Construir uma tabela de dados ordenada que mostre as pontuações dos casos para cada condição causal e os resultados correspondentes de suas combinações;

- Construir uma tabela da verdade a partir da tabela de dados, assegurando-se de que os resultados dos casos com as mesmas condições causais tenham realmente o mesmo valor;

- Comparar as filas da tabela da verdade e simplifica-las, eliminando uma condição por vez a cada par de filas; e

- Avaliar quais são os casos cobertos pelos termos simplificados para ver se existe algum termo redundante que possa ser eliminado.

5.3.2.1 A comparação

Iniciei a pesquisa comparativa dos blogueiros brasileiros e dos blogueiros americanos com a aplicação da dicotomia presença-ausência em uma tabela de comparação das dimensões analíticas ideais e não ideais encontradas na realidade. Inseri todas as dimensões encontradas nos dois projetos – Blogueiros Brasileiros e Blogueiros Americanos (ver Anexo 2, Tabela 11).

As largas semelhanças observadas livremente ao longo da pesquisa qualitativa e encontradas já na primeira comparação da pesquisa comparativa, levaram-me a eliminar as diferenças e considerar as semelhanças. As diferenças se referem a questões tão pontuais que tornariam os resultados da pesquisa insignificantes.

Todas as dimensões oriundas do tipo ideal foram encontradas na ação real em ambos os projetos. Elas aparecem em frequência absolutamente maior em todo o conteúdo, como vimos na pesquisa qualitativa.

Entre as dimensões da família Não Ideal, a dimensão Sentimento de solidariedade com os protestantes aparece em um comentário de um artigo do conteúdo de uma blogueira brasileira, e a dimensão Sentimento de medo da violência policial aparece em um comentário de um artigo do conteúdo de uma blogueira americana. Diante dos fatos de essas duas dimensões apresentarem presença muito baixa, não terem recebido notas – tiveram interatividade nula – e não se repetirem nos dois projetos, eliminei-as.

Entre os subcódigos, apenas quatro de um total de 50 nos dois projetos, não se repetem no conteúdo dos jovens dos diferentes países. São eles: Afirmação de valores da nação, no código Construção de perspectivas críticas, no projeto Blogueiros Americanos; e Soberania popular, no código Garantia de transparência e accountability, Animais de estimação, no código Cute Cats, e Ação violenta do estado, no código Incitação à violência, no projeto Blogueiros Brasileiros.

O subcódigo Animais de estimação ocorre em dois artigos de blogueiros brasileiros, e o subcódigo Ação violenta do estado ocorre em um comentário de um blogueiro brasileiro. Assim, como na eliminação de códigos, diante da presença muito baixa desses subcódigos e o fato de não se repetirem nos dois projetos, eliminei-os.

Os subcódigos Afirmação de valores da nação, no projeto Blogueiros Americanos, e Soberania popular, no Blogueiros Brasileiros, também foram eliminados. Ambos não se repetem entre os dois projetos, mas, mais importante, estão incluídos em códigos que tem

dicotomias presença-ausência de condições causais muito claras – a condição causal multiculturalismo –, não representando uma contradição e não afetando o resultado.

As ações do tipo ideal são completamente racionais, enquanto as ações encontradas na realidade são marcadas por irracionalidades, positivas e negativas: sentimentos orgulho, desconfiança e violência.

Assim, chego a uma tipologia do encadeamento da ação comunicativa dos blogueiros brasileiros e americanos analisados, realizada por meio das ferramentas de autocomunicação de massa com fim de engajamento cívico e participação pública nos protestos no Brasil e no movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos. O encadeamento significativo da ação deles ocorre por meio de:

- Construção de perspectivas críticas: eles criticam o sistema social como um todo, criticam seus Estados e afirmam a necessidade de mudança, mas não deixam de questionar o movimento, seus métodos, intenções e possibilidades de resultados;

- Fortalecimento da ação cidadã: dimensão mais frequente nos dois projetos, é marcada pelo destaque ao protagonismo popular, pela importância da mobilização popular, pela promoção da necessidade de mudança, por reivindicações de diferentes decisões por governos e Estados e pela defesa da desobediência civil;

- Garantia de transparência e accountability: eles exigem mais transparência do Estado e dos agentes públicos, denunciam a corrupção, exigem melhores políticas públicas, indignam-se, registram e denunciam a violência das instituições estatais, especialmente, das polícias, e querem políticas de acordo com os interesses e necessidades do povo;

- Promoção da conectividade social: eles divulgam o movimento e chamam para a mobilização coletiva; promovem com veemência a conectividade entre gerações e estimulam a criação e ampliação de redes sociais digitais;

- Troca de informação significativa: eles divulgam agendas de mobilizações, dão dicas de ação e trocam informações políticas, como o que saiu na grande mídia e como denunciar abusos policiais, por exemplo;

- Cute Cats: humor, principalmente, refere os movimentos, aparecendo em cartuns, fotografias e até citação de conteúdo da grande mídia;

- Deslegitimação das instituições: a desconfiança nos políticos é recorrente;

- Incitação à violência: esses jovens, em alguns momentos, afirmam a necessidade de uma ação revolucionária violenta; e

- Sentimento de orgulho do movimento: o entusiasmo e sentimento ao pertencimento de um povo que vai à luta é presente.

Com essa explicação do encadeamento das ações comunicativas desses jovens, concluo a etapa de análise do tipo ideal e passo à análise das suas causas utilizando essa nova tipologia.

Estabeleci quatro condições causais para este estudo a partir da pesquisa teórica. Tratam-se dos padrões culturais da sociedade em rede: individualismo em rede, consumo de marcas, cosmopolitismo e multiculturalismo.

Como avalei anteriormente, a causa individualismo em rede está presente em ambos os projetos pelo simples fato de os jovens usarem ferramentas de autocomunicação de massa. Assim como não a incluí na análise de conteúdo, considero desnecessário também incluí-la nas tabelas de comparação.

Em uma análise exploratória das tabelas de causas, decidi excluir a condição causal consumo de marcas. Como ela está totalmente ausente em ambos os projetos, não aparece sequer em algum subcódigo, não faz sentido incluí-la na comparação.

Assim, passo à comparação dos padrões multiculturalismo e cosmopolitismo, para finalizar a comparação. A condição causal multiculturalismo também tem presença em todas as dimensões de análise nos dois projetos (ver Anexo 2, Tabela 12).

O cosmopolitismo é a única dimensão que não apresenta presença ou ausência em todas as dimensões (ver Anexo 2, Tabela 13). No entanto, ela ocorre semelhantemente nos dois projetos. Ambos apresentam a presença da causa nas dimensões Construção de perspectivas críticas, Fortalecimento da ação cidadã, Promoção da conectividade social e Incitação à violência. Eles também têm as mesmas relações com esse padrão cultural, apresentando ausência da causa, nas dimensões Garantia de transparência e accountability, Deslegitimação das instituições, Sentimento de orgulho do movimento.

As únicas dimensões que apresentam relações diversas são Troca de informação significativa e Cute Cats. Na dimensão Troca de informação significativa, há dicas entre os brasileiros de como garantir transparência aos protestos e, no caso da dimensão Cute Cats, há uma referência aos direitos dos animais em um artigo de uma blogueira brasileira.

De qualquer forma, em uma simplificação da tabela, a condição causal está presente em parte significativa do conteúdo, não podendo ser eliminada, como ocorreu nos dois projetos na pesquisa qualitativa.

Assim, cheguei à identificação de condições causais e sentido da ação – causas e fins. Os fins de engajamento cívico e participação pública das ações comunicativas dos jovens analisados têm como causas o conjunto de valores individualismo em rede, cosmopolitismo e multiculturalismo (ver Anexo 2, Tabela 14).

6 JOVENS BRASILEIROS E AMERICANOS E O POTENCIAL DE COMPARTILHAMENTO DE PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO

A diversidade e a fragmentação culturais são regra na sociedade em rede. A integração só pode ocorrer com o compartilhamento de protocolos de comunicação que produzam inteligibilidade entre os atores sociais nessa estrutura social global dependente de processos comunicativos. Autores como Castells (2009) e Jenkins (2006) concordam que a questão fundamental é compreendermos como identidades culturais específicas se comunicam nesse contexto e que essa tarefa exige pesquisas empíricas.

Apesar das profundas diferenças estabelecidas pelas geografias, pelas origens e pelas trajetórias sociais, políticas e econômicas dos povos de Brasil e Estados Unidos, a principal questão deste estudo é a proposição de que, na sociedade em rede global, jovens oriundos de diferentes culturas nacionais, como os brasileiros e os americanos, usam ferramentas de autocomunicação de massa em diferentes movimentos sociais em rede compartilhando protocolos de comunicação semelhantes com o fim de engajamento cívico e participação pública.

Na busca da compreensão interpretativa da ação social desses jovens, com suas explicações de causas, curso e efeitos, identifiquei que os jovens estudados têm a habilidade de gerar protocolos de comunicação entre os padrões culturais da sociedade em rede. A análise de suas atitudes mostra que há possibilidades de interação entre esses agentes de diferentes culturas, participantes de processos comunicativos específicos de movimentos sociais em rede de suas sociedades.

A sociedade em rede tem sua estrutura social constituída por redes de atores sociais viabilizadas por tecnologias da informação e da comunicação baseadas na microeletrônica e em processamento digital. Atividades humanas das mais diversas e atores sociais de todos os tipos organizam-se nessas redes.

Para estudar o compartilhamento de protocolos de comunicação pelas pessoas em práticas de engajamento cívico e de participação pública com o uso dessas tecnologias, focar na juventude é uma escolha estratégica. Os jovens são os primeiros a adotar as novidades tecnológicas e as usam massivamente – os censos periódicos realizados pelo mundo registram o crescimento constante do uso da internet por populações das mais diferentes demografias, especialmente entre as faixas etárias mais novas.

Por outro lado, empreender estudos da juventude da atualidade para compreender suas formas de ação significa considerar a presença da tecnologia, das novas mídias, nas interações

de seus contextos de vivência cotidianos e considerar a estrutura social na qual ela está inserida, composta por estruturas nacionais sobrepostas pela global. Quando observamos as redes sociais digitais dos jovens, identificamos que eles as compõem também formando grupos de sua geração.

Além disso, a teoria da socialização política indica que o período dos 14 aos 25 anos é o de mais intenso aprendizado de habilidades políticas na vida dos indivíduos. Nesse período, escola, grupos de amigos, mídia e eventos são agências proeminentes de socialização política, acompanhando as mudanças sociais e psicológicas pelas quais eles estão passando. Os indivíduos que estão agora nessa faixa etária constituem justamente a primeira geração de nativos digitais.

Os jovens estão geralmente envolvidos em atividades de cultura participativa *online* e são os primeiros a aplicar suas expectativas e práticas em temas cívicos e políticos. Estudiosos desses nativos digitais identificam que a interação com as novas mídias e as ferramentas de comunicação digitais faz com que desenvolvam comportamentos e atitudes comuns por todo o globo. Esses teóricos compartilham o entendimento de que a geração nascida a partir do final dos anos 1970 carrega padrões de sociabilidade, cognição e valores distintos das gerações da era pré-digital. Eles são mais horizontais, interativos, participativos, abertos, colaborativos e mutuamente influentes, com tendência a orientações coletivistas.

É isso que mostram os atores sociais avaliados nessa pesquisa: os dez blogueiros brasileiros, com idades entre 16 e 22 anos, e os dez americanos, com idades entre 16 e 23 anos, que tiveram os artigos que publicaram em seus blogs analisados.

A reconstrução do encadeamento significativo do processo de ação deles levou à compreensão das ações dos dois grupos de indivíduos, possibilitando mais adiante a comparação entre eles. Suas ações são os usos de ferramentas de autocomunicação de massa, com as publicações de artigos em blogs da rede de blogs Tumblr, sobre movimentos sociais em rede de Brasil e Estados Unidos: os protestos no Brasil, em junho e julho de 2013, e o movimento Occupy Wall Street, em setembro e outubro de 2011.

Posso considerar que eles praticaram ação social, mesmo que seus blogs sejam individuais, porque é inerente à ação comunicativa por meio das redes digitais a consideração do comportamento dos outros – os amigos, os seguidores, os demais blogueiros –, no que se refere ao sentido visado por cada agente. O participante de uma rede desse tipo interage e espera interação: quanto mais compartilhadas, curtidas ou comentários, maior é o sucesso de sua ação.

De fato, há regularidades de conduta nessas ações comunicativas, realizadas por meio de códigos linguísticos que refletem as relações desses jovens com seus mundos objetivo, social e subjetivo. Elas têm caráter coletivo porque múltiplos indivíduos agem significativamente de maneira parecida, elas constituem uma relação social genuína, na qual os agentes se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações.

Isso fica claro quando se verifica a quantidade de notas nos artigos publicados. As notas, na rede de blogs Tumblr, referem-se a reblogadas, curtidas e comentários, inclusive com interface com outras plataformas, como Twitter e Facebook, indicando o potencial de interatividade de cada publicação. A frequência de notas registradas nos artigos de brasileiros e americanos foi de uma a centenas de milhares. Dos 168 artigos publicados pelos brasileiros, 97 tinham notas, e o artigo que produziu maior interatividade tinha 229.812 notas. Entre os americanos, dos 194 artigos publicados, 127 tinham notas, e o artigo que produziu maior interatividade tinha 233.367 notas. A interatividade aqui indica uma relação social, mesmo que específica dos meios digitais, massiva e de potencial exponencial.

A ação ideal típica estabelecida, social e racional, poderia apresentar em seu curso troca de informação significativa, promoção da conectividade social, construção de perspectivas críticas, garantia de transparência e *accountability* ou fortalecimento da ação cidadã com o fim de ampliar o engajamento cívico e a participação pública.

Os blogueiros brasileiros empreendem sua ação por meio de dez atitudes. Eles encadeiam todas as cinco atitudes previstas no tipo ideal nos seguintes termos:

- Constroem perspectivas críticas criticando o sistema social e o estado, afirmando a mudança e questionando o próprio movimento;
- Fortalecem a ação cidadã defendendo o protagonismo popular e a mobilização popular, afirmando a necessidade da mudança, fazendo reivindicações e promovendo a desobediência civil;
- Garantem transparência e *accountability* pedindo reconhecimento da soberania popular e melhores políticas públicas, denunciando a corrupção, exigindo estado e agentes públicos mais transparentes e monitorando e denunciando a ação policial;
- Promovem a conectividade social chamando para a mobilização coletiva, aproximando gerações e promovendo redes sociais digitais; e
- Trocam informação divulgando mobilizações e diversos tipos de informações políticas.

No entanto, outras cinco atitudes também são encontradas entre eles:

- Usam Cute Cats, publicando conteúdo com humor, com seus animais de estimação;
- Deslegitimam as instituições, declarando sua desconfiança na política, nos políticos, nos governos;

- Incitam a violência, sugerindo reação violenta do estado contra protestantes violentos e defendendo a ação revolucionária violenta;

- Têm sentimento de orgulho do movimento, demonstrando entusiasmo; e

- Têm sentimento de solidariedade com os protestantes, comovendo-se com a violência a que se submetem.

Lembro aqui que a estratégia Cute Cats refere-se à teoria de Zuckerman (2012), o qual defende que a publicação de conteúdo cotidiano, como fotos de bebês e de animais de estimação, por pessoas inexperientes produz uso massivo da internet e dificuldades para seu controle por governos repressivos, por exemplo.

Entre os blogueiros americanos, também se encontram dez ações, com destaque também para as cinco atitudes ideais, como detalhado abaixo:

- Constroem perspectivas críticas criticando o sistema social e o estado, afirmando a mudança, afirmando os valores da nação e questionando o próprio movimento,

- Fortalecem a ação cidadã defendendo o protagonismo popular e a mobilização popular, afirmando a necessidade da mudança, fazendo reivindicações e promovendo a desobediência civil;

- Garantem transparência e *accountability* pedindo melhores políticas públicas, denunciando a corrupção, exigindo estado e agentes públicos mais transparentes e monitorando e denunciando a ação policial;

- Promovem a conectividade social chamando para a mobilização coletiva, aproximando gerações e promovendo as redes sociais digitais; e

- Trocam informação significativa divulgando mobilizações e diversos tipos de informações políticas.

Há também cinco atitudes encontradas na realidade:

- Usam Cute Cats, publicando conteúdo com humor;

- Deslegitimam as instituições, declarando sua desconfiança nos políticos;

- Incitam a violência, defendendo a ação revolucionária violenta;

- Têm sentimento de orgulho do movimento, demonstrando entusiasmo; e

- Têm sentimento de medo da violência policial, expressando medo de participar.

Durante a identificação do encadeamento da ação de blogueiros brasileiros e americanos, realizada separadamente, encontrei duas únicas diferenças que, apesar de

pequenas em ocorrência, chamam a atenção por seus significados. Jovens brasileiros referem-se mais à afirmação da soberania popular do que os americanos, e esses últimos, afirmam os valores fundadores da nação, conteúdo ausente nas publicações dos brasileiros.

Acredito que os brasileiros estejam afirmando e exigindo soberania popular, entre as outras manifestações, porque sentem o peso do patrimonialismo estamental na relação do estado brasileiro com os cidadãos. Essa forma de poder entrincheirada no estado e materializada em um quadro administrativo, identificada por Faoro (1975), esteve sempre presente no molde comercial da atividade econômica brasileira: incentiva, por um lado, o setor especulativo da economia, e por outro, o desenvolvimento econômico sob o mando político, invadindo as esferas econômica, política e financeira. É um aparelhamento político que impera, rege e governa a sociedade em nome próprio, não se converte em governo da soberania popular, ajusta-se a autocracia com técnicas democráticas. É possível que a maioria desses jovens não conheça essa teoria, mas provavelmente a percebem na realidade.

Enquanto os americanos, também entre as outras manifestações, afirmam os valores fundadores da nação, num movimento de certa forma conservador. A América, como afirma Baker (2005), é uma sociedade diferente das outras porque sua fundação não está baseada num patrimônio cultural compartilhado enraizado em ancestralidade, história, religião e língua comuns, ela é, na realidade, baseada em um conjunto de ideias e valores, tendo a religião como força de legitimação e integração. Dessa forma, a perda de valores é uma ameaça à religião civil, uma ameaça direta ao núcleo ideológico do país. Além disso, alguns desses valores, como igualdade, liberdade e democracia, descritos por Tocqueville (2012), mesmo que marcantes da fundação do país, continuam vivos nas utopias da humanidade e são ameaçados, segundo esses jovens, por crise econômica, pelo poder das corporações e pela ação repressiva da polícia, por exemplo.

6.1 A AÇÃO COMPARTILHADA

6.1.1 A tipologia da ação

Com a compreensão das ações sociais e sua comparação, cheguei a um encadeamento comum da ação comunicativa dos blogueiros brasileiros e americanos analisados, realizada por meio das ferramentas de autocomunicação de massa com fim de engajamento cívico e participação pública nos protestos no Brasil e no movimento Occupy Wall Street nos Estados

Unidos. O encadeamento significativo da ação deles permite ainda a elaboração de uma tipologia. Com a publicação de conteúdos em seus blogs, esses jovens agem por meio de:

- Construção de perspectivas críticas: criticam o sistema social como um todo, criticam seus Estados e afirmam a necessidade de mudança, mas não deixam de questionar o movimento, seus métodos, intenções e possibilidades de resultados;

- Fortalecimento da ação cidadã: dimensão mais frequente no conteúdo compartilhado, é marcada pelo destaque ao protagonismo popular, pela importância da mobilização popular, pela promoção da necessidade de mudança, por reivindicações de diferentes decisões por governos e Estados e pela defesa da desobediência civil;

- Garantia de transparência e *accountability*: exigem mais transparência do Estado e dos agentes públicos, denunciam a corrupção, exigem melhores políticas públicas, indignam-se, registram e denunciam a violência das instituições estatais, especialmente, das polícias, e querem políticas de acordo com os interesses e necessidades do povo;

- Promoção da conectividade social: divulgam o movimento e chamam os outros e o outro para a mobilização coletiva, promovem com veemência a conectividade entre gerações e estimulam a criação e ampliação de redes sociais digitais;

- Troca de informação significativa: divulgam agendas de mobilizações, dão dicas de ação e trocam informações políticas, como o que saiu na grande mídia e como denunciar abusos policiais, por exemplo;

- Cute Cats: humor, principalmente, refere os movimentos, aparecendo em cartuns, fotografias e até citação de conteúdo da grande mídia;

- Deslegitimação das instituições: a desconfiança nos políticos é recorrente;

- Incitação à violência: em alguns momentos, afirmam a necessidade de uma ação revolucionária violenta; e

- Sentimento de orgulho do movimento: o entusiasmo e sentimento de pertencimento de um povo que vai à luta é presente.

O sentido, o fim da ação, desses jovens se manifesta nas ações concretas de publicação de conteúdo e é marcado profundamente por racionalidade. Há pouco conteúdo de expressão de irracionalidades, mesmo entre as ações não previstas como ideais. As poucas irracionalidades das ações encontradas na realidade são marcadas por sentimentos positivos e negativos: entusiasmo, desconfiança e violência.

Seus atos não são isolados, de fato, apresentam a sequência de elos significativos que vimos acima. Os nexos entre esses elos constituem o processo de ação deles como uma unidade, o meio para alcançar o fim de engajamento cívico e participação pública.

E mais: o objetivo deles é o de engajamento cívico e de participação pública nos movimentos sociais em rede de seus países, movimentos de esfera pública híbrida – digital e com ocupação do espaço público urbano. Sua ação começa com a publicação do conteúdo em seus blogs, mas entra em um círculo virtuoso de ação: do digital para as ruas e das ruas novamente para o digital, ampliando engajamento e participação e alimentando ações e relações sociais neles.

O novo paradigma de engajamento cívico para esses jovens, emergente nessa nova esfera pública, é o da cidadania efetivada proposta por Bennett, Wells e Freelon (2011): a que parte da valorização de se ter a voz como membro de um grupo e observar temas e autoridades públicas. Eles têm as redes de pares que reúnem informações e organizam a ação cívica usando as tecnologias de comunicação e maximizando a expressão individual, iniciando o processo com o compartilhamento de conteúdo.

Dessa maneira também se caracteriza sua política participativa. Eles agem baseados na interação com grupos de outros jovens, manifestando-se sobre as questões de interesse público. Em seus blogs, promovem a interação política com outros jovens, escrevem e compartilham comentários, reblogam vídeos e imagens. A circulação da informação política é alta, como podemos ver no volume de notas que expressa essa interatividade.

Esses jovens usufruem do espaço de autonomia comunicativa de que dispõem. Eles produzem e compartilham conteúdo independentemente das redes dominantes de poder, como o estado e a mídia. De fato, criticam ambas.

6.1.2 As causas da ação

Se sociedades são organizações sociais feitas de valores e normas materializados em instituições e projetos, a estrutura social global que se sobrepõe às regionais, nacionais e locais onde estão inseridos esses jovens, tem seus padrões culturais. Castells (2009) propõe que a dimensão cultural do processo de transformação multidimensional da comunicação nessa nova sociedade ocorre entre duas tendências: o desenvolvimento paralelo de uma cultura global, a globalização, e identidades culturais múltiplas, a identificação, e o aparecimento simultâneo do individualismo e do comunitarismo.

Na intersecção desses padrões, estão o consumo de marcas, processo pelo qual os indivíduos definem significado ao seu consumo; e o cosmopolitismo, a consciência de um destino comum no planeta, seja ele em termos de meio ambiente, direitos humanos, princípios

morais, interdependência econômica global ou segurança geopolítica, apoiada por atores sociais que se veem como cidadãos do mundo.

Há ainda o individualismo em rede, pelo qual os indivíduos expandem sua sociabilidade usando as redes de comunicação digital para construir seus próprios mundos culturais conforme suas preferências e projetos e o modificando de acordo com a evolução de seus interesses pessoais e valores; e o multiculturalismo, o reconhecimento de identidades múltiplas em um mundo constituído pela diversidade de comunidades culturais.

As tecnologias da informação e da comunicação são os principais vetores desses padrões culturais.

Utilizei esses padrões no estabelecimento de conexões causais para compreender o sentido da ação dos jovens estudados. Identifiquei que tanto os blogueiros brasileiros como os blogueiros americanos agiram na especificidade dos movimentos sociais em rede de seus países como expressão dos valores de individualismo em rede, cosmopolitismo e multiculturalismo.

Considerarei o padrão cultural individualismo em rede causa presente em toda a pesquisa porque o fato de esses jovens terem compartilhado conteúdo sobre o movimento social por meio de uma ferramenta de autocomunicação de massa caracteriza a presença dele entre seus valores e atitudes. Esse padrão encontra sua melhor forma de expressão nesse sistema de comunicação caracterizado por autonomia, redes horizontais, interatividade e recombinação de conteúdo pela iniciativa do indivíduo e suas redes digitais, representada neste estudo por blogs. Ele é, na verdade, o padrão de sociabilidade na sociedade em rede.

O padrão consumo de marcas não foi encontrado em sequer um artigo de todos os analisados. Fica clara a separação que esses jovens fazem dos significados de seu consumo individual e dos temas de interesse público que devem estar incluídos nas agendas de movimentos em rede, como os dos quais participaram.

O multiculturalismo foi encontrado em todas as dimensões da pesquisa. Não é difícil compreender sua presença. Os protestos no Brasil, em uma análise empírica exploratória, e o movimento Occupy Wall Street, assim como outros movimentos sociais em rede que explodiram recentemente pelo mundo, têm como gatilhos insatisfações com conjunturas nacionais. De fato, esses movimentos começam nas redes digitais e invadem o local, como a Avenida Paulista, de São Paulo, e a Wall Street, de Nova Iorque. A repressão dos protestos pelas polícias, forças institucionais também locais, no máximo regionais, gera indignação nacional e leva milhões de pessoas aos espaços públicos urbanos por todo o país. Nesse processo, surgem as críticas aos estados, as reivindicações de políticas públicas, de

transparência das instituições nacionais e a apropriação dos símbolos nacionais, por exemplo. Até a estratégia Cute Cats costuma carregar conteúdo cultural de humor específico.

No entanto, também surgem nesse processo reivindicações de características cosmopolitas, como críticas ao sistema capitalista global, a afirmação da necessidade de mudança social para todos, a afirmação da necessidade de uma revolução, o destaque ao protagonismo popular, reivindicações de direitos humanos e a promoção da conectividade de uma humanidade que compartilha a indignação, independente de nacionalidades.

Assim, cheguei à identificação de condições causais, atitudes e sentido da ação – causas, curso e fins. A ação comunicativa dos jovens analisados, que tem como atitudes a tipologia apresentada anteriormente, é a expressão do conjunto de valores individualismo em rede, cosmopolitismo e multiculturalismo com o objetivo de ampliar o engajamento cívico e a participação pública nos movimentos sociais em rede dos quais fizeram parte.

Esses padrões se entrelaçam nos conteúdos publicados por eles. Cosmopolitismo e multiculturalismo são expressos a partir do valor do individualismo em rede, afinal, os primeiros estão presentes no último. Multiculturalismo destaca questões nacionais, como símbolos, temas e reivindicações, mas a consciência de que o mesmo tipo de movimento está ocorrendo em outros lugares do mundo, por outros grupos de jovens, traz o cosmopolitismo.

6.1.3 Protocolos de comunicação compartilhados

Como falei na abertura deste capítulo, apesar de oriundos de diferentes culturas, jovens brasileiros e americanos compartilharam protocolos de comunicação semelhantes com o fim de ampliar o engajamento cívico e a participação pública nos movimentos sociais em rede dos quais participaram.

Essa proposição não foi colocada por mim sob uma visão normativa e ideológica que propõe a fusão das culturas em único caldo cultural cosmopolita de cidadãos do mundo. Adotei-o como tipo ideal de ação com fim racional de engajamento cívico e participação pública que utiliza em seu encadeamento protocolos de comunicação compartilhados que criam pontes de comunicação entre os jovens da sociedade em rede global.

Castells (2009) pergunta como a comunicação acontece nesse mundo globalizado, caracterizado por padrões culturais distintos. Como, a despeito da fragmentação, diferenciação, customização e segmentação dos processos de comunicação, a comunicação se reintegra em uma ação comunicativa que transcende a diferença? A cultura é fragmentada ou integrada no processo da comunicação?

Ele mesmo propõe um elo para essa realidade: a existência de protocolos de comunicação. Esses protocolos são práticas e suas plataformas organizacionais de suporte que possibilitam o compartilhamento de significados entre os padrões culturais da sociedade em rede global– o consumo de marcas, o individualismo em rede, o cosmopolitismo e o multiculturalismo. Eles são práticas transversais entrelaçadas com as práticas incorporadas em cada um desses padrões. Para o autor, sem eles, não há sociedade em rede, apenas redes dominantes e comunas de resistência.

Há alguns protocolos de comunicação identificados na sociedade em rede. A publicidade, espinha dorsal das redes da grande mídia, tanto globais quanto locais, é um deles. Outro é o *branding*, comercial ou não, que estrutura a relação entre indivíduos e coletividades diante de padrões culturais diversos e é facilitado pela globalização e estruturação em rede das indústrias culturais. Tem ainda o hipertexto digital em rede, alimentado multidirecionalmente e baseado em padrões de conexão interativa de todos para todos induzindo uma cultura comum, a cultura da coprodução de conteúdo. A arte, os sentimentos humanos, a violência, o sexo, o entusiasmo por bebezinho e filhotinhos são exemplos de protocolos de comunicação bastante primários entre os homens.

A identificação de grande semelhança na ação de jovens brasileiros e americanos com o fim de ampliar o engajamento cívico e a participação pública nos movimentos sociais em rede do Brasil e dos Estados Unidos leva-me a sugerir que há protocolos de comunicação compartilhados entre eles. Às semelhanças no encadeamento e fim de suas ações, unem-se as causas, o individualismo em rede, o multiculturalismo e o cosmopolitismo. As atitudes desses jovens configuram práticas transversais entrelaçadas com as práticas incorporadas em cada um desses padrões.

No conteúdo que publicam, em ambos países, utilizam os mesmos tipos de fotografias, de vídeos e de grafismos, por exemplo. Utilizam as mesmas palavras de ordem, os mesmos punhos, Anonymus e Che Guevara. Os próprios temas em destaque compartilham semelhanças. Apesar de os estopins dos protestos em cada país serem diferentes, como a indignação com as corporações financeiras nos Estados Unidos e com o aumento das tarifas do transporte público no Brasil, as práticas e a plataforma de comunicação são as mesmas, o significado é absolutamente semelhante.

Não é difícil compreender que esses jovens compartilhem esses protocolos. Eles estão submetidos a informações e percepções oferecidas por mídias de todos os tipos, eles sentem o mundo no espaço local, mas tem seus conhecimentos e atitudes ampliados por perspectivas externas ao local, onde vivem. O espaço da sociedade em rede é o espaço de fluxos e, em vez

de encerrar significado e função nos programas das redes, ele oferece o suporte material para a conexão global da experiência local, e esses jovens são os primeiros a compreender essa nova realidade espacial. A globalização promove a possibilidade de processos de comunicação semelhantes em diferentes contextos, mesmo em contexto com trajetórias históricas tão distintas como a dos países estudados. As diferenças nesse campo se perdem na modernidade.

Os movimentos sociais enfrentam o problema de as redes de poder serem geralmente globais, enquanto que a resistência de seu contrapoder é local. Seu problema estratégico então é como se conectar a outras localidades para chegar a atingir o global. O compartilhamento de protocolos de comunicação é uma primeira ponte para isso

Jovens brasileiros e americanos compartilham protocolos de comunicação no contexto estudado. Assim, posso sugerir que eles têm as praticas e as plataformas necessárias para se conectar nessa estrutura social global, que é a sociedade em rede.

6.1.4 O futuro a investigar

Na sociedade em rede, os participantes das interações podem estar em diferentes pontos do planeta, no espaço de fluxos e com tempo intemporal, e podem ampliar sua noção de comunidade por meio de ações comunicativas na nova esfera pública. Engajando-se na produção de conteúdos com mensagens massivas e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal e interativa, os indivíduos podem construir projetos compartilhando experiência. As tecnologias da informação e da comunicação possibilitam a transcendência de limites das redes como formas de organização e interação.

No entanto, a questão central da política neste início de século é que conteúdo a cultura emergente no mundo terá. Aparentemente, a cultura ocidental se difunde rapidamente junto com a tecnologia da qual ela depende.

As mudanças de valores de geração para geração refletem mudanças históricas nas condições existenciais de uma sociedade, elas ocorrem nas sociedades onde as gerações mais jovens vivenciam condições de formação diferentes das vividas pelas mais velhas. Quando estudamos os jovens, e não apenas os jovens da atualidade, vemos claramente que não podemos tentar adequá-los ao sistema político vigente. Se fizermos isso, descartamos as possibilidades de identificar as contraforças e contraposições que eles podem mobilizar.

Além disso, o que podemos considerar socialização inadequada para a manutenção das estruturas políticas existentes, como a organização desses jovens em movimentos

instantâneos, sem liderança, sem reivindicação única, sem estratégia clara, reagentes às instituições, pode ser bastante adequada para a emergência de novas estruturas baseadas em novos ideais e novos tipos de política.

Como vimos, a própria esfera pública não se esgota mais no campo das interações políticas, nem no âmbito nacional. O público não abrange mais apenas as atividades estatais ou diretamente ligadas a atores políticos. Há um novo espaço público para a ação do cidadão, híbrido de digital e de urbano.

O esforço de compreensão de se e como as novas mídias estão transformando a natureza da vida política exige uma ampliação do foco tradicional de instituições e práticas. Como todas as pesquisas indicam, esses jovens não demonstram interesse por votar ou serem votados, por participar das instituições políticas tradicionais, nas quais não confiam, mas eles empreendem esforços na tentativa de influenciar os temas de interesse público expressando o desejo de promover mudanças nessas instituições.

Se, como definem as teorias da socialização política, a faixa etária dos 14 aos 25 anos é a de mais rico aprendizado, se grupos de amigos, mídia e eventos políticos são agência fundamentais de socialização, e se os jovens com essas idades hoje são nativos digitais participando de movimentos sociais em rede na nova esfera pública, então podemos esperar mudanças de atitudes políticas nas próximas décadas.

Os jovens da sociedade em rede têm nas mãos e como extensão de suas mentes tecnologias de comunicação extraordinárias, que jamais sequer teriam sido idealizadas por jovens sonhadores e engajados de outros momentos da história. Eles sabem como as usar melhor do que ninguém para engajamento cívico e participação pública em movimentos sociais em rede. Além disso, há potencial compartilhamento de significados entre juventudes de diferentes culturas quando se trata desse campo.

No entanto, comunicar-se, mobilizar-se, engajar-se e participar nas redes digitais e mesmo em movimentos sociais em rede, digitais e urbanos, ainda é diferente de ter voz, influenciar e, mais distante ainda, de promover a mudança social. A mudança social depende da mudança de valores e atitudes, mas também da adaptação das instituições à cultura nova que se forma.

Os movimentos sociais ao longo da história são os produtores de novos valores e objetivos que transformam as instituições da sociedade, fazendo-as representar esses valores por meio da criação de regras que organizam a vida social. As redes de computadores com remetentes globalmente distribuídos e globalmente interativos proporcionam a possibilidade

de comunicação horizontal e em massa, podem ser ferramentas decisivas para a mobilização, a organização, a deliberação, a coordenação e a decisão.

A autocomunicação de massa tem potencial de ser ferramenta de resistência, de construção de discursos de contrapoder. Como a disseminação de valores e interesses alternativos são as formas de contrapoder dos movimentos sociais e da sociedade civil, a difusão de discursos por meio das redes globais de comunicação podem influenciar os debates na esfera pública.

Alguns desafios se impõem: como as diferenças de acesso a internet em diferentes localidades, regiões ou países. No Brasil, O papel das novas mídias no engajamento cívico e na participação dos jovens exige contínua investigação, tão dinâmica quanto a inovação tecnológica. A história da relação dos jovens com a mídia e a política é um campo rico, os jovens sempre encontraram meios de se engajar e de compartilhar ideias políticas entre si e com os adultos. Agora, um ponto importante é o de que a arena atual é diferente, mais complexa do que as de épocas anteriores.

7 CONCLUSÃO

Os cientistas sociais participam de um conjunto de diálogos contínuos e conectados sobre ideias abstratas com outros cientistas e pensadores sociais. Seus diálogos abordam características e processos básicos da vida social e buscam responder a questões permanentes da realidade, às vezes, sob óticas novas e, outras vezes, voltando a óticas antigas.

Eles buscam identificar a ordem e a regularidade na complexidade da vida social. Quando falam sobre a sociedade, sobre como as pessoas fazem coisas com os demais ou se negam a fazê-las, descrevem qualquer ordem que possam encontrar. Ragin (2007) afirma que as teorias sociais proveem de um diálogo contínuo e amplo entre cientistas e outros pensadores sociais e que esse diálogo é produto de uma reserva de ideias que vão sendo utilizadas em constante mudança e que também se renova com ideias novas.

Nesse processo, eles buscam ainda atingir os principais objetivos da pesquisa social: identificar padrões e relações gerais; comprovar e refinar teorias; fazer previsões; interpretar os fenômenos cultural e historicamente relevantes; explorar a diversidade; dar voz; e contribuir para o progresso da teoria. Identificar padrões e relações gerais e fazer previsões são seus principais objetivos.

Neste estudo, pretendi contribuir “con ideas frescas”, como diz Ragin (2007), trabalhando em um diálogo entre alguns conceitos novos e outras contribuições de autores que já podem ser considerados antigos. Os novos conceitos que apresentei são resultantes dos intensos diálogos que estão sendo realizados entre os pesquisadores sobre o uso e os impactos tão recentes das novas mídias na sociedade, especialmente, quando se trata do protagonismo juvenil, e inclusive no que diz respeito às novas práticas políticas que podem vir a moldar o milênio que se inicia.

Utilizei como contextualização teórica a noção de sociedade em rede, de Manuel Castells. Essa é uma nova estrutura social que se sobrepõe às outras, regionais, nacionais e locais, por meio de redes de atores sociais e atividades humanas viabilizadas pelas tecnologias da informação e da comunicação baseadas na microeletrônica e no processamento digital da informação.

Emergente do processo de globalização, essa nova sociedade, global, produz efeitos que atingem a todos. Ela muda as relações de espaço e tempo, as possibilidades de contrapoder, desafia os estados e, acima de tudo, integra múltiplas e diversas culturas de diferentes partes do mundo e se materializa em formas específicas, levando à formação de diversos sistemas culturais e institucionais.

Apesar de produzir cultura e incorporar diversidades, as diferenças culturais históricas entre as sociedades nacionais persistem na sociedade em rede. Brasil e Estados Unidos são exemplos de nações de povos de origens e trajetórias históricas profundamente diversas, mas que são atingidos por essa estrutura global.

Castells (2009) propõe que há quatro padrões culturais na sociedade em rede: o cosmopolita, o do consumo de marcas, o multicultural e o do individualismo em rede. Esses padrões se formam na intersecção de duas tendências, a da globalização e da identificação e a do individualismo e do comunitarismo.

Essa cultura é incorporada nos processos de comunicação, e as redes dos negócios globais de multimídia e a internet estão no núcleo desses processos. Como o conjunto de valores culturais é o que influencia o comportamento individual e coletivo, a programação das redes de comunicação é fonte decisiva de seu material cultural. Além disso, essas redes conectam global e local, fazendo os códigos difundidos nelas terem alcance global.

No entanto, um grande desafio para atores sociais e cientistas é identificar como as identidades culturais específicas se comunicam nesse contexto de fragmentação cultural. Teóricos como Castells (2009) e Jenkins (2006) propõem que o compartilhamento de significados entre as culturas para a promoção da integração é feito por protocolos de comunicação. Eles são as práticas e suas plataformas organizacionais de suporte que possibilitam o compartilhamento de significados entre os padrões culturais da sociedade em rede global.

A comunicação, nessa sociedade, é baseada em redes interativas, horizontais, multidimensionais, constituídas na internet e nas redes de comunicação sem fio, e está disponível a todos os atores sociais, das instituições aos indivíduos. Assim, estão à disposição de todos ferramentas inéditas na história que oferecem enorme potencial de integração cultural.

Com o avanço dos negócios da internet, na virada do século, surgiu a internet 2.0, padrão de negócios ainda vigente. As novas mídias da internet 2.0, ferramentas de autoexpressão, como blogs, e de formação de redes sociais, como Facebook, constituem um tipo novo de comunicação, à qual Castells (2009) chama de autocomunicação de massa. Ela é interativa, caracterizada pela capacidade de envio de mensagens de muitos para muitos, em tempo real. Ela articula todas as formas de comunicação, interpessoal e mediada, em um hipertexto digital que recombina todas as expressões culturais da interatividade humana.

Pesquisas por todo o mundo mostram o crescente uso da internet por pessoas das mais diversas demografias, mas os mais jovens estão sempre entre os grupos que mais a adotam.

Os recentes movimentos sociais que eclodiram pelo mundo nos últimos anos têm a sua frente jovens insatisfeitos, engajados e participativos, conectados à internet 2.0.

Nos protestos no Brasil, em 2013, e no movimento Occupy Wall Street, em 2011, esses jovens organizaram-se no ciberespaço e ocuparam as ruas. Insatisfeitos com conjunturas nacionais, empreenderam realização de seus movimentos sociais em rede, utilizando a nova esfera pública deste início de século, híbrida de digital e urbana.

Os paradigmas de engajamento cívico e de participação política entre os jovens também mostram novos padrões a partir da disponibilidade massiva dessas novas mídias. Novas orientações são encontradas entre os jovens de diferentes países. Essas tendências incluem o aparecimento de causas políticas mais pessoalmente expressas baseadas em preocupações com estilos de vida, como comportamentos de consumo, e a emergência de redes de protestos locais e globais.

Nesse contexto, Bennett, Wells e Freelon (2011) sugerem o aparecimento de um novo modelo de engajamento cívico, o de uma cidadania efetivada. Eles consideram que a geração de nativos digitais parte da valorização de se ter a voz como membro de um grupo e observar temas e autoridades públicas. Eles agem em direção a um engajamento pessoal mais amplo, em redes de jovens reunindo informações e organizando a ação utilizando tecnologias de comunicação social que maximizam a expressão individual.

Muitos estudos têm mostrado que o uso da mídia digital estimula a comunicação cidadã e, conseqüentemente, o engajamento cívico. A busca por informação e as mensagens cívicas interativas na internet fortalecem mais o engajamento do que as mídias tradicionais e a comunicação face a face.

A política participativa também é alterada. Agora, ela é baseada na busca de alcançar grandes audiências e mobilizar redes, geralmente *online*, em nome de uma causa; ajudar a definir agendas por meio do diálogo e promover retornos com líderes políticos, *online* e *off-line*; e ativar os participantes para exercer maior agência sobre a circulação e encaminhamento de informação política e com a produção de conteúdo original, como um blog ou uma carta a um editor. A participação pública, assim, forma-se nessa nova esfera pública, digital e urbana.

Diante disso, Jenkins propõe o conceito de mídia cívica. Ela é qualquer uso de qualquer tecnologia com o propósito de ampliar o engajamento cívico e a participação pública, possibilitando a troca de informação significativa, promovendo a conectividade social, construindo perspectivas críticas, garantindo transparência e *accountability* ou fortalecendo a ação cidadã. Utilizei esse conceito como tipo ideal na pesquisa empírica,

considerando que ele oferece dois fins de ação, ampliar o engajamento cívico e a participação pública, e os meios, atitudes, que serviram de dimensão de análise.

Neste trabalho, conduzi uma pesquisa exploratória para compreender e explicar como jovens de países de diferentes culturas, como Brasil e Estados Unidos, usam ferramentas de autocomunicação de massa com o fim de engajamento cívico e participação pública no contexto da sociedade em rede global. Recortei a amostra buscando blogueiros que publicaram artigos sobre os protestos no Brasil, em junho e julho de 2013, e sobre o movimento Occupy Wall Street, entre setembro e outubro de 2011.

Adotei os blogs entre as ferramentas de autocomunicação de massa disponíveis por três questões. O fato de ter um blog configura participação pública. Eles são plataformas múltiplas que permitem todos os formatos de comunicação e interatividade. São também públicos, artigos postados e notas de outras pessoas estão abertos ao público.

Cheguei a dez blogueiros brasileiros, com idades entre 16 e 22 anos, quatro do gênero feminino e seis do masculino, com um total de 168 artigos publicados participantes da rede de blogs Tumblr. Cheguei também a dez americanos, com idades entre 16 e 23 anos, divididos entre oito do gênero feminino e dois do masculino, com um total de 194 artigos publicados.

Durante a etapa da pesquisa qualitativa, conduzi a análise de conteúdo dos artigos publicados pelos jovens brasileiros e pelos americanos visando obter subdimensões que permitiram a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens e da interação de cada grupo de indivíduos. Assim, pude criar um diagnóstico da ação social do objeto de pesquisa.

Na etapa comparativa, identifiquei muitas semelhanças, chegando a um padrão comum de ação e relação sociais entre os dois grupos. As diferenças encontradas tiveram ocorrência tão baixa que entraram nas técnicas de eliminação. A condução da comparação a partir da análise de diferenças traria resultados insignificantes para a pesquisa.

A descrição do encaminhamento dessas ações respondeu à minha pergunta de pesquisa, fornecendo uma tipologia para a ação desses jovens durante esses movimentos sociais. Esse encadeamento é constituído por atitudes de construção de perspectivas críticas; fortalecimento da ação cidadã; garantia de transparência e accountability; promoção da conectividade social; troca de informação significativa; Cute Cats; deslegitimação das instituições; incitação à violência; e sentimento de orgulho do movimento.

Após esse trabalho, pude inferir que os encadeamentos das ações comunicativas dos jovens blogueiros analisados, brasileiros e americanos, nos usos que fizeram da autocomunicação de massa com o fim de engajamento cívico e participação pública nos

protestos no Brasil e no Occupy Wall Street têm como causas os padrões culturais da sociedade em rede multiculturalismo, cosmopolitismo e individualismo em rede.

A questão central de pesquisa proposta foi de que, na sociedade em rede global, jovens brasileiros e americanos, oriundos de diferentes culturas, usam ferramentas de autocomunicação de massa da internet compartilhando protocolos de comunicação semelhantes com o fim de engajamento cívico e participação pública em movimentos sociais. Como os jovens estudados demonstraram que entrelaçam práticas desses padrões culturais de formas semelhantes, eles compartilharam a produção de protocolos de comunicação nos movimentos sociais em rede dos quais participaram.

Ainda, se a faixa etária dos 14 aos 25 anos é a de mais intenso aprendizado de habilidades políticas devido a mudanças psicológicas e ao ensino formal, como definem as teorias da socialização política; se amigos, mídia e eventos políticos são fundamentais na socialização da juventude; e se os jovens com essas idades hoje são nativos digitais participando de movimentos sociais em rede na nova esfera pública; então podemos esperar mudanças de atitudes políticas nas próximas décadas. Essas mudanças ocorrerão em nível nacional, com certeza, mas podem se ampliar também em nível global.

Os jovens de hoje demonstram disposição para a ação de contrapoder, exercido longe das instituições políticas. Demonstram também que podem entrar em contradição com as estruturas de dominação do estado.

A mudança de atitude dessa juventude é clara, mais clara que a mudança social que expressam desejar. Mudança social depende da mudança de cultura, de valores e atitudes, mas depende também de instituições que a aceitem e a absorvam. Já podemos identificar algumas novas formas de mobilização pela mudança, mas não como essa mobilização pode influenciar e muito menos que rumo essa mudança teria.

Acredito que contribuí neste estudo com a produção de algum novo conhecimento para o campo dos impactos sociais das novas tecnologias da comunicação. Com o uso de técnicas qualitativas e comparativas, propus-me a dar voz a esses jovens do início do Século XXI; a contribuir com mais uma interpretação do fenômeno cultural e historicamente relevante que são as novas possibilidades de comunicação na sociedade em rede global que estão produzindo os novos movimentos sociais em rede; com a exploração da diversidade nessa sociedade, viabilizada por protocolos de comunicação compartilhados; e com mais uma vírgula para o progresso da teoria sobre essa realidade tão nova.

A emergência de uma cultura baseada em conhecimento e no compartilhamento dele poderá melhorar a democracia e a compreensão global a partir de protocolos que possibilitem

a interação através das diferenças. No entanto, eles não emergem espontaneamente, como consequência da mudança tecnológica, eles são estabelecidos por atores sociais interessados em ampliar a interação e promover a mudança social.

Assim, deixo uma consideração, retirada do estudo de Carnegie e Circle (2003). A tendência mais recente entre pesquisadores da juventude oriundos de diferentes disciplinas é concordar que a escola é a instituição fundamental para o aprendizado do engajamento com as instituições políticas e com os temas de interesse público e eles afirmam que definir currículos e pedagogias é o grande desafio. As escolas são as instituições com capacidade, autoridade e equipamentos para alcançar os jovens, ao mesmo tempo em que são comunidades onde eles aprendem a interagir. Talvez esse seja o caminho para canalizar e potencializar o interesse dos jovens no engajamento e na participação com as novas ferramentas de que dispõem e que tão bem conhecem.

8 REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. SAGE, 1989.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflection on the origin and spread of nationalism. London-New York: Verso, 2006.

BAKER, Wayne. **America's Crisis of Values**: reality and perception. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENDER, Gerald J. Political Socialization and Political Change. **The Western Political Quarterly**. v. 20, n. 2, p. 390-407, June 1967.

BENNETT, W. Lance; WELLS, Chris; FREELON, Deen. Communicating Civic Engagement: contrasting models of citizenship in the youth web sphere. **Journal of Communication**. n. 61 (5), p. 835–856. International Communication Association, 2011.

BRASIL. IBGE. **Pnad 2011**: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro, 2013.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CAREY, James W. **Communication as Culture**: essays on media and society. New York: Routledge, 1992.

CARNEGIE CORPORATION OF NEW YORK; CIRCLE THE CENTER FOR INFORMATION AND RESEARCH ON CIVIC LEARNING AND ENGAGEMENT. **The Civic Mission of Schools**. New York, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 1 v.

_____. Comunicación, poder y contrapoder en la sociedad red (I): los medios y la política. **Telos: Cuadernos de comunicación e innovación**. n. 74, p. 13-24, enero-marzo 2008.

_____. Comunicación, poder y contrapoder en la sociedad red (II): los nuevos espacios de la comunicación. **Telos: Cuadernos de comunicación e innovación**. n. 75, p. 11-23, abr-jun. 2008.

_____. **Communication Power**. New York: Oxford University Press, 2009.

_____. Informationalism, networks, and the network society: a theoretical blueprint. In CASTELLS, Manuel (Ed.). **The Network Society: a cross-cultural perspective**. Northampton, MA: Edward Elgar, 2004.

_____. **Networks of Outrage and Hope: social movements in the internet age**. Cambridge: Polity Press, 2012.

CASTRO, Lucia R. de. Juventude e Socialização Política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 25, n. 4, p. 479-487, out-dez, 2009.

_____. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

COHN, Gabriel. **Weber**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

COHEN, Cathy; KAHNE, Joseph. **Participatory Politics: new media and youth political action**. MacArthur Foundation, 2012.

EARL, Jennifer; KIMPORT, Katrina. **Digitally Enabled Social Change: activism in the internet age**. Cambridge, MA: MIT Press, 2011.

EASTON, David. The Theoretical Relevance of Political Socialization. **Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique**. v. 1, n. 2, p. 125-146, June 1968.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. Constituents of a Theory of the Media. In MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue (Eds.). **Media Studies: a reader**. 2. ed. New York: New York University Press, 1999. p. 68-91.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. São Paulo: Global, 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1)

GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GILPIN, Robert. **O Desafio do Capitalismo Global: a economia mundial do século XXI**. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2004.

HABERMAS, Jürgen. The Public Sphere. In MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue (Eds.). **Media Studies: a reader**. 2. ed. New York: New York University Press, 1999. p. 92-97.

_____. **Teoría de la Acción Comunicativa, I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1998.

_____. **Teoría de la Acción Comunicativa: complementos y estudios previos**. 2. ed. Madrid: Cátedra, 1994.

HARRINSON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). **A Cultura Importa: os valores que definem o progresso humano**. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HELD, David; MCGREW, Anthony (Eds.). **Globalization Theory: approaches and controversies**. Cambridge: Polity Press, 2007.

HERRERA, Linda. Youth and Citizenship in the Digital Age: a view from Egypt. **Harvard Educational Review**. n. 82 (3), p. 333-352, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Tradução Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo: Francis, 2009.

JENKINS, Henry. **Convergence Culture: where old and new media collide**. New York: University Press, 2006. Kindle.

KAHNE, Joseph; MIDDAUGH, Ellen; ALLEN, Danielle. Youth, New Media, and Participatory Politics. In ALLEN, Danielle (Ed.). **Youth, New Media, and Citizenship**. 2012. No prelo.

KRISCHKE, Paulo J. Perfil da Juventude Brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 1-27, 2004.

LAPOP - Latin American Public Opinion Project. **AmericasBarometer Insights**. n. 92, 2013. (Insights Series)

LIGHT, Jennifer. Putting our Conversation in Context: youth, old media, and political participation – 1800-1971. In ALLEN, Danielle (Ed.). **Youth, New Media, and Citizenship**. 2012. No prelo.

LIVINGSTONE, Sonia. Taking risky opportunities in youthful content creation: teenagers' use of social networking sites for intimacy, privacy and self-expression. **New Media & Society**. v.10 (3), p. 393–411, 2008.

MATOS, Olegária C. F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Logos).

MEYROWITZ, Joshua. The Rise of Glocality: new senses of place and identity in the global village. In NYÍRI, Kristóf (Ed.). **A Sense of Place: the global and the local in mobile communication**. Vienna: Passagen Verlag, 2005.

NIEMI, Richard; HEPBURN, Mary A. The rebirth of political socialization. **Perspectives on Political Science**. v. 24, issue 1, winter 1995.

NIEMI, Richard G.; SOBIESZEK, Barbara I. Political Socialization. **Annual Review of Sociology**. v. 3, p. 209-233, 1977.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**. v. XXV, 1990.

PEW INTERNET. The Pew Research Center's Internet & American Life Project. **The Demographics of Social Media Users – 2012**. Feb. 2013. Disponível em: <http://pewinternet.org/Reports/2013/Social-media-users/Social-Networking-Site-Users/Demo-portrait.aspx>. Acesso em: 27 out. 2013.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon and Schuster, 2001.

RAGIN, Charles C. **La Construcción de la Investigación Social: introducción a los métodos y su diversidad**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 2007.

SERRA, Joaquim Paulo. Iluminismo e comunicação: de Locke a Kant. In SANTOS, José M. et al. **Filosofias da Comunicação**. Covilhã: UBI, Livros Labcom, 2011. Não paginado.

SILVA, Manuel Lopes da. Perspectivas Weberianas da Sociedade Rede. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da UBI**. Covilhã, 2002. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 15 maio 2012.

SOEP, Elisabeth. The Digital Afterlife of Youth-Made Media: implications for media literacy education. **Comunicar - Scientific Journal of Media Education**. n. 38, v. XIX, p. 93-100, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis De. **Democracy in America**. Tradução Henry Reeve. A Public Domain Book, 2012. 1.v. Kindle.

UNITED STATES OF AMÉRICA. U.S. Census Bureau. **Computer and Internet Use in the United States: population characteristics**. May, 2013. Disponível em: <http://www.census.gov/prod/2013pubs/p20-569.pdf>. Acesso em: 22 out 2013.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **MANA**. n. 17(1), p. 161-185, 2011.

WACQUANT, Loic. **Urban Outcasts: a comparative sociology of advanced marginality**. Cambridge: Polity Press, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 2000-2009. 1 v.

ZUCKERMAN, Ethan. Cute Cats. In ALLEN, Danielle (Ed.). **Youth, New Media, and Citizenship**. 2012. No prelo. Não paginado.

9 ANEXOS

ANEXO 1

Tabelas do Projeto Blogueiros Brasileiros

Tabela 1: Projeto Blogueiros Brasileiros – códigos encontrados (ideais e não ideais)

Name	Grounded	Families
👤 Garantia de transparência e accountability~	47	Ideal
👤 Promoção da conectividade social~	77	Ideal
👤 Troca de informação significativa~	42	Ideal
👤 Fortalecimento da ação cidadã~	129	Ideal
👤 Construção de perspectivas críticas~	38	Ideal
👤 Sentimento de orgulho do movimento~	4	Não ideal
👤 Sentimento de solidariedade com os protestantes~	1	Não ideal
👤 Deslegitimação das instituições~	9	Não ideal
👤 Incitação à violência~	5	Não ideal
👤 Cute Cats~	8	Não ideal

Tabela 2: Projeto Blogueiros Brasileiros – códigos, subcódigos e sistematização dos conteúdos encontrados

Código	Subcódigo	Descrição do conteúdo
Construção de perspectivas críticas	Crítica ao sistema social	consideração das realidades atual e histórica denúncia da opressão pelo sistema referência à opressão e violência do poder econômico crítica ao país e a sua cultura e práticas políticas desconfiança da mídia crítica de classe social
	Crítica ao Estado	denúncia da censura, violência e autoritarismo do Estado referência à opressão pelo Estado crítica ao governo federal crítica ao Congresso Nacional crítica à qualidade das políticas públicas crítica à atuação das instituições policiais
	Afirmação da mudança	referência à necessidade de mudança do sistema defesa da reação à opressão dos poderes dominantes referência à importância do conhecimento crítica à alienação citação de ideologias destaque ao papel dos jovens afirmação de que o movimento é uma revolução
	Questionamento do movimento	avaliação, crítica e ironia do movimento dúvidas sobre as intenções dos protestantes
Fortalecimento da ação cidadã	Protagonismo popular	afirmação da soberania popular destaque ao despertar da consciência política referência à responsabilidade pelo futuro da nação referência ao enfrentamento do poder dominante apropriação dos símbolos nacionais Anonymus referência à decisão pelo voto

	Mobilização popular	convocações a protestos coletivos por temas comuns com ocupação de espaços públicos defesa, estímulo e chamada à ação coletiva pacífica chamada a expressar voz divulgação de agendas de protestos divulgação de protestos massivos por temas comuns em espaços públicos divulgação de protestos em pequenos grupos por temas comuns em espaços públicos divulgação de protestos individuais por temas comuns em espaços públicos solidariedade com o outro e com os demais protestantes referência ao respeito aos policiais como cidadãos defesa do registro e da divulgação dos protestos referências a movimentos sociais de outros momentos históricos
	Afirmção da mudança	referência à mudança social referência à mudança política referência à mudança cultural
	Reinvindicação	melhores políticas públicas (saúde, educação e transporte) direitos civis e liberdades individuais
	Desobediência Civil	dicas para escapar de ações de segurança pública promovidas pela polícia
Garantia de transparência e accountability	Soberania popular	promoção da vigilância do povo pressão sobre temas em discussão no Congresso Nacional
	Estado	referência à censura do Estado referência à falta de respeito do Estado com o cidadão referência aos procedimentos institucionais estatais
	Agentes públicos	referência ao monitoramento da atuação dos agentes públicos referência ao monitoramento das ações estatais em reação aos protestos referência ao monitoramento das ações de indivíduos públicos em reação aos protestos referência a salários de agentes públicos referência à história pública dos agentes públicos
	Corrupção	denúncia da corrupção referência ao monitoramento público da corrupção referência à impunidade
	Políticas públicas	referência ao desrespeito à Constituição Federal questionamento sobre onde são investidos recursos públicos negação de decisões governamentais de investimentos públicos sugestão de onde investir recursos públicos denúncia de más condições dos serviços públicos
	Ação policial	denúncia da violência policial em protestos monitoramento da ação policial em protestos estímulo ao registro de protestos
Promoção da conectividade social	Mobilização coletiva	referência ao sentimento de pertencimento e união do povo referência à necessidade de união para a luta e a mudança social demonstrações de solidariedade entre protestantes referência à união dos indivíduos em protestos referência à própria reunião aos protestantes divulgação de reuniões de pessoas em espaços públicos chamamento à reunião aos demais em protestos conexão por solidariedade de protestantes vítimas de violência policial dicas de como agir em grupos em protestos chamamento do outro ao movimento, especialmente,

		<p>policiais</p> <p>divulgação de protestos de cidadãos de outras cidades, estados ou países</p> <p>referência à existência de uma humanidade que compartilha a indignação, independente de nacionalidades</p>
	Entre gerações	<p>promoção da consciência de geração</p> <p>promoção da conexão intergeracional</p> <p>promoção da conexão histórica do movimento com movimentos realizados por gerações anteriores</p>
	Redes digitais	<p>Anonymus</p> <p>referência à participação em redes sociais digitais</p> <p>dicas de como criar, ampliar e conectar redes sociais digitais</p> <p>dicas de como divulgar conteúdos em ambientes digitais</p> <p>chamamento à participação com registro digital para divulgação de protestos em redes sociais digitais</p> <p>dicas de registro digital para divulgação de protestos em redes sociais digitais</p>
Troca de informação significativa	Mobilização	<p>divulgação de locais e agendas de protestos</p> <p>comentários sobre os motivos dos protestos</p> <p>relatos de protestos</p> <p>relato do ânimo nas ruas</p> <p>divulgação de locais onde ocorrem confrontos com a polícia, violência, incêndios, confusão</p> <p>dicas de como agir coletivamente e em grupos</p> <p>relatos de vítimas da violência policial em protestos</p> <p>dicas de como garantir transparência aos protestos</p> <p>dicas de como registrar e divulgar protestos</p> <p>dicas de segurança pessoal e primeiros socorros em protestos</p> <p>dicas de solidariedade a outros protestantes</p> <p>dicas de como agir com a polícia</p> <p>relatos de protestos na história do país</p> <p>trânsito interrompido por protestos</p>
	Informações políticas	<p>relatos de notícias na mídia sobre os protestos</p> <p>relatos de dados sobre o país</p> <p>relatos de dados de aplicação de recursos públicos</p> <p>dicas de como denunciar abusos policiais</p> <p>explicação sobre a ideologia dos grupos de protestantes violentos</p>
Cute Cats	Humor	<p>sobre a mídia</p> <p>sobre os protestantes</p> <p>sobre a cultura nacional</p> <p>com fatos polêmicos</p> <p>com agentes públicos</p>
	Animais de estimação	reivindicação de direitos
Deslegitimação das instituições	Desconfiança	<p>no governo</p> <p>no Congresso Nacional</p> <p>nos partidos políticos</p> <p>nos governantes</p> <p>nos políticos</p>
Incitação à violência	Ação violenta do Estado	justificação da violência policial contra protestantes violentos
	Ação revolucionária violenta	<p>referência à ação violenta contra os poderes dominantes</p> <p>referência à reação violenta contra o poder estatal</p>
Sentimento de orgulho do movimento	Entusiasmo	<p>referência ao sentimento de ser testemunha de um momento histórico importante</p> <p>referência ao sentimento de alegria por participar de um momento histórico importante</p> <p>dos protestantes que estão tentando mudar o país</p> <p>referência ao sentimento de orgulho do povo e do país</p>

Sentimento de solidariedade com os protestantes	Solidariedade	com os protestantes que sofreram violência policial
--	---------------	---

Tabela 3: Projeto Blogueiros Brasileiros – códigos, subcódigos e presença de causas

Código	Subcódigo	Consumo de marcas	Cosmopolitismo	Multiculturalismo
Construção de perspectivas críticas	Crítica ao sistema social	0	1	1
	Crítica ao Estado	0	0	1
	Afirmação da mudança	0	1	1
	Questionamento do movimento	0	0	1
Fortalecimento da ação cidadã	Protagonismo popular	0	1	1
	Mobilização popular	0	1	1
	Promoção da mudança	0	0	1
	Reinvindicação	0	1	1
	Desobediência Civil	0	0	1
Garantia de transparência e <i>accountability</i>	Soberania popular	0	0	1
	Estado	0	0	1
	Agentes públicos	0	0	1
	Corrupção	0	0	1
	Políticas públicas	0	0	1
	Ação policial	0	0	1
Promoção da conectividade social	Mobilização coletiva	0	1	1
	Entre gerações	0	1	1
	Redes digitais	0	1	0
Troca de informação significativa	Mobilização	0	1	1
	Informações políticas	0	0	1
Cute Cats	Humor	0	0	1
	Animais de estimação	0	1	0
Deslegitimação das instituições	Desconfiança	0	0	1
Incitação à violência	Ação violenta do Estado	0	0	1
	Ação revolucionária violenta	0	1	1
Sentimento de orgulho do movimento	Entusiasmo	0	0	1
Sentimento de solidariedade com os protestantes	Solidariedade	0	0	1

Tabela 4: Projeto Blogueiros Brasileiros – simplificação em códigos e presença de causas

Código	Consumo de marcas	Cosmopolitismo	Multiculturalismo
Construção de perspectivas críticas	0	1	1
Fortalecimento da ação cidadã	0	1	1
Garantia de transparência e accountability	0	0	1
Promoção da conectividade social	0	1	1
Troca de informação significativa	0	1	1
Cute Cats	0	1	1
Deslegitimação das instituições	0	0	1
Incitação à violência	0	1	1
Sentimento de orgulho do movimento	0	0	1
Sentimento de solidariedade com os protestantes	0	0	1

Tabela 5: Projeto Blogueiros Brasileiros – configuração causal

<i>Caso</i>	Consumo de marcas	Individualismo em rede	Cosmopolitismo	Multiculturalismo	<i>Engajamento Cívico</i>	<i>Participação Pública</i>
Brasileiros	0	1	1	1	1	1

Tabelas do Projeto Blogueiros Americanos

Tabela 6: Projeto Blogueiros Americanos – códigos encontrados (ideais e não ideais)

Name	Grounded	Families
👤 Garantia de transparência e accountability~	52	Ideal
👤 Promoção da conectividade social~	80	Ideal
👤 Troca de informação significativa~	25	Ideal
👤 Fortalecimento da ação cidadã~	97	Ideal
👤 Construção de perspectivas críticas~	91	Ideal
👤 Sentimento de medo da violência policial~	1	Não ideal
👤 Sentimento de orgulho do movimento~	2	Não ideal
👤 Deslegitimação das instituições~	2	Não ideal
👤 Incitação à violência~	1	Não ideal
👤 Cute Cats~	1	Não ideal

Tabela 7: Projeto Blogueiros Americanos – códigos, subcódigos e sistematização dos conteúdos encontrados

Código	Subcódigo	Descrição do Conteúdo
Construção de perspectivas críticas	Crítica ao sistema social	consideração das realidades atual e histórica denúncia da opressão pelo sistema denúncia da opressão pelo sistema capitalista referência à opressão e violência do poder econômico, do capital financeiro e das corporações crítica a elites crítica ao país e sua cultura crítica à desigualdade social e de distribuição de renda desconfiança da mídia
	Crítica ao Estado	denúncia da censura e violência do Estado crítica ao favorecimento de elites pelo Estado crítica ao sistema jurídico crítica ao sistema tributário crítica ao sistema de financiamento da educação crítica à atuação das instituições policiais negação das guerras deflagradas pelo Estado referência ao desrespeito aos valores da nação pelas instituições denúncia da vigilância do Estado
	Afirmação da mudança	referência à importância do conhecimento crítica à alienação citação de ideologias defesa da resistência destaque ao papel dos jovens afirmação de que o movimento é uma revolução
	Afirmação de valores da nação	defesa dos valores fundadores da nação defesa da democracia e da ação democrática defesa da soberania popular
	Questionamento do movimento	avaliação, crítica e ironia do movimento
Fortalecimento da ação cidadã	Protagonismo popular	afirmação da soberania popular destaque ao despertar da consciência política referência ao enfrentamento do poder dominante

		apropriação dos símbolos nacionais Anonymus referência à decisão pelo voto
	Mobilização popular	convocações a protestos coletivos por temas comuns com ocupação de espaços públicos defesa, estímulo e chamada à ação coletiva pacífica divulgação de agendas de protestos divulgação de ações de boicote divulgação de protestos massivos por temas comuns em espaços públicos divulgação de protestos em pequenos grupos por temas comuns em espaços públicos divulgação de protestos individuais por temas comuns em espaços públicos solidariedade com o outro e com os demais protestantes referências a movimentos sociais de outros momentos históricos
	Afirmção da mudança	referência à mudança social referência à mudança política referência à mudança cultural
	Reinvindicação	melhores políticas públicas (saúde e educação) respeito aos direitos civis e liberdades individuais
	Desobediência civil	palavra de ordem "desobedeça" ironia à ameaça de repressão da desobediência defesa da desobediência como virtude humana e progressista defesa de protestos além do limite da lei
Garantia de transparência e accountability	Estado	referência ao monitoramento público das instituições referência ao Estado ser dominado pelas corporações privadas e pelo sistema econômico
	Agentes públicos	referência ao monitoramento da atuação dos agentes públicos
	Corrupção	denúncia da corrupção referência ao monitoramento público da corrupção
	Políticas públicas	questionamento sobre onde são investidos recursos públicos referência aos cortes de políticas sociais do orçamento público denúncia dos problemas de políticas públicas sugestão de onde investir recursos públicos
	Ação policial	denúncia da violência policial em protestos monitoramento da ação policial em protestos referência ao Estado proteger apenas elites questionamento da ação policial denúncia da vigilância em massa pelo Estado
Promoção da conectividade social	Mobilização coletiva	referência ao pertencimento à maioria referência ao sentimento de pertencimento e união do povo referência à necessidade de união para a luta e a mudança social demonstrações de solidariedade entre protestantes referência à união dos indivíduos em protestos referência à própria reunião aos protestantes divulgação de reuniões de pessoas em espaços públicos chamamento à reunião aos demais em protestos referências à quantidade de participantes do movimento divulgação de protestos de cidadãos de outras cidades, estados ou países chamamento do outro ao movimento, especialmente, policiais referência à solidariedade entre as pessoas referência à existência de uma humanidade que compartilha

		a indignação, independente de nacionalidades
	Entre gerações	promoção da consciência de geração promoção da conexão intergeracional promoção da conexão histórica do movimento com movimentos realizados por gerações anteriores
	Redes digitais	Anonymus
Troca de informação significativa	Mobilização	divulgação de locais e agendas de protestos relatos de protestos divulgação de links com informações sobre o movimento divulgação de agendas de boicotes dicas de segurança pessoal e primeiros socorros em protestos trânsito interrompido por protestos
	Informações políticas	relatos de notícias na mídia sobre os protestos dicas de filmes que falam dos motivos do movimento dicas de como monitorar a ação policial
Cute Cats	Humor	com as comemorações de Halloween
Deslegitimação das instituições	Desconfiança	nos políticos
Incitação à violência	Ação revolucionária violenta	referência à ação violenta contra os poderes dominantes
Sentimento de orgulho do movimento	Entusiasmo	referência ao sentimento de orgulho da geração de jovens que promove o movimento referência ao sentimento de alegria por participar de um momento histórico importante
Sentimento de medo da violência policial	Medo	referência a medo da violência policial

Tabela 8: Projeto Blogueiros Americanos – códigos, subcódigos e presença de causas

Código	Subcódigo	Consumo de marcas	Cosmopolitismo	Multiculturalismo
Construção de perspectivas críticas	Crítica ao sistema social	0	1	1
	Crítica ao Estado	0	1	1
	Afirmação da mudança	0	1	1
	Afirmação de valores da nação	0	1	1
	Questionamento do movimento	0	0	1
Fortalecimento da ação cidadã	Protagonismo popular	0	1	1
	Mobilização popular	0	1	1
	Promoção da mudança	0	0	1
	Reivindicação	0	1	1
	Desobediência civil	0	1	1
Garantia de transparência e accountability	Estado	0	0	1
	Agentes públicos	0	0	1
	Corrupção	0	0	1
	Políticas públicas	0	0	1
	Ação policial	0	0	1
Promoção da conectividade social	Mobilização coletiva	0	1	1
	Entre gerações	0	1	1
	Redes digitais	0	1	0
Troca de informação significativa	Mobilização	0	0	1
	Informações políticas	0	0	1
Cute Cats	Humor	0	0	1
Deslegitimação das instituições	Desconfiança	0	0	1
Incitação à violência	Ação revolucionária violenta	0	1	1
Sentimento de orgulho do movimento	Entusiasmo	0	0	1
Sentimento de medo da violência policial	Medo	0	0	1

Tabela 9: Projeto Blogueiros Americanos – códigos e presença de causas

Código	Consumo de marcas	Cosmopolitismo	Multiculturalismo
Construção de perspectivas críticas	0	1	1
Fortalecimento da ação cidadã	0	1	1
Garantia de transparência e accountability	0	0	1
Promoção da conectividade social	0	1	1
Troca de informação significativa	0	0	1
Cute Cats	0	0	1
Deslegitimação das instituições	0	0	1
Incitação à violência	0	1	1
Sentimento de orgulho do movimento	0	0	1
Sentimento de medo da violência policial	0	0	1

Tabela 10: Projeto Blogueiros Americanos – configuração causal

<i>Caso</i>	Consumo de marcas	Individualismo em rede	Cosmopolitismo	Multiculturalismo	<i>Engajamento Cívico</i>	<i>Participação Pública</i>
Americanos	0	1	1	1	1	1

ANEXO 2

Tabelas da comparação dos projetos Blogueiros Brasileiros e Americanos

Tabela 11: Comparação Blogueiros Brasileiros e Blogueiros Americanos
 Presença e ausência das dimensões analíticas ideais e não ideais

Famílias de dimensões	Dimensões	Blogueiros Brasileiros	Blogueiros Americanos
Ideal	Construção de perspectivas críticas	1	1
	Fortalecimento da ação cidadã	1	1
	Garantia de transparência e <i>accountability</i>	1	1
	Promoção da conectividade social	1	1
	Troca de informação significativa	1	1
Não ideal	Cute Cats	1	1
	Deslegitimação das instituições	1	1
	Incitação à violência	1	1
	Sentimento de orgulho do movimento	1	1
	Sentimento de solidariedade com os protestantes	1	0
	Sentimento de medo da violência policial	0	1

Tabela 12: Comparação Blogueiros Brasileiros e Blogueiros Americanos
 Presença e ausência da condição causal Multiculturalismo

	Blogueiros Brasileiros	Blogueiros Americanos
Construção de perspectivas críticas	1	1
Fortalecimento da ação cidadã	1	1
Garantia de transparência e <i>accountability</i>	1	1
Promoção da conectividade social	1	1
Troca de informação significativa	1	1
Cute Cats	1	1
Deslegitimação das instituições	1	1
Incitação à violência	1	1
Sentimento de orgulho do movimento	1	1

Tabela 13: Comparação Blogueiros Brasileiros e Blogueiros Americanos
 Presença e ausência da condição causal Cosmopolitismo

	Brasileiros	Americanos
Construção de perspectivas críticas	1	1
Fortalecimento da ação cidadã	1	1
Garantia de transparência e <i>accountability</i>	0	0
Promoção da conectividade social	1	1
Troca de informação significativa	1	0
Cute Cats	1	0
Deslegitimação das instituições	0	0
Incitação à violência	1	1

Sentimento de orgulho do movimento	0	0
------------------------------------	---	---

Tabela 14: Comparação Blogueiros Brasileiros e Blogueiros Americanos
Configuração causal

Casos	Consumo de marcas	Individualismo em rede	Cosmopolitismo	Multiculturalismo	<i>Engajamento Cívico</i>	<i>Participação Pública</i>
Brasileiros	0	1	1	1	1	1
Americanos	0	1	1	1	1	1

ANEXO 3

Artigos publicados por blogueiros brasileiros

Desde o segundo semestre de 2011 tentando tomar vergonha na cara e praticar mais a escrita

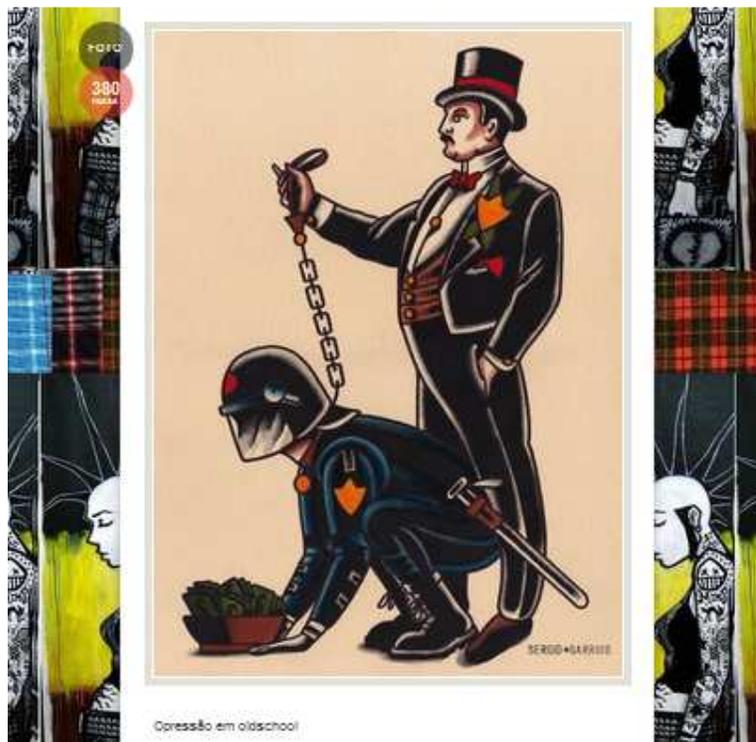
Memórias de sala de aula · Trabalhos · Para escutar! · Para Ver · Ask me anything · Submit

VIDEO



Truculência dos paus mandados do Governo Jatene no Pará.

#PROTE#TOBELE# #BELEMLIVRE #TERCEIRAMANIFESTAÇÃO #REPRESSÃOOPOLICIAL



Coressão em oldschool



SURTOS CRIATIVOS

[ARCHIVE](#) [PERGUNTE!](#) [RSS](#)

search



← newer

older →

A FAÍSCA QUE EXPLODIU A BOMBA

Acabaram-se os pães do povo francês. A Inglaterra sobretaxou o chá das colônias nas Américas. O Conde Ferdinando foi morto. Hitler invadiu a Polônia. Collor comprou um Fiat Elba com dinheiro público. O governo aumentou a passagem. Estopins. A faísca que faltava para que um barril de pólvora explodisse.

O povo aguentou. O povo tolerou. O povo por vezes até fingiu que não viu. Mas o povo chegou no seu limite. O movimento não é mais formado por “meia-dúzia de desocupados”. São milhares de pessoas - há quem arrisque dizer que são milhões - nas ruas, lutando por um ideal não muito bem definido: É a redução da passagem? É contra os gastos excessivos na Copa? É contra a PEC 37? É tudo isso. É mais que isso.

É porque não aguentamos mais ver bilhões sendo gastos em estádios que após a Copa não servirão para nada - ou o Mané Garrincha servirá para algo além de receber os jogos do poderoso Brasiense? - enquanto o Hospital Federal de Bonsucesso não está realizando cirurgias de transplante de fígado em crianças porque não tem verba para consertar um mísero ar-condicionado.

É porque não aguentamos mais ver o dinheiro público vazarem pelo ralo direto para o bolso de empresários bilionários, donos de empreiteiras, que lucrarão com os estádios, que posam na capa da Forbes como o homem mais rico do Brasil, sabendo que aquela fortuna é feita com o seu, com o meu, com o nosso dinheiro, através dos acordos mais escusos feito com governantes que, ao invés de nos representar, resolve leiloar o Estado.

É porque não aguentamos mais ver o Estado bater recordes de arrecadações de impostos a cada ano e nem 10% disso ser retornado em benefícios para o povo e em melhorias para o país. Aeroportos sucateados, estradas esburacadas que não suportam o fluxo de caminhões e atrasam o desenvolvimento do país, hospitais com aparelhos quebrados, educação que apenas cresce em números, mas não em qualidade.

É porque não aguentamos mais ver mensaleiros e bicheiros condenados, porém soltos. Não aguentamos mais impunidade. Não aguentamos mais ver Mr. Blatter e Sr. Marin dizer que “o povo esquece” e que “as atenções deveriam ser para o futebol”. A banda agora toca outra música.

Agora Inês é morta, o pau quebrou na casa de Noca. O Inverno Brasileiro está feito, está exposto, o mundo viu. CBS, La Nación, Le Figaró, New York Times. O país do futebol não quer saber da Copa. O país do futebol quer ser também o país da educação, o país da saúde, e, principalmente, o país da Justiça.

Publicou Há 4 meses

CMPNDM Theme by Danny Um universo de um só





SURTOSCRIATIVOS

ARCHIVE PERGUNTE! RSS

search



← newer

older →

VAMOS TER UMA CONVERSA FRANCA AGORA ou VALE A PENA VER DE NOVO: 1964

Parafraseando um gênio: Pensa no seguinte. Uma massa gigantesca vai às ruas. Segundo números oficiais, um milhão de pessoas em todo o país, embora há quem diga que esse número foi apenas nos protestos do Rio de Janeiro. O que vimos, a princípio, foram lindas imagens: protestos pacíficos por todo o país. Gente nas ruas por um ideal. Mas aí que eu te pergunto: qual ideal? Um emaranhado de insatisfações que há anos domina o povo brasileiro. Qual a liderança? Não há.

Uma grande massa insatisfeita. Um elefante a solta, sem nenhum tipo de controle. O governo está com medo, sem saber o que fazer. O povo rechaça qualquer tipo de liderança. Seja CUT, UNE, PT, PSDB, PSTU, PCB, PQP, VTNC. O povo quer se expressar e ponto final.

No meio da manifestação, uma movimentação estranha. Como sempre ocorre, lá pelas 19h, 19h30, uma faísca, a fagulha que a polícia precisava. Um grupo de “manifestantes”, entre todas as aspas possíveis, atacam prédios públicos. Sempre mascarados, com camisas e outros adereços que impedem sua imediata identificação, toca o terror no meio da manifestação e acaba dissolvendo a massa que estava protestando. A polícia? A polícia resolve atacar os manifestantes. Quem acompanhou a cobertura que eu fiz, e quem viu no SBT, ficou mais evidente: enquanto o grupo roubava um carro de reportagem do SBT e ateava fogo, policiais do Bope partia pra cima e atacavam com spray de pimenta manifestantes que estavam com os braços para cima.

Paralelo a isso tudo que acontecia nas ruas, aqui nas redes sociais uma onda de boatos começava a atacar. Propagandas suspeitas do PT falando em “Grande salto”, notícias alarmistas como “Comissão regulamente eleição em caso de vacância da presidência” (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-regulamenta-eleicao-em-caso-de-vacancia-da-presidencia.html>) e “Obama nomeia nova embaixadora dos EUA no Brasil” (<http://noticias.terra.com.br/mundo/obama-nomeia-liliana-ayalde-como-nova-embaixadora-dos-eua-no-brasil,b6cde81e2424f310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>) a mesma do golpe contra Fernando Lugo no Paraguai. Uma sensação de medo vai tomando conta das pessoas. Já se fala até em suspensão da Copa das Confederações.

Uma ação orquestrada milimetricamente. Um medo que beneficia alguém. Quem? O movimento é apartidário, e isso está claro. Mas a quem interessa que esse clima continue? Seria para enfraquecer o movimento ou para inflá-lo? A quem interessa o maior levante da história do Brasil? Quem está tentando tirar proveito dele? O mesmo medo, as mesmas ações eram tomadas em 1963, e conhecemos o roteiro. Será que ele está se repetindo?

ProtestoRJ ProtestoSP ProtestoBR o gigante acordou

Publicou Há 4 meses

1 nota



daytime-fades-up reblogou esta postagem de surtoscriativos

[RSS](#) | [Twitter](#) | [Facebook](#) | [Dashboard](#)

Acorda Aracaju

SOBRE
 Blog destinado a reunir informações sobre o 1º Ato do Acorda Aracaju, Acorda Brasil!

Qualquer informação é bem-vinda!

[Participe do evento](#)
[Participe do grupo](#)

[Pergunte](#)
[Colabore](#)

VEJA MAIS
 [Postagem anterior](#)
[Clique a feed RSS](#)
[Versão para o celular](#)
[Visualizar o arquivo](#)

SÁBADO, JUNHO 22, 2013



Foto: Cristiano Santana

Publicado às 17:52 | [Leia a postagem](#)

[← Postagem anterior](#) [Próxima postagem →](#)

Colophon

This tumblr blog is powered by [Tumblr](#), and was designed by [Luis](#).

Tumblrroll

[RSS](#) | [Twitter](#) | [Facebook](#) | [Dashboard](#)

Acorda Aracaju

SOBRE
 Blog destinado a reunir informações sobre o 1º Ato do Acorda Aracaju, Acorda Brasil!

Qualquer informação é bem-vinda!

[Participe do evento](#)
[Participe do grupo](#)

[Pergunte](#)
[Colabore](#)

VEJA MAIS
 [Postagem anterior](#)
[Clique a feed RSS](#)
[Versão para o celular](#)
[Visualizar o arquivo](#)

QUINTA-FEIRA, JUNHO 20, 2013



Publicado às 10:11 | [Leia a postagem](#)

[← Postagem anterior](#) [Próxima postagem →](#)

Colophon

This tumblr blog is powered by [Tumblr](#), and was designed by [Luis](#).

Tumblrroll

Acorda Aracaju
SEGUNDA-FEIRA, JUNHO 17, 2013

SOBRE
Blog destinado a reunir informações sobre o 1º Ato do Acorda Aracaju, Acorda Brasil!

Qualquer informação é bem-vinda!

[Participe do evento](#)
[Participe do grupo](#)

[Perquinte](#)
[Colabore](#)

VEJA MAIS
 [Postagem aleatória](#)
[Clique a feed RSS](#)
[Versão para o celular](#)
[Visualizar o arquivo](#)

Como posso ajudar a divulgar a manifestação?

Ainda não sabe como pode ajudar a divulgar a manifestação?

Veja as instruções para colaborar diretamente e em tempo real durante o ato na próxima quinta-feira, dia 20.

1ª opção

- Salve este e-mail nos seus contatos: df2tombpwngaz@tumblr.com

Com este e-mail você pode enviar sua contribuição direto para este blog:

- Registre o fato, seja vídeo, fotografia, áudio ou texto
- Envie!

2ª opção

- Entre no blog acordaaracaju.tumblr.com e clique no link "Colabore" na coluna da esquerda.
- Envie seu registro
- Aguarde o post ser liberado!

3ª opção:

- Se quiser ajudar um pouco mais, também é possível se tornar um moderador! Desta forma poderemos ter mais agilidade na cobertura em tempo real.
- Os interessados podem mandar [e-mails](#) com o mesmo e-mail usado para fazer o login no Tumblr ou responder aqui no [tópico](#) do grupo.

E não esqueça de compartilhar os relatos através das sociais com as tags #AcordaAracaju e #ProtestosBR.

Publicado em 10:01 [Lixasramentos](#)
Interactivos: [Acorda Aracaju](#) [ProtestosBR](#) [Manifestação Aracaju Terce](#)

Notas

- [umaurilemporaria](#) respondeu: Eu fiz isso, Feipe. Um amigo meu foi me mandando as fotos de São Paulo e eu fui postando no Tumblr deles.

Acorda Aracaju
QUINTA-FEIRA, JUNHO 20, 2013

SOBRE
Blog destinado a reunir informações sobre o 1º Ato do Acorda Aracaju, Acorda Brasil!

Qualquer informação é bem-vinda!

[Participe do evento](#)
[Participe do grupo](#)

[Perquinte](#)
[Colabore](#)

VEJA MAIS
 [Postagem aleatória](#)
[Clique a feed RSS](#)
[Versão para o celular](#)
[Visualizar o arquivo](#)



Em 20/06/2013 17:37, moniquegarcez1@gmail.com escreveu:

Em 20/06/2013 17:33, moniquegarcez1@gmail.com escreveu:

Em 20/06/2013 17:26, "Monique Garcez" escreveu:

Publicado em 17:42 [Lixasramentos](#)

— [Postagem anterior](#) [Próxima postagem](#) —

Colophon

This tumblr blog is powered by [Tumblr](#), and was designed by [B&B](#).

Tumblrroll

[Home](#)
[Follow](#)
[Dashboard](#)

Acorda Aracaju

SOBRE
 Blog destinado a reunir informações sobre o 1º Ato do Acorda Aracaju, Acorda Brasil!

Qualquer informação é bem-vinda!

[Participe do evento](#)
[Participe do grupo](#)

[Pergunte](#)
[Colabore](#)

VEJA MAIS
 [Postagem aleatória](#)
 [Citar a feed RSS](#)
 [Versão para o celular](#)
 [Visualizar o arquivo](#)

TERÇA-FEIRA, JUNHO 18, 2013

[Lista de cidades que terão manifestações durante essa semana](#)

Não estamos sozinho!

São mais de 100 cidades mobilizadas. [Veja a lista aqui.](#)

Publicado em 14:00 | [2 notas](#) | [LeaLacmarcelle](#)
 Revisores: [PaternelliB](#)

Notas

- [mostrafuacarrbr](#) reblogou esta postagem de [acordaaracaju](#)
- [acordaaracaju](#) publicou esta postagem

[← Postagem anterior](#)
[Próxima postagem →](#)

Colophon

This tumblr blog is powered by [Tumblr](#), and was designed by [Tumblr](#).

Tumblrroll

[Home](#)
[Follow](#)
[Dashboard](#)

Acorda Aracaju

SOBRE
 Blog destinado a reunir informações sobre o 1º Ato do Acorda Aracaju, Acorda Brasil!

Qualquer informação é bem-vinda!

[Participe do evento](#)
[Participe do grupo](#)

[Pergunte](#)
[Colabore](#)

VEJA MAIS
 [Postagem aleatória](#)
 [Citar a feed RSS](#)
 [Versão para o celular](#)
 [Visualizar o arquivo](#)

TERÇA-FEIRA, JUNHO 18, 2013

[Vai ajudar na cobertura?](#)

Veja algumas dicas de como finalizar manifestações populares com este vídeo feito pelo pessoal do movimento Occupy e dublado por um manifestante brasileiro.



Como finalizar uma Revolução

Publicado em 8:31 | [LeaLacmarcelle](#)
 Revisores: [Videoprotestos manifestações](#)

[← Postagem anterior](#)
[Próxima postagem →](#)

Colophon

This tumblr blog is powered by [Tumblr](#), and was designed by [Tumblr](#).

Tumblrroll

SOBRE:
 Blog destinado a reunir informações sobre o 1º Ato do Acorda Aracaju. Acorda Brasil!

Qualquer informação é bem-vinda!

[Participe do evento](#)
[Participe do grupo](#)

[Pergunte](#)
[Colabore](#)

VEJA MAIS

[Postagem aleatória](#)
[Citar a feed RSS](#)
[Versão para o celular](#)
[Visualizar a arquiv](#)



A concentração será na Praça Fausto Cardoso a partir das 16h. Quem não puder comparecer neste horário, entre em contato com alguém que esteja na manifestação e nos encontre! O importante é comparecer!

Se a passagem não baixar Aracaju vai parar!

[Publicado em 2011](#) | [Notas](#) | [Link permanente](#)
[Home](#) | [Acorda Aracaju](#) | [Notícias](#) | [Manifestações](#) | [Acorda Brasil](#) | [Acorda](#)

Notas

1. [gloonthaconiao](#) reblogou esta postagem de [acordaaracaju](#)
2. [quandovoceperceber](#) reblogou esta postagem de [acordaaracaju](#)
3. [demiovaldo-sua](#) reblogou esta postagem de [acordaaracaju](#)
4. [umauriltemporaria](#) reblogou esta postagem de [acordaaracaju](#)
5. [puyitrunk](#) reblogou esta postagem de [acordaaracaju](#)
6. [puyitrunk](#) gostou desta postagem
7. [acordaaracaju](#) publicou esta postagem


+ Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme

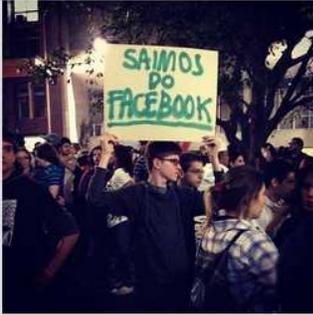


vici0s-e-virtudes | tumblr

1.  [garotta-complicada](#) reblogged this from [afavordofunk](#)

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

[// message / archive / theme](#)



(via suicidando)

-  in-dependentedeamor likes this
-  mariateresa reblogged this from efemeracantu

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

[// message / archive / theme](#)



(via sorriso-dourado)

-  teenagerprincess reblogged this from lucasplaza

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

[// message / archive / theme](#)



(via secretofbutterfly)

-  lauraforster likes this
-  donasdaerva likes this




[+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



1.  heybrus reblogged this from brunasouza27

2.  deandebrito reblogged this from frus of ish


[+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme

NÃO SÃO SÓ 0,20 CENTAVOS

1994...ônibus custava R\$0,50
 até 2013, houve inflação de 332,22%

AJUSTANDO, DEVERIAM CUSTAR

  cobrando R\$3,20,
 São Paulo recolhe,
POR DIA, mais de 54 MILHÕES
 R\$2,59 R\$2,16

SUFICIENTE PARA EM UM ANO:

construir 500.000 casas populares		contratar 1.500.000 professores
construir 66.000 postos de saúde		comprar 750.000 carros populares

PRA ONDE VAI O NOSSO DINHEIRO?



1.  davvr likes this

+ Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme



1 🐦 skate-por-toda-vida reblooded this from touneira

+ Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme



1. 🐦 besteias-do-coracao likes this
2. 🐦 who-is-camila reblooded this from me-before-vou

 + Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme



(via entressonhar)

 + Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme



 + Follow frango-a-passarinho

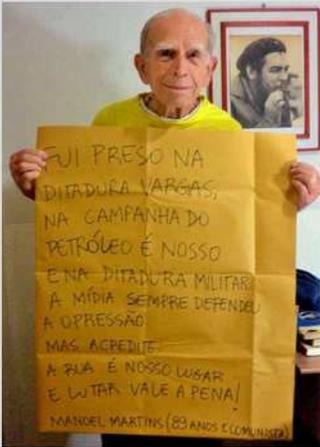
// message / archive / theme



dose-de-poesia:

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



FUI PRESO NA
DITADURA VARGAS,
NA CAMPANHA DO
PETRÓLEO É NOSSO
E NA DITADURA MILITAR
A MÍDIA SEMPRE DEFENDEU
A OPRESSÃO.
MAS ACREDITE:
A PUA É NOSSO LUGAR
E LUTAR VALE A PENA!
MANOEL MARTINS (83 ANOS E COMUNISTA)

1.  vou-can-always-come-back reblogged this from amandounvaoabundo

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



EM PROGRESSO...

(via pazlunar)

1.  wwwwzoo reblogged this from criacaochaunted

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



#VERÁSQUEUMFILHOTEU
NÃOFOGEALUTA

1.  rockoonha reblogged this from mv-trip-towonderland

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



1.  carinam2 reblogged this from aresomethoughts

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



1.  towards-happiness reblogged this from antiapoetisa

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



1.  instaaram-file likes this

Reblog

// message / archive / theme



1. i-m-just-a-wallflower reblogged this from trist3-ilusao

+ Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme

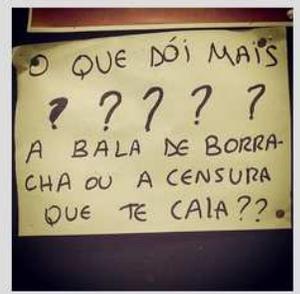


(via rauhan-of-jah)

1. monsterhiddenunderthestairs reblogged this from snoralembrar

+ Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme



1. my-atmosferadejah reblogged this from marginalize-se

[+ Follow frango-](#)

// message / a



(via querido--john)

1.  toxcc reblogged this from uma-adolescente-ironica

[+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



1.  d3s-c0ntr0l4d4 reblogged this from des-ajeitada

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



1.  jessicasantos09 reblogged this from overdose-de-coisas

 [+ Follow frango-a-passarinho](#)

// message / archive / theme



1.  carefulchoices reblogged this from wni3

 + Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme



vamo-fuma-um:
ideologias—perdidas:
#O gigante acordou #revolução

 + Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme



1.  a-flor-da-alma reblogged this from muitomeu

 + Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme



1.  um-duende-caiu-no-meu-cafe reblogged this from belasartes-2013

  Reblog

// message / archive / theme



1.  quereumonstr0 reblogged this from overdose-de-vida



+ Follow frango-a-passarinho

// message / archive / theme



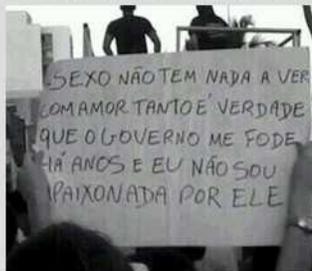
+ Follow frango-a-passarinho



justamente quando acontece, eu não posso participar: A merda

// message / archive / theme

 + Follow frango-a-passarinho



 + Follow frango-a-passarinho



Artigos publicados por blogueiro americano

MY ASSHOLE CONFOUNDS
THE LOUVRE!

Me
My Work
My Writing
Ask me anything
Archive



OccupyWallStreet_D3-0318 by pweiskel08 on Flickr.

X Reblog ==occupywallstreet ==Ourwallstreet ==Takewallstreet

**MY ASSHOLE CONFOUNDS
THE LOUVRE!**

Me
My Work
My Writing
Ask me anything
Archive



Within this culture, economics—not community well-being, not morals, not ethics, not justice, not life itself—drives social decisions.

Social decisions are determined primarily (and often exclusively) on the basis of whether these decisions will increase the monetary fortunes of the decision-makers and those they serve.

Social decisions are determined primarily (and often exclusively) on the basis of whether these decisions will increase the power of the decision-makers and those they serve.

Social decisions are founded primarily (and often exclusively) on the almost entirely unexamined belief that the decision-makers and those they serve are entitled to magnify their power and/or financial fortunes at the expense of those below.

× 3 notes ♦ Source: endgamethebook.org ◯ Reblog ⇌ Occupy Wall Street ⇌ Derrick Jensen

3 NOTES

 alisonwynn reblogged this from mycocksputtssoftdiamonds

 diagnosispending likes this

 thetripster likes this

 mycocksputtssoftdiamonds posted this

MY ASSHOLE CONFOUNDS THE LOUVRE!

- Me
- My Work
- My Writing
- Ask me anything
- Archive



never:

Last Exit to Brooklyn

(via [obscurebandreference](#))

X 704 notes ♦ Source: never ◊ Reblog ♣ occupy wall st

704 NOTES

- [jjarichardson](#) reblogged this from [never](#)
- [thelifeofchristine](#) reblogged this from [blua](#)
- [sparklermotion](#) reblogged this from [blua](#)
- [ndotrodriguez](#) likes this
- [publictransitadventures](#) reblogged this from [ridingwithstrangers](#)
- [mccoze](#) reblogged this from [never](#)
- [ialwayswantedtobe-a-tenenbaum](#) reblogged this from [never](#)
- [nickbatson](#) reblogged this from [never](#)
- [abiertamente](#) reblogged this from [never](#) and added:
[Occupy Wall St!](#)
- [abiertamente](#) likes this
- [rabindek-hisquirks](#) reblogged this from [never](#) and added:
[It's D-day already?](#)
- [wowzingwoah](#) reblogged this from [blua](#)

MY ASSHOLE CONFOUNDS
THE LOUVRE!

Me
My Work
My Writing
Ask me anything
Archive

“In the U.S. Media, they keep saying,
‘What are their demands?
Why are they protesting?’

But in the rest of the world people are saying,
‘What took you so long?
Welcome to the Club’.”

~ Naomi Klein

leftish:

OCCUPYTHENATION.COM

X 1,029 notes ♦ Source: leftish ◊ Reblog ==POLITICS ==NEWS ==OCCUPYWALLSTREET
==OCCUPY WALL STREET ==OCCUPYWALLST ==OCCUPY AMERICA ==OCCUPYTHENATION

1,029 NOTES

 theinjuredamericanpsyche reblogged this from screaminfuschia

 screaminfuschia likes this

 screaminfuschia reblogged this from fuckeryanddouchebaggery